



ISSN 0101-5680

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

RELATÓRIO 2008

**Fortaleza
2009**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL-MI
Ministro

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCS
Diretor-Geral

Assessoria

Conselho Consultivo

Procuradoria-Geral

Auditoria Interna

Diretoria Administrativa

Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

Coordenação de Planejamento e Orçamento

Coordenação de Gestão Estratégica

Coordenação de Recursos Financeiros

Coordenação de Recursos Logísticos

Coordenação de Recursos Humanos

Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica

Coordenação de Estudos e Projetos

Coordenação de Obras

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção

Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas

Coordenação de Pesca e Aquicultura

Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho von Ihering

Centro de Pesquisas em Carcinicultura

Coordenadoria Estadual no Piauí – CEST-PI

Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE

Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE

Coordenadoria Estadual na Bahia – CEST-BA

Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte – CEST-RN

Coordenadoria Estadual na Paraíba – CEST-PB

Coordenadoria Estadual em Alagoas – CEST-AL

Coordenadoria Estadual em Sergipe – CEST-SE

Coordenadoria Estadual em Minas Gerais – CEST-MG

Escritório de Representação em Brasília



ISSN 0101-5680

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

RELATÓRIO 2008

**Fortaleza
2009**

Compilador
Yoshio Namekata

Revisão e Normalização
Lúcia Maria Piancó Chaves (CGE/MD)
Margarida Lúcia de Abreu Vieira (CGE/BI)

Colaboração
Andréa Rodrigues Lima
(Estagiária de Letras)

Editoração Eletrônica
Serviço de Informática – CGE/IN

Disponível em:
<http://www.dnocs.gov.br>

D 419 r DNOCS

Relatório 2008/Departamento Nacional de Obras
Contra as Secas-DNOCS. - Fortaleza, 2009.
104 p.: il. color.

ISSN 0101-5680

1. DNOCS-Relatório 2008. I. Título

CDU 354.315.3(047.3) “2008”

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	4
1	INTRODUÇÃO	5
2	ATIVIDADES-FIM	9
2.1	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP	9
2.1.1	Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.....	9
2.1.2	Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTOA.....	22
2.2	Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI	42
2.2.1	Coordenação de Obras-COB.....	42
3	ATIVIDADES-MEIO	65
3.2	Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE	66
3.2.1	Coordenação de Gestão Estratégica-CGE.....	71
3.2.2	Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO.....	73
3.3	Diretoria Administrativa-DA	98
3.3.1	Coordenação de Recursos Humanos-CRH.....	99

APRESENTAÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS coloca à disposição da sociedade o Relatório 2008, um resumo das ações desenvolvidas sob sua responsabilidade, no compromisso de disponibilizar informações sobre o seu desempenho, na missão de promover o desenvolvimento sustentável de recursos hídricos, propiciar o seu gerenciamento na utilização múltipla da água e viabilizar a convivência humana com a adversidade climática de ocorrência de secas cíclicas e plurianuais no semiárido do Nordeste.

Os relatórios anuais, sistematicamente publicados desde 1909, contêm informações sobre desempenho das atividades-fins voltadas para a implantação e administração da infra-estrutura hídrica, para o desenvolvimento tecnológico e no apoio à produção de pesca e piscicultura em águas interiores e para a produção agrícola nos perímetros irrigados, complementadas com outras ações, na busca permanente do desenvolvimento sustentado da população. Este documento tem foco nas informações atualizadas sobre os resultados das realizações. Para isso, foram relacionados os principais indicadores gerenciais necessários para a compreensão da complexidade das suas atribuições e contribuir para agilização das ações corretivas necessárias.

Em ação conjunta com os demais órgãos do governo federal e em articulação com os governos estaduais, prefeituras municipais e iniciativa privada, o DNOCS contribui efetivamente na gestão da política regional, mais especificamente, pelo desenvolvimento da política de produção e do uso de recursos hídricos e de preservação do meio ambiente. As ações do governo federal desenvolvidas através de diversos programas, de forma articulada, envolvem ministérios e secretarias especiais para que resultem em maior eficiência e eficácia do ponto de vista da organização social, da convergência produtiva das forças sociais, econômicas, políticas e culturais na busca da inclusão social, do crescimento ambientalmente sustentável, da promoção da cidadania e, em consequência, do fortalecimento da democracia.

Considerando-se que a organização dos resultados gerenciais permite atender demanda interna por informações, há também um grande interesse público sobre as ações de mitigação dos efeitos perversos das secas e das inundações e dos benefícios alcançados pelos investimentos realizados em infra-estrutura, além dos conhecimentos acumulados como resultados das ações públicas e privadas de convivência da população com o semiárido, através da: açudagem; adução, tratamento e distribuição de água para abastecimento humano; perfuração de poços profundos; implantação de infra-estrutura de irrigação; agricultura irrigada; piscicultura e pesca em águas interiores; produção de microalgas como alimento alternativo; zoneamento ecológico-econômico; capacitação da população para a convivência com as secas periódicas e combate a desertificação e a preservação do meio ambiente.

Yoshio Namekata
Compilador

1 INTRODUÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, foi criado pelo decreto nº 7.619/1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS. Em 1945 assumiu a sua denominação atual pelo Decreto-lei nº 8.846/45 sendo, posteriormente, transformado em autarquia pela Lei nº 4.229, de 01-06-63, ainda em vigor, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.204 de 2001. Sua estrutura organizacional foi definida pelo Decreto 4.650/2003 e o atual regimento interno publicado no diário oficial da união de 12 de janeiro de 2007, através da portaria n.º 48, de 11 de janeiro de 2007. É dirigido por uma diretoria colegiada composta pelo Diretor-Geral, que a preside, e os três diretores setoriais (administração, infra-estrutura hídrica e desenvolvimento tecnológico e produção). Conta também com um conselho consultivo, que é presidido por um representante do Ministério da Integração Nacional, sendo composto de conselheiros indicados pelos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, de quatro representantes dos estados situados na sua área de atuação, em sistema de rodízio e do Diretor-Geral. O conselho constitui-se na instância de discussão acerca das políticas gerais e de definição das ações programáticas da autarquia. A sua missão institucional é a de promover, de forma participativa, os meios necessários ao desenvolvimento sustentável, em sua área de atuação, através de ações de captação, desenvolvimento, aproveitamento, gestão e preservação dos recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida do homem. A sua área de atuação, corresponde à região abrangida pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, a zona de Minas Gerais situada no denominado Polígono das Secas e as áreas das bacias hidrográficas dos rios Parnaíba no Maranhão e Jequitinhonha em Minas Gerais. A sua área de atuação é um território com uma área total de um milhão de quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 22 milhões de habitantes residentes em 1.133 municípios, de clima hostil e ecossistemas vulneráveis e suscetíveis ao processo de desertificação.

Para cumprir com os seus objetivos, o DNOCS conta com uma estrutura operacional com grande capilaridade no semiárido, composta pela direção-geral, três diretorias, nove coordenadorias estaduais, 22 unidades de campo organizadas por bacias hidrográficas, escritório em Brasília, Centro de Referência do Semiárido (em implantação) e um corpo funcional de 1.845 servidores permanentes. O DNOCS é responsável pela implantação, administração, manutenção e funcionamento do seu vasto patrimônio público em infra-estrutura e equipamentos hidromecânicos, destacando-se, entre outros, o edifício sede da administração central e das 9 coordenações estaduais, 326 açudes com capacidade para armazenar 27 bilhões de m³ de água, 39 perímetros de irrigação com 223.724 ha e sistemas de irrigação implantadas em 72.667 ha, 2 centros de pesquisas em aquicultura e 9 estações de piscicultura, adutoras, estações de tratamento de água, poços tubulares e dessalinizadores públicos, redes de eletrificação rural e mais de doze mil edificações de usos administrativos e habitacionais. No arquivo geral, na biblioteca e no arquivo técnico mantém um acervo histórico e documental, constituído de mapas, projetos, boletins técnicos, relatórios e estudos e pesquisas realizados nos últimos cem anos. Os acampamentos construídos na implantação das obras, as unidades de campo e as habitações para irrigantes deram origem às vilas, povoados e sedes de municípios e as estradas de acesso deram origem à malha rodoviária no interior do Nordeste. O capital humano e social fortalecido em sua trajetória secular, qualifica o DNOCS como a instituição da administração pública federal que desenvolveu mais atividades no semiárido. Com esse inestimável patrimônio material e imaterial constituídos, foi vital para a consolidação do processo de ocupação territorial da região. Apesar de pouco lembrado no noticiário nacional, é a instituição pública federal mais antiga do Nordeste e que mais se notabilizou como agente de desenvolvimento do semiárido.

Em ação conjunta com os demais órgãos do governo federal e em articulação com os governos estaduais, prefeituras municipais e iniciativa privada, o DNOCS contribui efetivamente na gestão da

política regional, mais especificamente, pelo desenvolvimento da política de produção e do uso de recursos hídricos. Dentre outras atribuições, participa no desenvolvimento de diversos programas nacionais: a) Proágua Infra-Estrutura nas ações de implantação, recuperação e manutenção de infraestrutura hídrica e equipamentos hídricos de açudes, adutoras e poços profundos; b) Desenvolvimento da Agricultura Irrigada na implantação, manutenção, recuperação de infra-estrutura de irrigação, na assistência técnica e extensão rural, na transferência de gestão dos perímetros públicos irrigados para os próprios irrigantes e na titulação dos lotes pelo programa de emancipação; c) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos no desenvolvimento de banco genético de espécies de peixes dos rios do Nordeste; d) Zoneamento Ecológico-Econômico na escala 1:250.000; e) Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial na capacitação dos recursos humanos para a agricultura irrigada, qualificação e requalificação de servidores públicos, realização de estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica; f) Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido-Conviver na implantação e recuperação de poços, cisternas, dessalinizadores e pesquisa de produção de microalgas como alimento alternativo para o semiárido; g) Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, envolvendo: o funcionamento das estações e centros de pesquisas em aqüicultura; produção e distribuição de alevinos e de larvas de camarão; pesquisas tecnológicas de reprodução de espécies econômicas, introdução de novas espécies, melhoramento genético e implantação e manutenção de unidades demonstrativas de criação e processamento de pescado; h) Administração do sistema hídrico, no monitoramento dos recursos hídricos e do meio ambiente, derivação de água dos açudes e organização das comissões gestoras dos açudes; i) Brasil Patrimônio Cultural através da implantação do Centro de Referência e Documentação do semiárido e j) Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

O Departamento desenvolve, atualmente: estudos de obras de infra-estrutura hídrica; 16 projetos de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica; implantação de 3 adutoras; uma estação de tratamento de água; 4 projetos de perfuração e equipamento de poços públicos; implantação de uma estrutura de monitoramento hidroambiental dos açudes; implantação de 4 novas estações de piscicultura; implantação do Centro de Referência e Documentação do semiárido; manutenção e recuperação de áreas de preservação ambiental dos açudes; estudos para desenvolvimento da agricultura irrigada; transferência de gestão de 14 perímetros de irrigação; implantação do perímetro de irrigação da barragem Santa Cruz do Apodi-RN; implantação das segundas etapas de 6 perímetros de irrigação; capacitação dos recursos humanos em irrigação; assistência técnica e extensão rural nos perímetros de irrigação; modernização dos recursos de tecnologia de informação e comunicação; recuperação e reforma do edifício sede do DNOCS e capacitação para produção de alimentos alternativos no semiárido. Atua em diversos programas e projetos desenvolvidos em parceria com os demais ministérios, estados, municípios e iniciativa privada: no apoio aos projetos de desenvolvimento sustentável local integrado; participa de feiras, encontros e seminários nacionais e internacionais para a apresentação dos trabalhos realizados e das discussões para formulação e reorientação de políticas públicas; atendimento à ocorrência de calamidades públicas nas secas e nas inundações e na mitigação dos efeitos das secas nas áreas vulneráveis sujeitos a desertificação. Realiza convênios e fiscaliza a aplicação de recursos públicos federais nos programas e projetos desenvolvidos pelos governos estaduais e prefeituras municipais.

Dentre as principais obras em desenvolvimento no semiárido nordestino, a maioria delas integrantes do PAC, cabe referência a 6 perímetros irrigados em 3 estados, 3 adutoras regionais envolvendo 2 estados e 3 barragens de grande porte localizadas em 3 estados, 4 estações de piscicultura em 3 estados do Nordeste e 1 em Minas Gerais, totalizando investimentos superiores a R\$ 1,5 bilhão. Neste contexto, o DNOCS tem atuado no equacionamento de três pressupostos básicos para as soluções hídricas no semiárido: o aumento quantitativo das obras hidráulicas, através da construção de novas obras de acumulação, a implantação de adutoras, a integração de bacias hidrográficas, a perfuração e instalação de poços tubulares profundos; a melhoria da oferta de água

pelos obras hidráulicas já existentes, através de práticas de gerenciamento competentes e de ações de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias que aperfeiçoem a utilização dos estoques existentes, através de processos de redução de perdas por infiltração e evaporação, dessanilização, reuso, etc; a democratização do acesso à água pela população do semiárido e a participação na sua gestão. Estes pressupostos são fundamentais para a formulação de uma política de gerenciamento de recursos hídricos para o semiárido, recursos esses que por suas próprias características e definição legal, são públicos, e nessa condição, requerem a presença tanto de agentes do poder público, quanto dos usuários em geral, para sua melhor utilização.

Dentre as novas atividades implantadas e em implantação, cabe referência especial o Centro Público de Economia Solidária, o Centro de Referência e Documentação do semiárido, o Sistema de Informações Georreferenciadas, o Sistema de Monitoramento das Barragens, incluindo-se aí o Sistema de Telecomando, a participação no programa de produção de biodiesel e no PAN-Brasil, este último em estreita cooperação com o MMA. De grande importância para o uso sustentável dos recursos hídricos para o semiárido, o acordo de cooperação técnica ANA/DNOCS, presentemente estendido aos estados com vistas a uma gestão integrada e participativa.

Com a mudança de governo em 2003 e a redefinição dos papéis do Ministério da Integração Nacional, a questão regional é posta sob novos olhares, gerando ou fortalecendo conceitos postos de lado anteriormente, pautadas por uma idéia de globalização ditada pelos interesses imediatistas do mercado, subtraindo do estado, em muitos casos, papéis fundamentais na equalização dos processos de desenvolvimento. O Ministério da Integração Nacional, ao reformular com novos enfoques políticas, planos e programas de corte regional, ao definir novas escalas de intervenção territorial, ao organizar e participar de grupos de trabalho com o objetivo de integrar ações em áreas selecionadas, dentre outros, coloca para o DNOCS, na condição de autarquia vinculada, a necessidade de se constituir no agente executor dessas ações no semiárido nordestino. Ressalte-se nesse contexto a importância do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, formulado pelo Ministério da Integração Nacional, como forte indicativo do caráter que o DNOCS passará, necessariamente, a ter, no que diz respeito à definição de sua missão. Por outro lado, a criação da Agência Nacional de Águas-ANA, o Programa de Combate à Desertificação-PAN/Brasil, o Programa de Economia Solidária, o Programa Nacional de Biodiesel, entre outros, passaram a demandar uma participação efetiva da Instituição, reconhecidamente a detentora da mais significativa presença histórica na região. Associe-se a isso a definição de uma nova delimitação da área geográfica do semiárido, a integrar um novo cenário diverso do que existia quando da edição da mencionada Lei 10.204/2001, que tem suas origens em medida provisória editada em 1999.

Novos marcos regulatórios nas atividades do desenvolvimento regional estão sendo implantados pelo Governo Federal. A título de exemplo, podemos citar a formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, institucionalizada através do Decreto nº 6.047/2007, a Política Nacional de Ordenamento Territorial-PNOT, o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Nordeste-PNDN, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-PDSA, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional-GTI, as bases sobre as quais a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-Sudene foi recriada, dentre outras importantes medidas adotadas recentemente, constituem-se em importantes marcos referenciais da nova forma de abordar a questão regional e integram o “novo” em matéria de planejamento das ações governamentais no espaço do território.

As bases para a atuação do DNOCS nas regiões em âmbito nacional, afetadas pelo fenômeno da estiagem recorrente, requerem a aplicação de práticas integradas de gestão transversal, que proporcionam o diálogo e interação com o Ministério das Cidades, em suas políticas urbanas; do Ministério do Meio Ambiente, na política nacional de recursos hídricos e do sistema nacional de

gerenciamento de recursos hídricos; do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e no Programa de Reforma Agrária; do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nas políticas de Arranjos Produtivos Locais-APL; do Ministério de Ciência e Tecnologia, nas políticas de pesquisa e desenvolvimento das atividades produtivas em arranjos locais; do Ministério do Turismo, nas políticas de desenvolvimento dos pólos turísticos regionais e locais; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no Programa Bolsa Família e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Para a implementação do projeto de desenvolvimento estratégico, com a amplitude e complexidade dos produtos que serão entregues, há a necessidade da presença de uma equipe multifuncional, com a contratação dos serviços de consultoria especializada que dêem suporte ao processo de reestruturação, tendo em vista o incremento da sua eficiência operacional, tanto na gestão de seus recursos materiais e imateriais, como no atendimento aos objetivos estratégicos da instituição, através do uso racional de modelos e práticas que implantem e consolidem os processos de modernização e transformação institucional pretendida. A realização de atividades conjuntas com a ANA estabelecidas em acordos de cooperação técnica e a sua efetiva participação, nesses últimos três anos, nos programas referidos são fortes referências para a definição da inserção do DNOCS na matriz de órgãos federais com atuação na nova área geográfica do semiárido, mais ampla, se constitui em referência fundamental para a definição de sua área de atuação legal.

Os avanços registrados, as ações desenvolvidas sob a égide dos novos conteúdos introduzidos a partir da proposta de construir políticas participativas que trabalhem a questão da convivência com o semiárido, com sustentabilidade, que considerem as potencialidades de cada lugar, que atuem em múltiplas escalas, os resultados obtidos, precisam ser sistematizados, constituindo-se em fortes indicativos para a definição do alinhamento estratégico da Instituição e a formulação da sua nova missão, atribuições e competências, uma vez que já é visível a necessidade de caracterizar e divulgar os ganhos com a marca da gestão: gestão do patrimônio, gestão dos recursos hídricos e meio ambiente e gestão do conhecimento.

Observa-se, em decorrência, algumas mudanças como a maior exigência de responsabilidade dos servidores, a escassez de recursos e a pressão pela melhoria da gestão financeira. Como instrumento essencial para aferir esses resultados, os indicadores de desempenho, sejam individuais ou institucionais, consistem em números, percentuais ou razões que medem aspectos de desempenho com o objetivo de comparar medidas com metas preestabelecidas ou com resultados anteriores e são aferidos em processos e sistemas de avaliação. No entanto, na maioria das vezes os processos e sistemas de avaliação ainda acompanham a idéia de indicadores de desempenho da ação governamental voltados para índices físicos e financeiros das ações finalísticas. Apesar de buscar implementar bases modernas eficientes e eficazes, envolvendo a modernização da gestão, o estabelecimento de condições adequadas de trabalho, a recomposição da força de trabalho, seja pela requalificação de seus servidores e ou renovação do quadro através de concurso público, o DNOCS não difere desse contexto.

Algumas dificuldades se interpõem ao processo, dentre as quais: a exiguidade de recursos e limites orçamentários e financeiros que inviabilizam o correto planejamento das ações. O DNOCS formula ações e as desdobra em planos de ação de curto, médio e longo prazos, mas sua realização fica condicionada à existência de limites orçamentários e financeiros e a negociações políticas para consegui-los. Projetos que poderiam ser realizados em poucos anos, arrastam-se por décadas por insuficiência de dotação, reduzido número de servidores ativos com qualificação e/ou escolaridade necessária para atuação em áreas técnicas e administrativas e a falta de recomposição da força de trabalho através de concurso público.

2 ATIVIDADES-FIM.

2.1 Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP.

A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP, através da Coordenação de Aquicultura e Pesca-CPA tem as atividades voltadas para promoção, coordenação e supervisão de ações de pesquisas e fomento ao desenvolvimento da pesca e aquicultura, monitoramento ambiental e controle estatístico da produção de pescado em águas interiores. Também é atribuição desta Diretoria, através da Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA as atividades voltadas ao assentamento de novos irrigantes, operação e manutenção das estruturas de uso comum, organização, capacitação e transferência de gestão para as comunidades usuárias dos perímetros públicos de irrigação.

A Diretoria está engajada, através de diversos projetos, no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido-CONVIVER que é desenvolvido por meio de ação coordenada, entre o Ministério da Integração Nacional e demais ministérios setoriais, para a convergência de esforços na implementação de programas de desenvolvimento regional, em articulação com governos estaduais e prefeituras municipais, com aproveitamento de projetos de recursos hídricos. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, estão sendo realizadas articulações de ações de infra-estrutura hídrica implementadas por secretarias e órgãos vinculados ao ministério, com as ações de desenvolvimento regional. Este exercício de articulação no interior do ministério vem servindo de modelo para a efetiva implementação do processo de transversalidade de ações nos três níveis de governo. O Programa pretende contribuir com a sustentabilidade de atividades econômicas para a inserção produtiva da população a partir de ações de desenvolvimento regional que visam à dinamização de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais, articuladas com as ações de implantação de infra-estrutura hídrica. Através do programa CONVIVER pretende também incentivar o fortalecimento da base social no semiárido, organizando a sociedade civil e promovendo a coordenação e a cooperação entre os atores locais. O público-alvo do programa abrange a população de um amplo espaço geográfico do semiárido nordestino, objeto de projetos de ações pontuais e integrados. No segmento recursos hídricos faz parte da estratégia de implementação, a criação de instâncias locais para a definição de prioridades e fiscalização e avaliação sobre os resultados dos programas, tendo em vista que inúmeros estabelecimentos rurais ainda não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade às secas, cujo impacto traduz-se, gravemente, na baixa-estima das comunidades atingidas.

2.1.1 Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

Histórico da piscicultura desenvolvida pelo DNOCS.

Em palestra realizada no auditório da administração central, em outubro, Dr Airton Rebouças fez um relato histórico do trabalho desenvolvido, desde a implantação da Comissão Técnica de Piscicultura, em 1932, implantação das estações de pisciculturas e centros de pesquisas para a produção de alevinos, introdução de espécies para criação em cativeiro, beneficiamento, transferência de tecnologia sobre toda a cadeia de produção do pescado e fomento à utilização de tanques-rede, ações que contribuíram, efetivamente para promover um grande salto de qualidade na produção, conseguindo alavancar a piscicultura comercial para tornar-se um dos segmentos econômicos mais promissores da atualidade.

O desenvolvimento da piscicultura nordestina teve início em Campina Grande-PB, pela instituição da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste-CTPN, vinculada ao DNOCS, criada no governo de Getúlio Vargas, em 1932 e durou 13 anos. Por força do decreto lei nº 8436 foi transformada em setor permanente de Serviço de Piscicultura, com sede em Fortaleza-CE. O DNOCS

conta, atualmente com as atividades das estações de piscicultura de: Lima Campos-CE (1942); Amanari-CE (1956); Caicó-RN (1966); Jacurici-BA (1968); Piripiri-PI (1977); Ibimirim-PE (1982); Jaibaras-CE (1995); Castanhão-CE (2006) e Marizópolis-PB (2008). Os centros de pesquisas em aquicultura são: Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolfo von Ihering-CPAq, em Pentecoste-CE (1973) e Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPC, na Praia de Iracema, em Fortaleza-CE (1990).

O naturalista brasileiro Rodolfo Teodoro Gaspar Wilhelm von Ihering (1883-1939, natural de Taquara do Mundo Novo-RS), diretor da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, desenvolveu um sistema pioneiro, em nível mundial, de fecundação artificial de peixes, que culminou com a descoberta da inseminação artificial de peixes, colocando o Brasil na vanguarda da pesquisa em piscicultura na América Latina, feito este, exaltado até nos Estados Unidos. Constatada a pobreza qualitativa e quantitativa da ictiofauna do semiárido nordestino, representada por apenas dez espécies de valor comercial, o naturalista e a sua equipe passaram a estudar inúmeras espécies de outras bacias hidrográficas, a partir de 1935, com o objetivo de serem introduzidas e aclimatadas, cujo trabalho histórico de 73 anos, cujos resultados positivos e mais promissores podem ser resumidos nestas linhas: (1) pescada cacunda (*Plagioscion surinamensis*), transplantada da bacia do rio Amazonas (1935); (2) pescada do Piauí (*P. Squamosissimus*), do rio Parnaíba-PI (1936); (3) piau verdadeiro (*Leporinus elongatus*), do rio São Francisco (1938); (4) apaiari (*Astronotus ocellatus*), da bacia do rio Amazonas, em 1938; (5) pirarucu (*Arapaima gigas*), da bacia do rio Amazonas (1939); (6) tucunaré comum (*Cichla ocellaris*), do rio Potaro/Orinoco (Guiana Francesa) (1939); (7) camarão canela (*Macrobrachium amazonicum*), veio junto com o pirarucu (1939); (8) matrinhã (*Brycon hilari*), do rio São Francisco (1949); (9) tilápia do Congo (*Tilapia rendalli*), cedida pela Secretaria de Agricultura de São Paulo (1956); (10) tambaqui (*Colossoma macropomum*), da bacia do rio Amazonas (1966); (11) Pirapitinga (*Colossoma brachypomum*), da bacia do rio Amazonas (1970); (12) tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*), vinda da Costa do Marfim (1971); (13) tilápia de Zanzibar (*Oreochromis hornorum*), vinda, também, da Costa do Marfim (1971); (14) carpa espelho (*Cyprinus carpio*), vinda de São Paulo (1972); (15) carpa comum (*Cyprinus carpio vr hungaricus*), trazida da Hungria (1986); (16) pacu caranha (*Piaractus mesopotamicus*), procedente do CEPTA, em Pirassununga, São Paulo (1986); e (18) tilápia chitralada (tailandesa), trazida de Toledo-PR, em 1996 e da Tailândia (2002). A tilápia tailandesa contribuiu, efetivamente para a consolidação da piscicultura comercial no Nordeste, notadamente pelo seu rápido ganho de peso em viveiros e em tanques-rede instaladas nos açudes públicos e privados.

Produção, distribuição de alevinos.

As estações de piscicultura e o centro de pesquisas ictiológicas implantados pelo DNOCS no semiárido nordestino, têm capacidade de produção de 120 milhões de alevinos por ano, havendo produzido e distribuído 48,61 milhões em 2008, destacando-se a estação Pedro de Azevedo com 10,61 milhões, seguido por Ademar Braga com 9,95 milhões e Estevão de Oliveira com 8,47 milhões.

O DNOCS reativou, em 2007, a estação de piscicultura instalada próximo ao açude público Várzea do Boi em Tauá-CE, com capacidade para produção de cinco milhões de alevinos/ano. No dia 13 de março foi inaugurada a estação de piscicultura Joaquim Firmino Filho, em uma área de 6 hectares, com capacidade de produzir cinco milhões de alevinos, no perímetro irrigado de São Gonçalo, em Marizópolis, nas proximidades de Sousa-PB. A Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA vem trabalhando para a implantação das estações de piscicultura de Jaramataia-AL e Três Barras em Gracho Cardoso-SE, cada uma delas com capacidade de produção de cinco milhões de alevinos por ano. Está sendo viabilizada a implantação da estação de piscicultura de Pau dos Ferros-RN, que funcionará no açude público que recebe o mesmo nome da cidade. A estação Rui Simões de Menezes (Castanhão) paralisou seus trabalhos de reprodução, povoamento e larvicultura desde julho, devido a não renovação de contrato de pessoal terceirizado, pois a mesma não possui quadro de pessoal permanente.

Tabela 1 - Produção de alevinos por estação de piscicultura.
(milhões de alevinos/ano)

Estação de piscicultura	Município-UF	Capacidade	Produção
Adhemar Braga	Piripiri-PI	12	9,95
Osmar Fontenele	Jaibaras-Sobral-CE	10	6,09
Centro de Pesquisas em Aquicultura	Pentecoste-CE	10	2,47
Valdemar Carneiro de França	Maranguape-CE	5	1,82
Rui Simões de Menezes (Castanhão)	Alto Santo-CE	25	6,22
Pedro de Azevedo	Icó-CE	10	10,61
Estevão de Oliveira	Caicó-RN	10	8,47
Bastos Tigre	Ibimirim-PE	10	0,85
Oceano Atlântico Linhares	Itiúba-BA	10	2,13
Joaquim Firmino Filho	Marizópolis-PB	5	-
Várzea do Boi	Tauá-CE	5	-
Joaquim Firmino Filho	Marizópolis-PB	5	-
Três Barras	Gracho Cardoso-SE	5	-
Jaramataia	Jaramataia-AL	5	-
Total		120	48,61

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

Tabela 2 – Número de peixamentos públicos e particulares realizados.
(mil alevinos/ano)

Estação de piscicultura	Pública	Particular	Total
Adhemar Braga	238	6	244
Osmar Fontenele	71	412	483
Centro de Pesquisas em Aquicultura	32	103	135
Valdemar Carneiro de França	49	6	55
Rui Simões de Menezes (Castanhão)	24	-	24
Pedro de Azevedo	201	252	453
Estevão de Oliveira	128	530	658
Bastos Tigre	6	-	6
Oceano Atlântico Linhares	292	88	380
Total	1.041	1.397	2.438

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

O baixo desempenho das estações de piscicultura e dos centros de pesquisas é o resultado da reduzida dotação de recursos orçamentários, limitado quadro de pessoal para manutenção, operação e segurança, cada vez menor, em função de aposentadorias e óbitos precoces e carência de recursos de custeio para a aquisição de materiais, insumos e equipamentos. A situação atual exige a realização, em caráter de urgência, de concurso público para o preenchimento das lacunas do quadro funcional, complementada com a dotação de mais recursos orçamentários e uma mudança no fluxo financeiro da unidade produtiva, permitindo a utilização dos recursos arrecadados nas vendas de alevinos e peixes descartados, em seu próprio benefício, à semelhança do que ocorre em outras instituições federais.

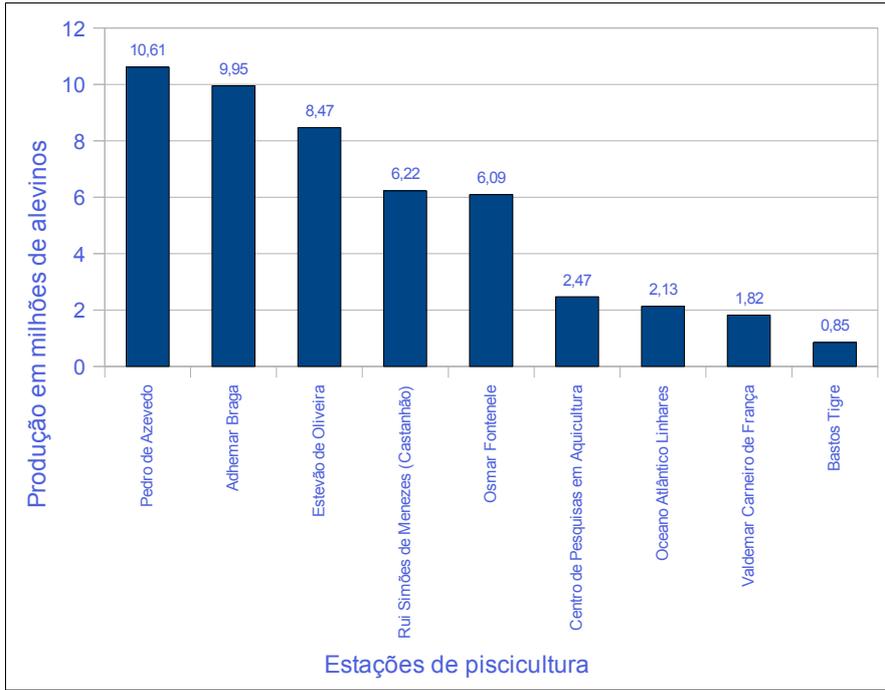


Gráfico 1 – Produção de alevinos pelas estações de piscicultura.

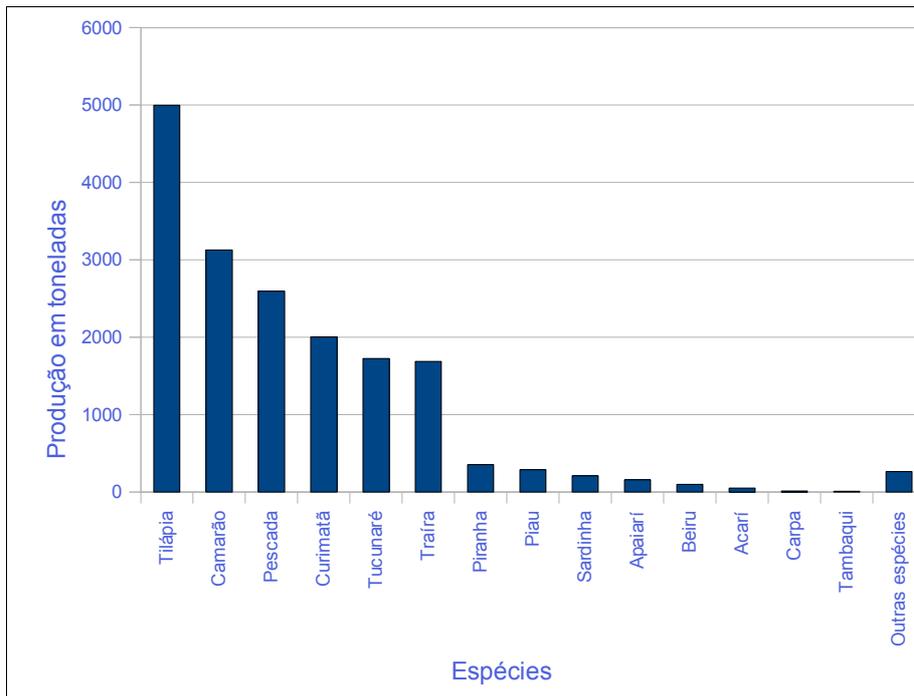


Gráfico 2 – Produção de pescado nos açudes públicos federais.



Foto 1 - Centro de Pesquisa em Aquicultura. Tanques de manuseio (primeiro plano) e de criação de matrizes de pirarucu (segundo plano). Pentecoste-CE



Foto 2 - Laboratório de pesquisas do Centro de Pesquisa em Aquicultura Rodolpho von Ihering. Pentecoste-CE



Foto 3 – Peixamento de tanques-rede. Açude Castanhão, Jaguaribara-CE.



Foto 4 – Transporte de alevinos. Açude Castanhão, Jaguaribara-CE.

Implantação de unidades demonstrativas para produção de pescado.

O DNOCS vem realizando através do programa de peixamento de açudes públicos, em parceria com a prefeitura municipal de Juazeiro-BA, o repovoamento de cerca de 40 açudes com mais de três milhões alevinos e peixes juvenis produzidos na estação de piscicultura Oceano Atlântico Linhares, em Itiúba-BA. O programa capacita pescadores artesanais e pequenos criadores, incorporando um modelo de produção familiar. Foi empenhado recursos no valor de R\$119 mil para a compra de tanques-rede para as duas unidades demonstrativas de produção de pescado. Serão fornecidos equipamentos modernos e incentivos à criação através de técnicas inovadas de cultivo intensivo de peixes em tanques-rede nos açudes de Adustina e Anagé, envolvendo 40 famílias de pescadores/piscicultores. A tilápia tailandesa com cerca de um quilograma cada, é vendida por até R\$5,00/kg para o consumidor, propiciando melhoria na dieta alimentar e oportunidade de aumentar a renda e a qualidade de vida das famílias. Foram destinados recursos conveniados para a prefeitura de Pau-dos-Ferros-RN, para a aquisição de tanques-rede, ração e materiais de consumo para a implantação de uma unidade demonstrativa de produção de pescado.

Apesar da falta de um censo e de acompanhamento da produção anual oficial (IBGE) sobre a produção de pescado em águas interiores, acredita-se que existem piscicultores em quase todos municípios, onde as ações do DNOCS são mais intensas. No Ceará, a produção estadual está estimada em torno de 22 mil toneladas, atualmente, produzidos em 42 projetos de piscicultura em tanques-rede com capacidade para 6.000 t/ano, em 11 açudes da União, 36 projetos de piscicultura em águas de domínio do estado, devidamente outorgados, para 6.000 t, acrescido de uma produção estimada em torno de 10 mil toneladas nos demais estabelecimentos rurais. O valor da produção calculado em R\$80 milhões em 2008, correspondente a 4.500 empregos rurais na produção e mais quatro mil empregos indiretos no processamento e comercialização do pescado e no abastecimento de materiais de pesca e piscicultura e ração. No Ceará o DNOCS construiu e gerencia 62 açudes com capacidade volumétrica para 14,8 bilhões de m³ de água e 152.972 hectares de área inundável.

Tabela 3 - Piscicultura em tanques-rede no Ceará (açudes federais, 2007).

Açude	Empresa (nº)	Grupos (nº)	Família (nº)	Tanques-rede (nº)	Produção (toneladas)	Valor da produção (R\$)
Castanhão	-	8	230	1.736	1.980	7.524.000
Orós	-	13	130	1.600	1.280	4.884.000
Jaibaras	-	4	20	493	500	1.900.000
Pentecoste	2	1	10	410	400	1.600.000
Caxitoré	4	-	1	25	10	38.000
Trussu	1	-	-	60	60	300.000
Amanari	1	1	8	41	36	144.000
General Sampaio	-	3	30	120	100	400.000
Mundaú	-	1	10	50	44	176.000
Acilole	-	1	8	41	36	144.000
Acoci	-	1	4	21	18	72.000
V. Berredo	-	-	1	100	44	176.000
Total	9	33	452	4.697	4.508	17.338.000

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

Produção de pescado nos açudes do DNOCS.

A produção de pescado de água doce foi estimada a partir de dados amostrais coletados nos principais açudes e expandidas a partir de dados de área de espelho d'água e número de pescadores cadastrados para efeito de pagamento de indenização no período de defeso. Dos cerca de 17,58 mil

toneladas de pescado produzido em 2008, cerca de 28% foram tilápia, seguido por camarão canela com 18%, pescada de água doce com 15%, curimatã com 11%, tucunaré com 10% e traíra com 10%, totalizando 92% da produção.

A Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA é responsável pela geração de dados de quantidade e de valor da produção de pescado de água doce no Nordeste, e vem colaborando para a consolidação da estatística nacional da pesca, publicada no Boletim da Pesca Brasil 2008, editado pelo IBAMA, SEAP/PR e para o cálculo do PIB municipal do Ceará, pelo Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE. A equipe do CPA participou da reunião de consolidação da estatística pesqueira nacional 2007, em São Luiz-MA, de 1 a 5 de dezembro de 2008.

Tabela 4 - Produção de pescado nos açúdes federais do DNOCS.

(quantidade em toneladas)

Espécies	Coordenadorias estaduais					
	Piauí	Ceará	R. G. do Norte	Paraíba	Bahia	Total
Acari	14,9	-	2,5	20,4	12,5	50,3
Apaiari	6,5	90,1	21,1	27,0	14,8	159,5
Beiru	1,0	98,3	-	-	-	99,3
Carpa	1,5	-	-	-	12,9	14,4
Curimatã	118,3	1.224,8	150,7	366,2	143,3	2.003,3
Pescada	532,8	1.438,3	99,7	396,7	125,8	2.593,3
Piau	14,6	241,4	29,4	-	1,9	287,3
Piranha	2,2	343,0	-	-	8,9	354,1
Sardinha	-	207,6	-	-	-	207,6
Tambaqui	3,8	7,3	-	-	-	11,1
Tilápia	807,5	2.548,9	626,0	459,1	554,9	4.996,4
Traíra	288,8	710,8	174,6	416,9	98,3	1.689,4
Tucunaré	167,6	1.076,5	238,9	179,1	61,9	1.724,0
Outras espécies	22,9	242,2	-	-	-	265,1
Camarão	150,2	617,8	1.999,6	-	360,1	3.127,7
Total	2.132,6	8.847,0	3.342,5	1.865,4	1.395,3	17.582,8
Açúdes com amostragem	3	48	5	3	5	64
Total de açúdes	26	64	36	40	17	183

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

O Serviço de Pesquisa e Assistência Técnica-CPA/PA elaborou seis projetos, sendo um projeto de pesquisa limnológica, no valor de R\$ 246 mil, aprovado pela Agência Nacional de Águas-ANA e mais três projetos de unidades demonstrativas de piscicultura em tanques-rede orçados em R\$ 1,01 milhão, encaminhados à SEAP/PR e encontram-se em fase de análise. Foram encaminhadas mais dois projetos no valor de R\$ 200 mil, intitulados módulo mínimo de cultivo de tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*) em tanques-rede, a pedido de produtores de Aracoiaba e Banabuiú-CE.

As pesquisas concluídas e em andamento se referem a: limnologia; aquicultura; ictiologia; ictiopatologia; nutrição; processamento do pescado; genética molecular e biologia pesqueira. Foram realizados estudos de limnologia em onze açúdes, sendo nove da União, um do governo do Rio Grande do Norte e um da prefeitura de Aquiraz-CE.

As equipes do Centro de Pesquisas em Carcinicultura e do Centro de Pesquisas em Aquicultura ministraram cursos de tecnologias de produção e processamento de camarão e peixe, nas comunidades em Itarema, Jaibaras, Castanhão e Pentecoste no Ceará, e Sabugi, no Rio Grande do Norte. Foram realizadas novos cursos sobre piscicultura pela equipe de serviço e assistência técnica para 200 interessados, duas palestras em Fortaleza-CE, uma em Sobral e uma em Belo Horizonte-MG para 640 pessoas. Foram realizadas nove cursos de capacitação para 168 pessoas sobre a produção alternativa de alimentos para as famílias de baixa renda, pescadores, criadores e outros interessados.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo CPA, destacam-se:

Elaboração de plano de trabalho e adequação do projeto básico de regulação do uso de recursos hídricos em açudes no semiárido nordestino, uma parceria da ANA/DNOCS;

Elaboração de plano de trabalho para a implantação de unidades demonstrativas criação de peixes na colônia - Z 22, de pescadores de Pau dos Ferros e Apodi/RN, uma parceria da SEAP-PR/DNOCS;

Elaboração do termo de referência para a aquisição de equipamentos para apoio à estruturação do Centro de Pesquisas Rodolpho von Ihering em Pentecoste-CE, com recursos do Proágua Nacional, uma parceria da ANA/DNOCS;

Elaboração de planos de trabalho para o projeto de implantação da unidade demonstrativa de piscicultura em tanques-rede no açude Poço Branco, administrado pelo DNOCS no Rio Grande do Norte, uma parceria da SEAP-PR/DNOCS;

Ações de supervisão realizadas pela CPA/PA, em conjunto com a Agência Nacional de Águas-ANA nos projetos de tanques-rede açudes Pereira de Miranda (Pentecoste), Caxitoré (Pentecoste) e Jaibaras (Sobral-CE);

Fiscalização das atividades de convênio com a prefeitura municipal de Sobral-CE e

Produção de relatórios técnicos, publicações e materiais didáticos sobre aquicultura.

Centro de Pesquisas em Carcinicultura.

O Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPC localizado na rua dos Tabajaras, 241, Praia de Iracema, em Fortaleza-CE tem capacidade para produzir 1.000.000 pós-larvas de camarão a cada ciclo, uma produção anual da ordem de 10.000.000 pós-larvas. Os técnicos CPC participam do grupo de pesquisa de âmbito nacional para o desenvolvimento da plataforma tecnológica para o camarão, intenso trabalho de multiplicação de camarão de água doce da amazônia (*Macrobrachium amazonicum*), em articulação com a Universidade Federal do Pará, a partir da aquisição de 600 matrizes, trazidas de Belém-PA, em outubro de 2007, cuja pureza genética permite renovar o potencial de crescimento e atingir tamanho comercial de dez gramas em quatro meses, podendo chegar a 25 gramas. O que motivou o CPC a tomar a medida foi o tamanho reduzido, de apenas cinco gramas e o baixo valor comercial dos camarões encontrados nos riachos e açudes do Nordeste, por causa da degeneração genética resultante de sucessivos retrocruzamentos desde a sua introdução em 1939.

Para conseguir a eclosão das larvas de camarão, os técnicos do CPC procuram reproduzir o ambiente natural do estuário do rio Amazonas, em Belém, pelo bombeamento da água do mar para os tanques, mistura com água doce para deixar na salinidade em 12 ppt, e uso de processos de filtragem natural que propiciam as condições para criação das larvas e pós-larvas, que são alimentadas com ração elaborada no Centro. Com o auxílio de termostatos, a temperatura da água é mantida em 30 graus centígrados para que as 50 mil larvas em média de cada tanque sobrevivam e cresçam. Atualmente, o plantel é de aproximadamente 25 mil matrizes e reprodutores distribuídas em cinco viveiros na estação de piscicultura de Amanari, em Maranguape e quatro no Centro Pesquisas em Aquicultura, em Pentecoste-CE, sob a supervisão da equipe do CPC que faz monitoramento semanal das águas e das matrizes, para o acompanhamento biométrico do crescimento, sanidade e alimentação

e traz as fêmeas para desovar no laboratório em Fortaleza. Inicialmente, foram distribuídos 697.325 pós larvas de camarão, lançadas em 123 açudes públicos gerenciados pelo DNOCS e vendidos aos produtores interessados.

A ação de repovoamento se estendeu aos mananciais de água doce não poluídos da região metropolitana de Fortaleza, nas lagoas de Messejana, Maraponga, Mondubim e Sapiranga. Ressalte-se que durante o ano de 2008, não foram supridas adequadamente as demandas do Centro de Pesquisas, portanto só foi possível completar quatro ciclos reprodutivos, onde deveria produzir acima de sete milhões de pós larvas. O principal objetivo do repovoamento dos mananciais com o camarão da amazônia é o seu impacto social. Com a melhor bagagem genética, maior peso e valor comercial, é capaz de proporcionar aumento na renda dos pescadores artesanais extrativistas e pequenos produtores das comunidades carentes, que pescam camarão de água doce para sobreviver. O camarão de água doce, de baixo custo de produção e de menor preço em relação ao camarão marinho, é consumido no interior do Nordeste como tira-gosto nos bares e isca para a pesca amadora. No açude Orós-CE existem cerca de 200 pescadores de camarão que capturam cerca de 200 kg/semana cada, de abril a dezembro, que, após cozido, salgado e seco é vendida a R\$1,00/kg, gerando uma produção estimada em R\$1,2 milhão por ano, comercializado pelos atravessadores no mercado local, Paraíba, Alagoas e Pernambuco.

O Centro de Pesquisas em Carcinicultura foi a única instituição de pesquisa no mundo a dominar o ciclo de produção em cativeiro do camarão pitu (*Macrobrachium carcinus*), nos anos 2003-2007. Por duas vezes, a equipe técnica fechou o ciclo do pitu. As pós-larvas do pitu foram lançadas nas lagoas do Cauípe, em Caucaia, e nos açudes Pentecoste, Curu e Jaibara. O trabalho com pitu foi interrompido por falta de recursos.

Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering.

O Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering foi idealizado e criado em 1972 pelo Engenheiro Agrônomo Raimundo Adhemar Braga, PhD., observando todas as atividades da ex-Divisão de Pesquisas Ictiológicas, sendo instalado e entrado em operação em janeiro de 1973, mas a inauguração ocorreu em 8 de março de 1985. De acordo com regimento interno, os centros de pesquisas estão subordinados, tecnicamente, à Coordenadoria de Pesca e Aqüicultura-CPA da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP, ao qual compete, por iniciativa própria ou em articulação com órgãos governamentais e não governamentais, realizar pesquisas e estudos; gerar e difundir tecnologias e promover o fomento à produção e cursos de capacitação.

Capacitação em aqüicultura e processamento de pescado.

Os cursos para técnicos e especialistas são realizados no Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho Von Ihering-CPAq, em Pentecoste-CE, que possui uma infra-estrutura de 14 ha de espelho d'água, laboratório de pesquisa genética, unidade de reversão sexual e de segregação genética, sala de aula, auditório, laboratório móvel, barco de pesquisa e laboratório de processamento de pescado. São 10 instrutores especializados em temas sobre aqüicultura: limnologia aplicada à aqüicultura; reprodução de peixe e produção de alevinos; transporte de peixe; doenças e tratamentos de peixes; sistema e cultivo de camarões e de peixes; sexagem e reversão de sexo de tilápias; nutrição de peixes e camarões; construção de viveiros e demanda de água em sistema de aqüicultura; tecnologia de produção e de processamento de pescado. Para a ampliação desta ação estão sendo implantados três unidades de beneficiamento de pescado em Amanari-CE, São João do Sabugi-RN e Tauá-CE, que deverão entrar em operação no primeiro semestre de 2009. A equipe de assistência técnica realizou cursos sobre processamento de pescado para 197 pescadores e suas esposas nas colônias de pescadores de Itaitinga-CE, Messejana-CE, Nova Jaguaribara-CE e São João do Sabuji-RN.

Foram ministradas palestras e cursos na UECE, na Escola Técnica Federal de Iguatu, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Pesca da UFC, no Projeto de Educação em Células-PRICE, UFPI e EMBRAPA-PI. Desenvolvidos trabalhos de inclusão de produtos de pescado na merenda escolar em Pentecoste-CE, incubação de duas empresas de processamento de pescado (VALPEX e Mário Feitosa)

Microalgas na alimentação de alevinos

O projeto de produção de microalgas, inserido no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentabilidade do Semiárido Nordeste-CONVIVER, do governo federal vem obtendo ótimos resultados. A pesquisa desenvolvida pela Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA, desde 2004, vem contribuindo positivamente para a alavancagem da aquicultura como alternativa de alimento natural para criação de peixes nas estações de piscicultura e centros de pesquisas.

Para a consolidação do projeto, medidas foram tomadas pela CPA, como a construção de um laboratório de microalgas no Centro de Pesquisas Rodolpho von Ihering em Pentecoste e de uma unidade experimental na estação de piscicultura Valdemar Carneiro de França, em Amanari, ambos no Ceará. O primeiro projeto foi para o cultivo natural de microalgas para formação de cadeia alimentar dos peixes e o segundo para produção da farinha de microalgas utilizada no arçoamento de tilápias nilótica (*Oreochromis niloticus*). As macro e microalgas com grande capacidade de multiplicação nos reservatórios, viveiros e tanques de criação extensiva de peixes apresentaram grande potencial como alimento natural de baixo custo, rica em proteínas de boa digestibilidade, com teores de proteínas variam de 25% a 33%, cálcio de 20,85% a 26% e fósforo de 382,3 a 396,3 mg.

A farinha é diretamente oferecida na alimentação dos peixes ou na composição da ração balanceada, apresentando boa aceitabilidade pela espécie nilótica, tornando-se uma alternativa alimentar que permite amenizar os custos de produção dos pequenos e médios piscicultores. Ressalte-se que a crescente demanda e a elevação dos preços de produtos agrícolas, tradicionalmente utilizados na ração, vem aumentando a busca por alternativas de insumos de baixo custo para ração. Em face da importância do resultado deste trabalho, será implantada mais um projeto de microalgas na estação de piscicultura de Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte e posteriormente em outras unidades de piscicultura. A intenção é de propagar a tecnologia para todo o semiárido, contribuindo para o crescimento da piscicultura no Nordeste. A farinha de algas também pode ser utilizado como adubo no cultivo de hortaliças como coentro, cebolinha e alface.

Banco genético de espécies de peixes da região Nordeste

O Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolfo von Ihering-CPAq, em Pentecoste-CE vem desenvolvendo pesquisa de mapeamento genético do camarão canela (*Macrobrachium amazonicum*), piaba (*Astianax spp*) e bodó (*Loricariidae*) pelo método da reação em cadeia de polimerase-PCR. Foi realizado o seqüenciamento genético do pirarucu, tilápia tailandesa e camarão pitu, identificados por PCR e que podem ser rastreadas geneticamente.

O laboratório dispõem, também, de material genético (DNA extraído) de tambaquis, pirapitingas, curimatãs, pescada do Piauí, carpa comum e sardinha. O banco genético também se compõe de material vivo, isto é, matrizes e reprodutores das espécies citadas, que são mantidas em viveiros, além do sêmen de tilápia tailandesa congelado em nitrogênio líquido. Marcação eletrônica e acasalamento de 64 exemplares adultos de pirarucu (*Arapaima gigas*) que deverão iniciar a reprodução por todo o ano de 2009. Estas atividades necessitam da constância no fluxo de recursos de custeio, para aquisição de rações para manter matrizes e reprodutores e de nitrogênio líquida (que é volátil) para manter o sêmen congelado. O reduzido valor dos recursos para custeio e a inconstância na sua liberação constituem-se em fator limitante para o desenvolvimento das pesquisas.

O Centro mantém plantéis de matrizes e reprodutores para serem distribuídas para estações de piscicultura e demais interessados, sendo 920 pirarucus de diversas idades, 2.050 tilápias tailandesas e mais 1.100 de diversas espécies (tambaquis, pirapitingas, curimatãs, piaus, matrinhãs, carpas, tucunares, sardinhas, camarões pitu e amazônico). Foram destinadas 220 mil matrizes e reprodutores de tilápia tailandesa para instituições públicas (Codevasf, Bahiapescas e UFC) e 6 empresas privadas.

Plano de Desenvolvimento Mais Pesca e Aquicultura.

O Presidente da República lançou em Salvador, em 4 de agosto, o Plano de Desenvolvimento Mais Pesca e Aquicultura 2008/2011, que prevê medidas de incentivo à criação em cativeiro, a pesca oceânica, o estímulo ao consumo e a melhoria das condições sociais e de trabalho dos pescadores artesanais, pela ampliação dos investimentos para desenvolver a cadeia produtiva do pescado. A estratégia para o desenvolvimento da pesca artesanal envolve investimentos em infra-estrutura de produção, capacitação, crédito, assistência técnica, fábrica de gelo e de processamento de pescado, com a criação de 120 Centros Integrados da Pesca Artesanal nos principais pólos pesqueiros do país. Os investimentos no cultivo têm foco nos reservatórios de hidrelétricas e na costa marítima. A Embrapa Aquicultura e Pesca, Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte-CPAMN, em Terezina-PI, assume a responsabilidade de desenvolver pesquisa em aquicultura, coordenar e integrar as pesquisas de todas as universidades e institutos, em áreas de monitoramento dos estoques, monitoramento genético, manejo, sanidade e processamento. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca-SEAP vem concentrando esforços para ampliar o acesso dos interessados em aquicultura às águas dos reservatórios públicos e da costa marítima, mediante cessão de direito de uso em áreas com maior potencial para crescimento. Em sua visita ao açude Castanhão, em setembro, o titular da SEAP, declarou que pretende transformar a cadeia produtiva do pescado da mesma forma que o governo transformou as cadeias produtivas de bovinos, frango e suínos, em que o país hoje é altamente competitivo no mundo.

Entrega de títulos de lotes de espelhos d'água do açude Castanhão.

A entrega de títulos de lotes de espelhos d'água para criação de pescado de forma legal dentro do programa federal de águas produtivas, foi iniciado em Itaipú-PR, depois Jatobá-PE e o terceiro no Castanhão-CE. Após regularizado com a autorização do Conselho Estadual do Meio Ambiente-Coema, licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e outorga da Agência Nacional de Águas-ANA, o título dá o direito de cessão para explorar durante 20 anos. Esse complexo procedimento burocrático permite atrair investimentos privados para entrar no processo de produção com prioridade para tanques-redes nos reservatórios do Nordeste. Os três reservatórios onde foram entregues os primeiros títulos no País, tem potencial para produção de 500 mil toneladas de pescado por ano.

No Castanhão, houve a entrega de 641 títulos de cessão de uso das águas da União, com 875 lotes de 1.250m² cada, disponibilizados sem ônus para o beneficiário, espaço suficiente para a instalação de 25 tanques-rede, com capacidade para produção total de 25 toneladas de peixe por ano, previsão de renda de R\$ 1,4 mil/mês por família, que irá se constituir em uma das principais fontes de renda das populações de Alto Santo, Jaguaratama e Jaguaribara. A seleção dos beneficiários dessa etapa foi realizada através de edital de seleção pública. Quando a produção máxima estimada para os parques aquícolas do Castanhão for atingida, a região contará com cerca de 30 mil toneladas de tilápia por ano, produção bruta de R\$90 milhões e renda líquida de R\$18 milhões.

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do semiárido-CONVIVER, fomento à piscicultura.

Para promover a capacitação de famílias de baixa renda, de pescadores e agricultores na criação e tecnologia de beneficiamento de camarão, possibilitar a geração de trabalho e renda nos açudes e perímetros irrigados do DNOCS, foram realizados eventos de capacitação com vistas a divulgação, estímulo a produção e incentivo a criação de tecnologias de beneficiamento de camarões

no semiárido pelos próprios servidores, utilizando a estrutura física dos centros de pesquisa e estações de piscicultura. Foram ministrados cursos de capacitação para produção alternativa de alimentos a família de baixa renda para pescadores, piscicultores e interessados: em São João do Sabugi-RN (13 participantes); na unidade de beneficiamento de pescado dos produtores urbano de Jaguaribara-CE no açude Castanhão (37 participantes); na colônia de pescadores Z-19, unidade de Itarema-CE (16 participantes); no centro de pesquisa Pentecoste-CE, para a comunidade de São Pedro do açude Pereira de Miranda (14 participantes); no centro de pesquisa Pentecoste-CE para colônia de pescadores Z-16 do açude Pentecoste, (14 participantes); no centro de pesquisa Pentecoste-CE, para alunos da engenharia de alimentos da UFC (14 participantes)

2.1.2 Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA.

A irrigação pública no Brasil tomou impulso a partir da instituição do Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário-GEIDA, em 1968, e pelo delineamento de uma política de irrigação através do Programa Plurianual de Irrigação-PPI, em 1970. Os principais programas de irrigação foram: Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigadas-PROVARZEAS, iniciado em 1981, que implementou cerca de um milhão de hectares irrigados no País até o final daquela década: Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação-PROFIR, iniciado em 1983, que fomentou os sistemas de irrigação mecanizados (pivot central, aspersão convencional e localizado). O interesse suscitado pela irrigação como ação estratégia para promover a interiorização do desenvolvimento propiciou a criação do Ministério Extraordinário da Irrigação, responsável pelo desenvolvimento do Programa Nacional de Irrigação-PRONI e o Programa de Irrigação do Nordeste-PROINE (12-02-1986), com proposta de irrigar um milhão de hectares. Mas as constantes mudanças nas orientações políticas e nas prioridades dos sucessivos administradores públicos ao longo dos últimos 40 anos, resultaram em inconstância do fluxo de recursos financeiros e freqüente criação e extinção de órgãos responsáveis pela implementação das políticas de irrigação, impossibilitando a concretização da ambiciosa meta fixada. Verifica-se também a ausência de coordenação dos diversos projetos e atividades concernentes à função irrigação, por muitos anos, o que resultou na constituição de modelos pouco dinâmicos e de baixo resultado financeiro, arrefecendo os interesses pela irrigação pública.

Com a criação do Ministério da Integração Nacional pela Medida Provisória no 1.911, de 28.07.1999, procurou-se concentrar, sob sua coordenação, as principais agências públicas federais responsáveis pela execução da política nacional de irrigação. Buscou-se, assim, um novo arranjo institucional na implementação de um modelo de irrigação de cunho nacional. Pelas informações contidas no documento “A irrigação no Brasil: situação e diretrizes” elaborada pelo Ministério da Integração Nacional-MI/IICA, 2008, consta que segundo os estudos do Banco Mundial, foram investidos mais de US\$2 bilhões de recursos públicos em obras de infra-estrutura e ações de apoio, nas últimas três décadas, na implantação de 200.000 ha de irrigação pública no Nordeste, um investimento médio de US\$10.000,00/ha. Uma constatação importante, resultado dessa ação, foi o estímulo ao investimento privado, que desenvolveu cerca de 400.000 ha adicionais de área irrigada no Nordeste, pela abertura de novas alternativas de culturas, tecnologias e processos produtivos validados pelo pioneirismo dos perímetros públicos de irrigação.

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada no desenvolvimento regional, deve-se admitir que o desempenho da irrigação pública está aquém do ideal, notadamente, por causa da difícil solução das questões de subutilização da área com a infra-estrutura implantada, impedimento legal para a retomada dos lotes inexplorados, da permanência de irrigantes em situação grave de inadimplência, falta de pagamento de tarifas, especulação imobiliária e prática de agricultura tradicional ou de sequeiro dentro do perímetro. É necessário lembrar que, independentemente das causas da sub-utilização das áreas irrigadas, são significativos os resultados alcançados pela irrigação pública medidos pela área com efetiva produção de 120.000 ha (60%), em cerca de 200.000 ha implantados ao longo de 40 anos. Por outro lado, esses números mostram, também, que um investimento público da ordem de US\$800 milhões (80.000ha) realizado em infra-estrutura produtiva de irrigação para gerar 80 mil empregos diretos permanentes (um emprego direto/ha irrigado) e em condições de gerar US\$261 milhões em produtos irrigados a cada ano (valor estimado da produção anual de US\$3268/ha/ano, DNOCS 2008, câmbio: R\$1,83/US\$), estão simplesmente parados.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, os resultados mais recentes confirmam o crescimento sustentável da agricultura irrigada na produção de alimentos e matérias primas agroindustriais, que só é possível com o uso da moderna tecnologia, produção articulada com o

mercado e competência no empreendedorismo, como quaisquer segmento da economia. Dentro dessa visão, a agricultura é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de interiorização do desenvolvimento regional, pela facilidade na criação de grande número de empregos permanentes para mão-de-obra qualificada ou não, a custos inferiores aos de outros segmentos da economia, potencializando as atividades econômicas, a exemplo dos pólos de desenvolvimento hidroagrícola de Petrolina-PE/Juazeiro-BA, Baixo Jaguaribe-CE e Livramento de Nossa Senhora-BA entre outros. O retorno do investimento em perímetro público de irrigação não deve ser medido apenas em número de famílias assentadas, é muito mais importante os resultados expressos em termos municipais e regionais, medidos pelos Índices de Desenvolvimento Humano-IDH e de Desenvolvimento Municipal-IDM, calculados a partir de indicadores de crescimento simultâneo dos segmentos rurais e urbanos, pelo número total de empregos, salários e impostos gerados em todos os setores da economia, como resultado do consumo de insumos agrícolas, materiais de construção, maquinaria e serviços, na implantação e na manutenção do perímetro, na irrigação e na comercialização de produtos *in natura* e na transformação de matéria prima agroindustrial, devidamente processados, certificados, embalados no local onde é produzido e transportados para os mercados interno e externo.

A nova visão sobre agricultura, cujo resultado sobrepõem o rural, se deve ao acúmulo de conhecimentos durante mais de quarenta anos e o amadurecimento das habilidades administrativas e empresariais do agronegócio, que vem contribuindo, firmemente, para a abertura de novos horizontes para os perímetros de irrigação, idealizados e formatados com características e comportamentos distintos daqueles vivenciados em épocas anteriores. Assim, o século XXI emerge com novos cenários desafiadores, notadamente, pelo crescimento do número de produtores detentores de pleno conhecimento sobre o processo de produção, associadas às empresas integradoras e detentoras de fatias significativas de mercados de produtos agrícolas, marcando sua crescente presença em mercados cada vez mais estruturados, exigentes, em larga escala e de baixo custo, que determinam novos posicionamentos no que diz respeito aos investimentos e modernização, pela incorporação de expressões obrigatórias como: rastreabilidade; produção ecologicamente e socialmente corretos; produtos livres de agrotóxicos; diversificação das espécies exploradas, respeitando a compatibilidade ecológica e econômica; certificação; fornecimento contínuo de mercadoria de qualidade e sistema integrado de produção e comercialização. Esta nova tendência de organização da produção e de comercialização de produtos agrícolas, onde prevalece o profissionalismo e as regras estabelecidas de convivência dos produtores no seu ambiente econômico, ecológico e social, é decorrente da abertura da mentalidade dos administradores públicos, permitindo maior permeabilidade às mudanças necessárias e exigidas pela globalização, na busca incessante por novas oportunidades de emprego e renda, sustentáveis e capaz de acompanhar o crescimento demográfico e anseios de melhor qualidade de vida da população.

Pelo panorama descrito de perspectiva de mudanças inovadoras na agricultura e pela opinião dos analistas, contidas no documento “A irrigação no Brasil: situação e diretrizes”, (2008), a ação do governo deverá ser mais eficaz e voltada ao fomento e ao desenvolvimento de programas de suporte à irrigação privada. Cabe ao governo traçar diretrizes, estabelecer normas, aprimorar instrumentos de apoio ao setor, agilizar e fiscalizar ações de políticas públicas, estabelecendo meios para que a agricultura irrigada se desenvolva com menos riscos. Deve-se lembrar, também, que a agricultura é uma atividade muito frágil por causa da reduzida capacidade de apropriação da renda gerada pelo próprio setor, cuja característica mais marcante é a tendência histórica de declínio dos preços recebidos pelos produtores, diferente dos demais setores da economia, mais capitalizados e organizados, conseguem agregar crescente parcela de renda sobre a produção agrícola. Para superar esta fragilidade, a política pública sobre irrigação é passível de ser redirecionada, estimulada ou desestimulada, através de incentivos fiscais, créditos especiais e subsídios, instrumentos estes, abertamente praticados pelos países desenvolvidos, há mais de dois séculos, argumentando-se que a segurança alimentar, geração de empregos e criação de riqueza via produção agrícola, sobrepõe-se aos interesses particulares de intercâmbio comercial para tornar-se uma questão de segurança nacional.

Os benefícios seriam incrementados pela implementação do Programa de Eficiência da Agricultura Irrigada pelo Ministério da Integração Nacional-MI, através de um variado leque de instrumentos de intervenção pública de interesse socioeconômico, destacando-se: o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas que levem à economia de água e de consumo de energia elétrica; recuperação da infra-estrutura física; reabilitação e modernização dos perímetros de irrigação; capacitação técnica, administrativa e formação de pessoal especializado de nível superior e médio envolvidos em irrigação; assistência técnica e extensão rural; redução dos custos de irrigação aliada à elevação do rendimento dos fatores de produção e o apoio à inserção competitiva dos produtos da agricultura irrigada nos mercados nacional e internacional. O Programa contempla ações de apoio ao fortalecimento institucional dos estados e municípios: na elaboração de planos diretores de desenvolvimento regional; na realização de estudos e elaboração de projetos estratégicos; na execução de obras e na aquisição de equipamentos. As ações são priorizadas segundo critérios estabelecidos pela SIH/MI e executadas pelo DNOCS e Codevasf, em parceria com os governos estaduais, prefeituras municipais, produtores rurais e iniciativa privada.

A irrigação constitui um importante instrumento de política econômica e de desenvolvimento regional, considerando o universo da agricultura irrigada e não somente a irrigação pública. Dentro desta visão, tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 6.381/2005, que, sancionado pelo presidente da república e convertido em lei, deverá substituir a Lei nº 6.662 de 25 de junho de 1979, denominada Lei de Irrigação. O projeto de lei, de alguma forma, intenciona compatibilizar os projetos de irrigação com a nova realidade nacional, como a exigência de outorga de direito de uso da água e o licenciamento ambiental. Introduce a necessidade de zelar pela utilização sustentável dos recursos naturais e a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Cria a possibilidade de gestão de perímetros irrigados públicos mediante concessão e parcerias público privadas.

Dentro da visão de empreendedorismo e sustentabilidade dos perímetros públicos, destacam-se as questões das exigências por experiência, capacidade financeira, profissionalismo e conhecimentos sobre as atividades econômicas a serem desenvolvidas pelos candidatos a novos irrigantes, independentemente de serem pequenos, médios ou grandes produtores, pois tamanho não é competência na irrigação. O tamanho da área para cada candidato ou grupo de candidatos deverá ser definida pela dimensão do seu mercado para o principal produto, da produção própria da empresa integradora e dos seus associados, respeitando a necessidade de rotação de culturas, produtos ecologicamente compatíveis, produção de forragem, criação de animal confinado e área de preservação ambiental. Nos perímetros de irrigação mais modernos, como o Baixo Acaraú e o Tabuleiros de Russas, onde existem 20 mil hectares financiados pelo Banco Mundial, o governo realizou investimentos em infra-estrutura, atraindo empresas âncoras consideradas mais dinâmicas, com posição sólida no mercado e preparadas para obter êxito num mercado global.

Ocupação e uso dos perímetros

O perímetros irrigados do DNOCS com informações estatísticas disponíveis são, atualmente, 37, com uma área desapropriada de 223.724 ha, dos quais, cerca de 123.409 ha são irrigáveis, com 71.739 ha implantados, 63.853 ha entregues a 7.665 irrigantes, subdivididos em 41.271 ha para 7.197 pequenos produtores, 1.090 ha para 66 engenheiros agrônomos, 864 ha para 67 técnicos agrícolas e 20.097 ha para 335 empresas. Pelas informações fornecidas pelas Cest's, cerca de 38.202 ha estão cultivadas, equivalente a 60% da área entregue, com a ociosidade de cerca de 40% ou 25.651 ha irrigados e não utilizados. O baixo nível de aproveitamento da área irrigada pode ser atribuída a lentidão dos novos irrigantes na ocupação dos lotes, dificuldades financeiras para realização de elevados investimentos em infra-estrutura e instalação de equipamentos hidroagrícolas e ausência de fiscalização e de execuções judiciais mais rígidas sobre os desvios nas regras pré-estabelecidas de ocupação e uso dos lotes.

A situação em números dos cinco perímetros mais expressivos, que no conjunto representam 48 % da área disponível de todos os perímetros irrigados, são: Tabuleiros de Russas-CE com 15.507 ha irrigáveis foram implantados 10.766 ha, entregues 9.670 ha, havendo cultivado 2.546 ha e colhidos 1.569 ha; Platôs de Guadalupe-PI com 14.957 ha irrigáveis, implantados 3.196 ha, entregues 2.876 ha, cultivados 675 ha e colhidos 455 ha; Moxotó-PE com 8.596 ha irrigáveis, implantados 6.491 ha, entregues 6.490 ha, cultivados 1.142 ha e colhidos 881 ha; Baixo-Açu-RN com 6.000 ha irrigáveis, implantados 5.168 ha, entregues 5.168 ha, cultivados 1.277 ha e colhidos 1.055 ha; Tabuleiros Litorâneos do Piauí-PI com 8.183 ha irrigáveis, implantados 2.443 ha, entregues 2.443 ha, cultivados 1.011 ha e colhidos 631 ha.

O valor bruto de produção agrícola dos perímetros de irrigação alcançaram R\$177,74 milhões em 2008, destacando-se Tabuleiros de Russas-CE com R\$30,97 milhões, Jaguaribe-Apodi-CE com R\$24,02 milhões, Brumado-BA com 20,14 milhões, Morada Nova-CE com R\$15,60 milhões, São Gonçalo-PB com R\$10,57 milhões, Curu-Paraipaba-CE com R\$10,51 milhões, e Baixo-Açu com R\$10,49 milhões, totalizando no conjunto, 68,90% do valor total. As culturas mais expressivas são a banana com R\$36,62 milhões, melancia com R\$19,20 milhões, arroz com R\$17,22 milhões, melão com R\$15,09 milhões, manga com R\$14,80 milhões e coco-da-baía com R\$14,61 milhões, totalizando no conjunto 66,22 % do valor total de produção.

Tabuleiros de Russas-CE

O perímetro é um dos mais modernos, com a utilização da alta tecnologia e produção integrada de melão, melancia, banana, mamão e outras frutas destinadas para diversos estados brasileiros, Europa e Estados Unidos. A área cultivada em Tabuleiros de Russas aumentou de 1.708ha em 2007 para 2.546ha em 2008, o que mostra que explora, efetivamente, apenas 26% da área total 9.670ha com infra-estrutura de irrigação implantada e entregue aos 618 irrigantes. No perímetro concentra o cultivo de melão (971ha), melancia (768ha), mamão (151ha), banana (144ha e milho e feijão (365ha). Na produção e na comercialização das frutas destacam-se as empresas âncoras como a Nolem (associada à irlandesa Fyffes), Agrícola Famosa, Itaueira e Frutacor, que, além da produção própria, organizam a produção dos pequenos produtores e agregam conhecimentos em defesa vegetal, transferem tecnologia, organizam calendários de produção e comercialização agrícola e providenciam a colocação das frutas nos mercados nacional e internacional. A novidade é o investimento em sistema de resfriamento de frutas que permite melhor conservação da qualidade dos produtos para exportação, ampliando o período de vida útil para chegar em melhores condições para o consumidor final.

Tabuleiros Litorâneos-PI

O diferencial do Tabuleiros Litorâneos está na produção de frutas orgânicas desde 2005, tendo a acerola como carro-chefe, goiaba, coco, caju e melancia. Os irrigantes do projeto conquistaram a certificação orgânica da produção no Instituto Biodinâmico, concedida aos pequenos agricultores durante a Biofach América Latina, 2006, em São Paulo-SP. A venda para o mercado internacional é resultado da disponibilização da assistência técnica especializada, da mais moderna tecnologia pela empresa integradora, inclusive certificação de produtos orgânicos, cultivados sem agrotóxicos e agroquímicos, o que vem tornando esses produtos mais valorizados no mercado internacional. A produção de 2.532 toneladas acerola orgânica colhida em 50,5ha é comercializada para a empresa farmacêutica norte-americana Amway Nutrilite do Brasil, com fábrica de vitamina C em pó em Ubajara-CE. Os dados do serviço de monitoramento da produção nos perímetros de irrigação, consta que no Tabuleiros Litorâneos foram entregues 2.443ha aos irrigantes, dos quais 1.010ha estão cultivados e 631ha em produção. A área cultivada com frutas de 771 hectares, é de coco-da-baía(107,9ha), acerola(100,5ha, dos quais 50 ha foram implantados em 2008), goiaba(97ha) e melancia(390ha), e para as demais culturas destacam-se 227,5 hectares de milho e feijão. A área cultivada representa 41% dos 2.443 ha com infra-estrutura de irrigação implantados.

Assistência técnica e extensão rural-ater

O DNOCS apresentou, em meados de outubro, o resultado da licitação em que o consórcio Magna Engenharia Ltda/Cetrede venceu a concorrência pública, com a proposta de R\$22,58 milhões, para a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural-ater para os pequenos produtores. O contrato prevê a alocação de 210 profissionais especializados para os perímetros irrigados durante seis anos. A execução dos serviços inclui a instalação de três escritórios regionais, em Fortaleza, Teresina e Recife, nos quais serão alocados três agrônomos coordenadores, especialistas em mercado, quatro na área de comercialização, três em horticultura e três especialistas em irrigação e drenagem, que darão assistência aos perímetros de modo regionalizado. Para os perímetros de irrigação serão designados mais 28 agrônomos, 17 técnicos em organização, 82 técnicos agrícolas/agropecuários, 25 auxiliares de serviços gerais, 8 operadores de canais e bombas, 2 gerentes de operação e manutenção de perímetro, 2 zootecnistas, 2 técnicos de nível médio em operação e manutenção e 3 assistentes administrativos de nível médio.

A ater deverá atender a 6.235 pequenos produtores em 21 perímetros, dos quais 3.496 no Ceará, no Baixo Acaraú, Tabuleiros de Russas, Jaguaribe/Apodí, Morada Nova, Icó Lima Campos, Araras Norte, Curu-Pentecoste e Curu-Paraipaba. No Piauí, serão atendidos 749 pequenos produtores nos perímetros de Tabuleiros Litorâneos, Lagoas do Piauí, Caldeirão, Platôs de Guadalupe, Vale do Fidalgo e Gurguéia. No Maranhão serão atendidos 513 pequenos produtores nos perímetros Várzea do Flores, Tabuleiro São Bernardo e Salangô; na Bahia 455, nos perímetros Vaza Barris e Brumado; em Pernambuco 565 no Moxotó e, na Paraíba, 457 pequenos produtores no perímetro São Gonçalo. A empresa deverá disponibilizar 63 automóveis, 2 pickups e 76 motocicletas para o deslocamento dos profissionais na assistência aos pequenos produtores.

O objetivo é o de constituir equipes de assistência técnica e capacitação; desenvolver metodologias e estratégias de ação adequadas às necessidades dos irrigantes; introduzir e desenvolver tecnologias mais adequadas para o processo produtivo, comercialização e acesso aos mercados; implantar e gerir sistemas de informações técnico-econômicas e de organização mercantil; capacitar os irrigantes nos lides da irrigação e na administração do distrito. O resultado esperado será a ampliação do conhecimento do produtor na condução do seu negócio e deverá contribuir para o aumento da produção agrícola, diversificação de produtos destinados ao mercado local e exportação, melhoria no planejamento e produção de espécies ecologicamente compatíveis e em associação com a produção animal, com perspectivas de aumento na produtividade e melhoria na qualidade, ampliar a competitividade, tirá-los do vexame da inadimplência e obter maior facilidade de financiamento bancário nas solicitações de crédito. Assessoramento técnico no gerenciamento da organização dos produtores, produção e comercialização, tendo em vista a implementação de um processo de aprendizagem coletiva das comunidades de irrigantes em noções de cidadania, na busca permanente pela geração de renda, desenvolvimento sustentado e melhoria da qualidade de vida. O prazo para execução dos serviços da contratação é de 12 meses a partir da data da assinatura do contrato, e pode ser prorrogado por até cinco anos, tempo previsto suficiente para que os distritos se fortaleçam, tornem-se sustentáveis e aptos para emancipação. O documento da concorrência detalha as principais culturas de cada perímetro irrigado, tipos de solo e fonte hídrica.

Além dos 21 projetos beneficiados pela contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural, existem mais 16 pequenos perímetros de irrigação a serem recuperados e integrados à economia local. O Ministério da Integração contratou empresas que concluíram o diagnóstico para a recuperação da infra-estrutura, que também prevê assistência técnica e extensão rural para a alavancagem da produção agrícola irrigada.

Ação de apoio à comercialização: implantação de câmara fria.

Foi inaugurada uma câmara fria no núcleo gerencial do perímetro Tabuleiros de Russas, em

fevereiro, composta de três unidades com capacidade de estocagem de 52 toneladas cada uma. Essa câmara estabelece uma temperatura ideal para que as frutas cheguem climatizadas ao seu destino sem sofrer choques térmicos, o que garante uma maior durabilidade da qualidade dos frutos destinados à exportação, assegurando as condições ideais de consumo. A produção de melão e melancia são administradas pela empresa integradora Nolem, responsável pelo planejamento, transferência de tecnologia de produção e exportação. A produção do perímetro está em processo de desenvolvimento, mas o que se espera é que os empresários que já adquiriram lotes venham a colocá-los em produção para que os objetivos sejam alcançados. Novas câmaras frias estão programadas para os demais perímetros conforme as necessidades.

Especulação imobiliária nos perímetros irrigados

O Diretor-Geral do DNOCS tomou a decisão de agilizar a retomada das áreas inexploradas dos perímetros de irrigação, de agir com rigor contra as pessoas que participaram de licitações públicas para a aquisição de lotes agrícolas, não com o intuito de trabalharem nos lotes, mas para especulação imobiliária, para revendê-los ou arrendá-los a outros agricultores. A Procuradoria Federal deverá atuar com firmeza na investigação sobre os atos especulativos de terras adquiridas para irrigação, também aqueles que se comprometeram a explorar e que não o fazem por falta de condições financeiras, vão ter que devolvê-los. As terras retomadas serão redistribuídas para agricultores que realmente desejam torna-las produtivas, contribuindo, efetivamente, para o uso social de geração de emprego e produção. A dificuldade atual para a questão da retomada dos lotes em situação irregular ou inexploradas, deverá ser objeto de mobilização do DNOCS e do Ministério da Integração Nacional para inserir as alterações necessárias e pertinentes, no Projeto de Lei nº 6.381/2005, sobre irrigação pública, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. A agricultura irrigada feita a partir do uso correto da água, solo, insumos agrícolas e trabalho é capaz de gerar produção e renda e promover o desenvolvimento sustentada dos municípios e das regiões. Os investimentos públicos realizados nos perímetros de irrigação são de elevado valor e os administradores públicos devem satisfações à população.

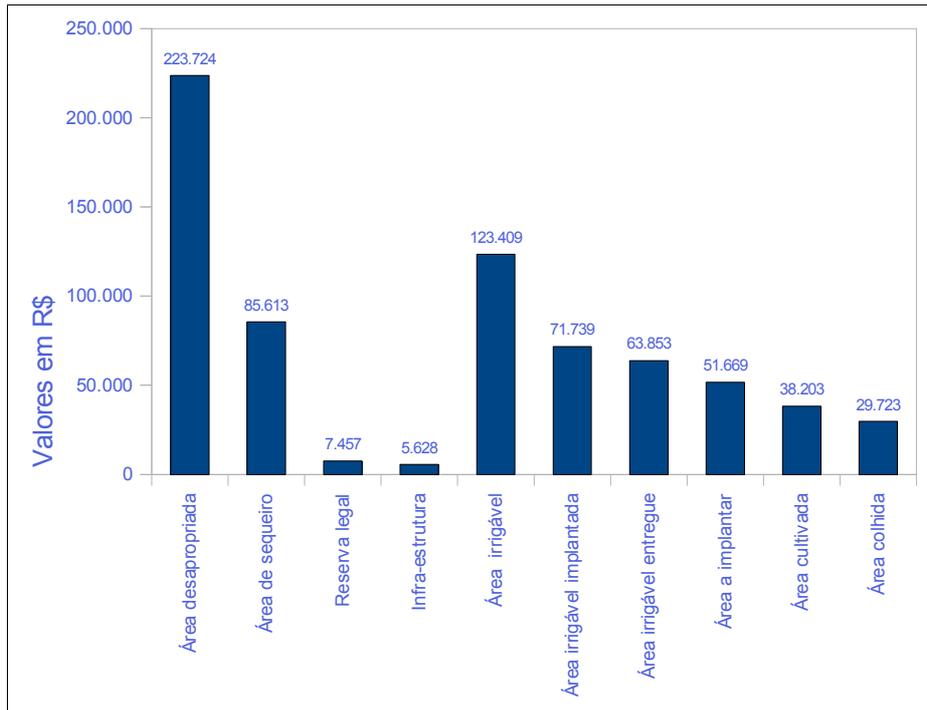


Gráfico 3 – Situação dos perímetros de irrigação. Área em hectares

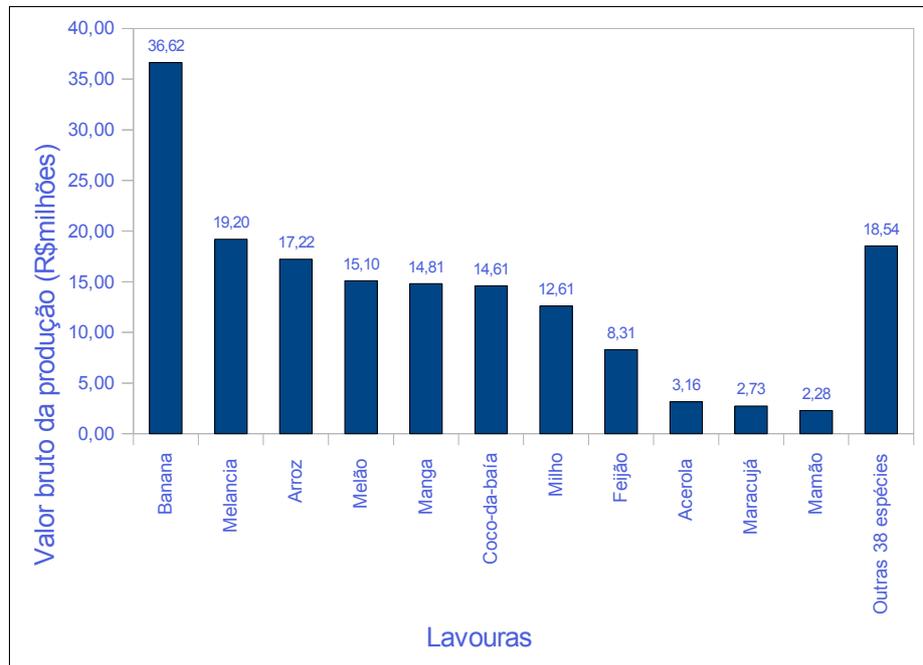


Gráfico 4 – Valor da produção das principais lavouras



Foto 5 - Sistema injetor para ferti-irrigação por gotejamento. Tabuleiros de Russas-CE



Foto 6 - Plantio de melão com cobertura de plástico. Tabuleiros de Russas-CE



Foto 7 - Pesquisa de desenvolvimento de viticultura. Perímetro irrigado Tabuleiros de Russas-CE.



Foto 8 - Recuperação da adutora do perímetro irrigado Curu Paraipaba-CE.

Atividades-Fim

Tabela 5 - Potencialidade e uso do solo dos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Área desapropriada (ha)	Área de sequeiro (ha)	Reserva legal (ha)	Infra-estrutura (ha)	Área irrigável (ha)	Área irrigável implantada (ha)	Área irrigável entregue (ha)	Área a implantar (ha)
CEST-PI	62.082	19.771	915	166	39.750	9.917	9.581	29.833
Caldeirão	1.544	761	-	12	459	397	397	62
Fidalgo	3.769	2.819	-	16	470	308	308	162
Gurguéia	12.439	6.117	-	40	5.929	1.974	1.958	3.955
Lagoas do Piauí	5.244	2.484	-	14	2.440	557	557	1.883
Platôs de Guadalupe	16.879	1.902	-	20	14.957	3.196	2.876	11.761
Tab. de São Bernardo-MA	11.205	5.598	-	15	5.592	542	542	5.050
Tab. Litorâneos do Piauí	9.188	-	915	45	8.183	2.443	2.443	5.740
Várzea do Flores-MA	1.813	89	-	4	1.720	500	500	1.220
CEST-CE	108.443	46.235	5.952	3.430	52.689	39.166	33.884	13.523
Araras Norte	6.407	1.733	1.260	-	3.225	1.617	1.346	1.609
Ayres de Souza	8.943	7.785	-	-	1.158	615	192	543
Baixo-Acaraú	13.909	-	936	314	12.603	8.335	7.761	4.268
Curu-Paraipaba	6.913	2.929	-	626	3.357	3.004	3.004	353
Curu-Pentecoste	4.569	2.494	546	349	1.180	1.068	885	112
Ema	352	310	-	-	42	42	42	-
Forquilha	3.327	2.521	-	465	261	218	141	43
Icó-Lima Campos	10.583	6.320	-	-	4.263	2.712	2.577	1.551
Jaguaribe-Apodí	9.606	3.594	-	547	5.465	5.465	2.948	-
Jaguaruana	343	58	-	54	231	231	231	-
Morada Nova	11.166	6.004	-	688	4.474	4.474	4.474	-
Quixabinha	530	237	-	-	293	293	293	-
Tabuleiros de Russas	18.915	-	3.209	199	15.507	10.766	9.670	4.741
Várzea do Boi	12.879	12.249	-	-	630	326	318	304
CEST-RN	10.450	2.749	-	338	7.363	6.435	6.307	928
Baixo-Açu	6.000	-	-	-	6.000	5.168	5.168	832
Cruzeta	589	311	-	82	196	138	138	58
Itans	286	140	-	39	107	107	89	-
Pau dos Ferros	2.399	1.608	-	134	657	619	528	38
Sabugi	1.176	690	-	83	403	403	384	-
CEST-PB	7.307	2.606	249	854	3.598	2.954	2.955	644
Eng ^o Arcoverde	921	351	175	116	279	279	279	-
São Gonçalo	5.549	1.931	-	571	3.046	2.402	2.402	644
Sumé	837	324	74	167	274	274	274	-
CEST-PE	14.364	4.975	-	157	9.233	7.128	7.128	2.105
Boa Vista	249	86	-	33	131	131	131	-
Cachoeira II	378	151	-	18	210	210	210	-
Custódia	1.341	1.020	-	25	296	296	296	-
Moxotó	12.396	3.718	-	82	8.596	6.491	6.490	2.105
CEST-BA	21.079	9.278	342	683	10.776	6.139	4.000	4.637
Brumado	8.302	2.212	-	290	5.800	4.300	2.672	1.500
Jacurici	1.100	355	145	123	478	352	201	126
Vaza Barris	11.677	6.711	198	270	4.498	1.487	1.128	3.011
Total	223.724	85.613	7.457	5.628	123.409	71.739	63.853	51.669

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Tabela 6 - Potencialidade e uso do solo dos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Usuários e áreas entregues (ha)										
	Centro	Pequeno produtor		Engenheiro agrônomo		Técnico agrícola		Empresa		Total	
	Técnico área (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)
CEST-PI	73	998	5.373	7	121	3	34	27	3.980	1.035	9.581
Caldeirão	9	89	388	-	-	-	-	-	-	89	397
Fidalgo	8	97	300	-	-	-	-	-	-	97	308
Gurguéia	16	276	1.728	2	40	2	24	1	150	281	1.958
Lagoas do Piauí	40	177	517	-	-	-	-	-	-	177	557
Platôs de Guadalupe	-	124	949	-	-	-	-	9	1.927	133	2.876
Tab. de São Bernardo-MA	-	78	542	-	-	-	-	-	-	78	542
Tab. Litorâneos do Piauí	-	111	489	2	51	-	-	17	1.903	130	2.443
Várzea do Flores-MA	-	46	460	3	30	1	10	-	-	50	500
CEST-CE	225	4.112	22.999	34	561	23	420	182	9.716	4.351	33.884
Araras Norte	-	89	623	9	84	3	33	2	606	103	1.346
Ayres de Souza	-	45	192	-	-	-	-	-	-	45	192
Baixo-Acaraú	22	428	3.474	22	420	-	-	64	3.845	514	7.761
Curu-Paraipaba	35	755	2.832	-	-	1	4	36	133	792	3.004
Curu-Pentecoste	-	175	885	1	-	-	-	-	-	175	885
Ema	-	18	42	-	-	-	-	-	-	18	42
Forquilha	-	73	142	-	-	-	-	-	-	73	142
Icó-Lima Campos	36	466	2.577	-	-	-	-	-	-	466	2.577
Jaguaribe-Apodi	116	324	2.670	-	-	-	-	3	163	327	2.948
Jaguaruana	-	40	231	-	-	-	-	-	-	40	231
Morada Nova	-	966	4.417	3	57	-	-	-	-	969	4.474
Quixabinha	-	94	293	-	-	-	-	-	-	94	293
Tabuleiros de Russas	17	522	4.302	-	-	19	383	77	4.968	618	9.670
Várzea do Boi	-	117	319	-	-	-	-	-	-	117	319
CEST-RN	27	338	2.464	8	131	5	82	25	3.604	376	6.307
Baixo-Açu	-	165	1.352	8	131	5	82	25	3.604	203	5.168
Cruzeta	27	23	111	-	-	-	-	-	-	23	138
Itans	-	11	89	-	-	-	-	-	-	11	89
Pau dos Ferros	-	75	528	-	-	-	-	-	-	75	528
Sabugi	-	64	384	-	-	-	-	-	-	64	384
CEST-PB	135	558	2.489	8	160	19	170	-	-	585	2.954
Engº Arcoverde	-	55	279	-	-	-	-	-	-	55	279
São Gonçalo	135	456	1.937	8	160	19	170	-	-	483	2.402
Sumé	-	47	274	-	-	-	-	-	-	47	274
CEST-PE	70	684	5.161	-	-	-	-	31	1.896	715	7.127
Boa Vista	-	27	131	-	-	-	-	-	-	27	131
Cachoeira II	-	37	210	-	-	-	-	-	-	37	210
Custódia	-	55	296	-	-	-	-	-	-	55	296
Moxotó	70	565	4.524	-	-	-	-	31	1.896	596	6.490
CEST-BA	37	507	2.786	9	118	17	158	70	901	603	4.000
Brumado	28	299	1.523	9	118	12	101	70	901	390	2.672
Jacurici	-	36	201	-	-	-	-	-	-	36	201
Vaza Barris	9	172	1.062	-	-	5	57	-	-	177	1.128
Total	567	7.197	41.271	66	1.090	67	864	335	20.097	7.665	63.853

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Atividades-Fim

Tabela 7 - Área, produção e valor da produção de lavouras e animais por perímetro irrigado.

Perímetros irrigados	Lavouras						Animal Valor (R\$)	Total Valor (R\$)
	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Produção obtida					
			unid. (*)	(kg)	Valor (R\$)	(R\$/ha)		
MA	380,00	255,00	-	739.382	289.209,46	1.134,15	-	289.209,46
Tab. de São Bernardo-MA	157,00	95,50	-	560.182	235.449,46	2.465,44	-	235.449,46
Várzea do Flores-MA	223,00	160,00	-	179.200	53.760,00	336,00	-	53.760,00
PI	3.838,25	2.481,30	3.314.970	18.728.337	9.687.665,41	3.904,27	157.029,00	10.133.903,87
Caldeirão-PI	224,90	155,90	28.500	1.509.866	484.288,51	3.106,40	39.150,00	523.438,51
Fidalgo-PI	83,25	40,50	-	181.425	81.309,68	2.007,65	117.879,00	199.188,68
Gurguéia-PI	1.094,50	449,00	7.900	1.461.104	565.228,20	1.258,86	-	565.228,20
Lagoas do Piauí-PI	750,00	750,00	-	935.000	576.500,00	768,67	-	576.500,00
Platôs de Guadalupe-PI	674,80	455,00	738.000	6.002.700	2.770.850,00	6.089,78	-	2.770.850,00
Tab. Lit. do Piauí-PI	1.010,80	630,90	2.540.570	8.638.242	5.209.489,02	8.257,23	-	5.209.489,02
CEST-CE	23.692,60	18.405,26	88.522.310	154.314.367	97.380.254,73	5.290,89	8.856.369,91	106.236.624,64
Araras Norte	721,98	520,23	3.236.820	4.177.610	3.043.151,00	5.849,63	-	3.043.151,00
Ayres de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixo Acaraú	3.254,71	2.189,02	7.158.890	16.498.010	9.728.009,20	4.444,00	-	9.728.009,20
Curu-Paraipaba	3.066,85	2.819,05	28.862.300	22.662.800	8.844.909,60	3.137,55	1.670.084,50	10.514.994,10
Curu-Pentecoste	642,40	563,00	4.459.850	8.570.670	1.978.617,06	3.514,42	799.774,85	2.778.391,91
Ema	64,00	48,00	-	602.310	22.001,00	438,35	87.454,90	109.455,90
Forquilha	355,90	349,40	134.480	617.930	308.315,50	882,41	124.883,90	433.199,40
Icó-Lima Campos	1.405,90	1.301,02	109.680	14.312.430	4.739.071,20	3.642,58	2.296.659,19	7.035.730,39
Jaguaribe-Apodí	6.322,00	4.716,00	43.682.100	25.065.597	21.413.586,02	4.540,62	2.607.556,71	24.021.142,73
Jaguaruana	142,11	67,00	-	207.090	199.372,80	2.975,71	76.593,50	275.966,30
Morada Nova	4.263,60	3.438,08	76.740	25.230.160	15.013.894,38	4.366,94	587.335,85	15.601.230,23
Quixabinha	260,00	258,50	510.290	1.164.040	512.168,00	1.981,31	-	512.168,00
Tabuleiros de Russas	2.546,25	1.569,01	288.590	34.316.060	30.977.056,67	19.743,06	-	30.977.056,67
Várzea do Boi	646,90	566,95	2570	889.660	600.101,70	1.058,47	606.026,51	1.206.128,21
CEST-RN	1.683,10	1.403,50	640.468	40.380.188	11.507.701,73	8.199,29	1.078.121,70	12.585.823,43
Baixo-Açu	1.277,10	1.054,80	633.843	30.915.809	10.493.815,77	9.948,63	-	10.493.815,77
Cruzeta	151,60	124,80	-	5.382.829	472.064,06	3.782,56	290.520,00	762.584,06
Itans	36,50	20,30	6.625	1.196.080	14.659,50	722,14	195.073,50	209.733,00
Pau dos Ferros	160,00	160,00	-	804.500	431.500,00	2.696,88	326.344,70	757.844,70
Sabugi	57,90	43,60	-	2.080.970	95.662,40	2.194,09	266.183,50	361.845,90
CEST-PB	2.417,50	1.823,01	18.439.160	16.950.804	9.601.005,90	5.266,57	1.730.915,20	11.331.921,10
Eng. Arcoverde	185,80	81,90	-	790.528	239.663,00	2.926,29	138.920,00	378.583,00
São Gonçalo	2.078,20	1.656,31	18.418.000	15.191.480	9.083.745,25	5.484,33	1.490.637,20	10.574.382,45
Sumé	153,50	84,80	21.160	968.796	277.597,65	3.273,56	101.358,00	378.955,65
CEST-PE	1.502,21	1.140,02	5.564.663	19.905.329	9.717.693,67	8.524,14	736.457,21	10.454.150,88
Boa Vista	65,10	63,30	-	2.045.960	377.448,58	5.962,85	336.715,41	714.163,99
Cachoeira II	118,80	101,40	-	1.489.620	502.374,00	4.954,38	132.550,50	634.924,50
Custódia	175,80	94,40	-	1.256.950	633.593,23	6.711,79	267.191,30	900.784,53
Moxotó	1.142,51	880,92	5.564.663	15.112.799	8.204.277,86	9.313,31	-	8.204.277,86
CEST-BA	4.688,95	4.213,95	158.699	65.399.187	26.999.342,85	6.407,13	-	26.999.342,85
Brumado	3.275,00	3.058,50	120.000	48.517.420	20.141.518,00	6.585,42	-	20.141.518,00
Jacurici	89,95	31,45	2.699	818.795	241.124,85	7.666,99	-	241.124,85
Vaza Barris	1.324,00	1.124,00	36.000	16.062.972	6.616.700,00	5.886,74	-	6.616.700,00
Total	38.202,61	29.722,54	116.640.270	316.417.595	165.182.873,75	5.557,50	12.558.893,02	177.741.766,77

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Relatórios agropecuários semestral, mensal e ficha cadastral dos perímetros irrigados.

(*) Coko em frutos e milho em espiga

Relatório 2008

Tabela 8 - Principais produtos animais comercializados nos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Produção de leite		Animais vendidos para abate e outros fins		Outras receitas (R\$)	Valor total (R\$)
	Volume (L)	Valor (R\$)	(cabeças)	Valor (R\$)		
CEST-PI	102.172	117.879,00	20	14.400,00	24.750,00	157.029,00
Caldeirão	-	-	20	14.400,00	24.750,00	39.150,00
Fidalgo	102.172	117.879,00	-	-	-	117.879,00
CEST-CE	7.234.930	4.641.857,64	7.732	2.232.941,61	1.981.570,66	8.856.369,91
Curu Paraipaba	346.930	242.851,00	2.058	876.129,00	551.104,50	1.670.084,50
Curu Pentecoste	92.900	64.540,00	2.481	463.174,85	272.060,00	799.774,85
Ema	135.370	75.334,40	-	-	12.120,50	87.454,90
Forquilha	82.377	57.663,90	116	67.220,00	-	124.883,90
Icó Lima Campos	2.579.740	1.561.690,09	-	-	734.969,10	2.296.659,19
Jaguaribe-Apodi	3.193.423	2.124.206,45	1.726	470.930,26	12.420,00	2.607.556,71
Jaguaruana	75.675	62.263,50	8	6.210,00	8.120,00	76.593,50
Morada Nova	113.330	80.905,85	530	256.310,00	250.120,00	587.335,85
Várzea do Boi	615.185	372.402,45	813	92.967,50	140.656,56	606.026,51
CEST-RN	858.304	576.269,70	1.858	461.852,00	40.000,00	1.078.121,70
Cruzeta	198.800	129.220,00	743	161.300,00	-	290.520,00
Itans	208.825	146.177,50	21	8.896,00	40.000,00	195.073,50
Pau dos Ferros	97354	53.544,70	1.053	272.800	-	326.344,70
Sabugi	353.325	247.327,50	41	18.856,00	-	266.183,50
CEST-PB	1.733.302	1.051.515,20	1.536	667.860,00	11.540,00	1.730.915,20
Engenheiro Arcoverde	109.000	65.400,00	97	71.700,00	1.820,00	138.920,00
São Gonçalo	1.508.962	905.377,20	1.142	585.260,00	-	1.490.637,20
Sumé	115.340	80.738,00	297	10.900,00	9.720,00	101.358,00
CEST-PE	312.010	278.791,00	102.850	457.666,21	-	736.457,21
Boa Vista	57.300	54.975,00	102.192	281.740,41	-	336.715,41
Cachoeira II	103.920	91.090,50	164	41.460,00	-	132.550,50
Custódia	150.790	132.725,50	494	134.465,80	-	267.191,30
Total produto animal	10.240.718	6.666.312,54	113.996	3.834.719,82	2.057.860,66	12.558.893,02

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Tabela 9 – Produtos animais e derivados por espécie e por destino.

Produto animal	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Leite	litro	10.240.718	6.666.312,54
Carne (peso morto)	kg	154.560	859.725,00
Animais para abate			
Bovinos	cab	2.181	1.733.250,61
Caprinos	cab	712	45.380,19
Ovinos	cab	2.360	208.727,26
Suínos	cab	504	84.064,00
Frango de corte	cab	102.000	255.000,00
Galinha	cab	536	5.360,00
Animais para reprodução			
Bovinos	cab	1.546	1.109.010,26
Caprinos	cab	632	45.810,00
Ovinos	cab	2.046	201.207,50
Suínos	cab	1.479	146.910,00
Outros			
Queijo	kg	43.528	303.526,56
Peixe	kg	17.250	45.000,00
Esterco	ton.	11.459	849.609,10
Total produto animal			12.558.893,02

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Atividades-Fim

Tabela 10 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados.

Lavouras	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Produção obtida		Valor da produção (R\$)	Valor médio/ha (R\$/ha)
			(unidade)	(kg)		
1 Lavouras irrigadas						
1.1 Outras lavouras exceto frutas						
Abóbora	235,42	131,62	-	800.600	278.288,80	2.114,34
Aipim	331,40	226,90	-	4.615.960	2.490.712,00	10.977,14
Alface	14,10	13,00	-	6.500	84.500,00	6.500,00
Arroz	4.232,71	3.811,97	-	24.552.420	17.218.250,75	4.516,89
Batata doce	15,25	13,75	-	46.800	17.485,00	1.271,64
Cana-de-açúcar	486,35	451,71	-	33.680.670	1.340.259,95	2.967,08
Capim de corte	1.199,09	646,06	-	31.479.819	5.174.875,15	8.009,90
Capim pisoteio	88,50	30,00	-	806.400	235.200,00	7.840,00
Cebola (bulbo)	14,07	12,77	-	143.834	135.201,22	10.587,41
Cebola (semente)	53,50	53,50	-	2.272	463.600,00	8.665,42
Coentro/semente	50,00	36,00	-	49.300	91.650,00	2.545,83
Feijão <i>phaseolus</i> (grão)	217,50	210,50	-	255.040	488.846,00	2.322,31
Feijão <i>vigna</i> (grão)	4.308,62	3.136,19	-	3.626.690	7.384.798,22	2.354,70
Fumo	8,21	8,21	-	7.245	83.321,18	10.148,74
Girassol	12,70	12,70	-	8.500	4.805,00	378,35
Gramma	32,00	32,00	-	159.690	367.286,31	11.477,70
Mamona	64,40	47,90	-	53.561	62.202,50	1.298,59
Mandioca	189,35	85,70	-	348.501	42.778,91	499,17
Maxixe	4,10	2,10	-	9.000	2.820,00	1.342,86
Milho espiga (unidade)	3.167,02	2.665,77	57.301.200	-	8.370.777,53	3.140,10
Milho (grão)	1.119,15	984,90	8.000	3.543.403	3.298.578,12	3.349,15
Milho industrial	71,30	46,00	-	284.520	104.202,00	2.265,26
Pimentã	16,80	11,70	-	34.340	68.350,00	5.841,88
Pimentão (fruto ou semente)	38,92	33,31	-	582.710	227.472,89	6.828,97
Quiabo (fruto ou semente)	60,00	60,00	-	960.000	288.000,00	4.800,00
Repolho	0,40	0,40	-	9.841	3.444,41	8.611,03
Soja	512,50	512,50	-	1.664.600	812.070,00	1.584,53
Sorgo (grão)	471,80	385,70	-	423.517	511.839,25	1.327,04
Sorgo forrageiro	193,62	162,02	-	5.121.670	137.141,33	846,45
Tomate industrial	22,00	19,00	-	963.425	527.915,48	27.785,03
Tomate mesa (fruto ou semente)	56,65	54,95	-	1.817.368	409.008,08	7.443,28
Outras espécies	13,50	5,50	-	48.400	43.210,00	7.856,36
Subtotal outras lavouras	17.300,93	13.904,33	57.309.200	116.106.596	50.768.890,08	3.651,30
1.2 Frutas						
Abacaxi (fruta)	68,10	65,00	-	786.170	659.119,90	10.140,31
Abacaxi (ornamental)	4,00	4,00	-	115.000	310.500,00	77.625,00
Acerola	166,49	87,04	-	3.189.336	3.157.447,19	36.275,82
Atemóia	2,38	1,38	-	3.184	6.276,00	4.547,83
Banana (var. não especificada)	5.988,59	4.654,74	-	92.941.670	36.621.155,75	7.867,50
Caju	247,66	145,01	-	471.932	390.064,16	2.689,91
Coco (unidade)	4.185,70	3.729,42	59.331.070	-	14.610.146,11	3.917,54
Figo	9,00	8,00	-	15.400	114.250,00	14.281,25
Goiaba	479,48	277,40	-	1.933.030	1.595.133,64	5.750,30
Graviola	181,35	76,03	-	635.397	946.109,94	12.443,90
Laranja	91,21	8,71	-	63.630	58.675,50	6.736,57
Limão	29,00	2,00	-	1.700	970,00	485,00
Mamão	533,93	260,71	-	5.894.091	2.278.046,51	8.737,86
Manga	2.608,11	2.364,81	-	38.937.870	14.808.822,50	6.262,16
Maracujá	357,55	286,25	-	2.945.180	2.731.862,60	9.543,62
Melancia	1.876,56	1.451,06	-	35.903.943	19.204.508,43	13.234,81
Melão	1.017,66	648,56	-	14.206.170	15.096.023,65	23.276,22
Pinha	66,87	35,77	-	131.681	206.648,42	5.777,14
Romã	4,57	4,07	-	3.561	10.683,75	2.625,00
Uva	39,00	14,75	-	113.790	201.710,00	13.675,25
Outras espécies	45,28	3,00	-	1.850	2.017,50	672,50
Subtotal frutas	18.002,49	14.127,71	59.331.070	198.294.584	113.010.171,55	7.999,19
Subtotal lavouras irrigadas	35.303,42	28.032,04	116.640.270	314.401.180	163.779.061,63	5.842,57
2 Lavouras de sequeiro						
Arroz	165,00	155,00	-	237.650	118.825,00	766,61
Feijão vigna (grão)	678,50	650,50	-	398.430	438.849,00	674,63
Mamdioca	15,00	5,00	-	75.000	11.250,00	2.250,00
Milho espiga (unidade)	6,00	6,00	-	228.220	43.976,12	7.329,35
Milho grão	1.053,90	867,90	-	1.076.115	790.892,00	911,27
Outros	980,79	6,10	-	1.000	20,00	3,28
Subtotal lavouras de sequeiro	2.899,19	1.690,50	-	2.016.415	1.403.812,12	830,41
Total lavouras	38.202,61	29.722,54	116.640.270	316.417.595	165.182.873,75	5.557,50

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção. Unidade: espiga e fruto.

Regularização Fundiária.

A Comissão de Regularização Fundiária, delegada através da Portaria nº 423/DG/CRH, de 31 de julho de 2007, e subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção - DP, vem realizando ações de normalização fundiária e agilização do processo de alienação de terras e a titulação de lotes agrícolas, localizados em perímetros irrigados, em articulação com as coordenadorias estaduais.

Tabela 11 - Regularização fundiária.

Perímetros irrigados	Município	Irrigante Assentado	Situação da regularização fundiária								Total
			Até 2004	2005	2006	2007	2008	Em cartório	Em andamento	A elaborar	
CEST-PI		922	305	32	36	3	1	8	35	502	922
Caldeirão	Piripiri	89	43	8	33	2	1	-	2	-	89
Fidalgo	Simplicio Mendes	86	78	8	-	-	-	-	-	-	86
Gurguéia	Alvorada	250	-	-	-	-	-	-	-	250	250
Lagoas do Piauí	Luzilândia	177	128	14	1	1	-	-	33	-	177
Platôs de Guadalupe	Guadalupe	124	-	-	-	-	-	-	-	124	124
Tab. Litorâneos do Piauí	Parnaíba	68	56	2	2	-	-	8	-	-	68
Tab. de São Bernardo-MA	Magalhães Almeida	78	-	-	-	-	-	-	-	78	78
Várzea do Flores-MA	Joselândia	50	-	-	-	-	-	-	-	50	50
CEST-CE		4.135	852	23	265	74	64	350	834	1.673	4.135
Araras Norte	Varjota	120	92	7	9	1	1	-	10	-	120
Ayres de Souza	Sobral	121	-	-	-	-	-	-	-	121	121
Baixo-Acaraú	Marco	497	497	-	-	-	-	-	-	-	497
Curu-Paraipaba	Paraipaba	792	9	2	5	1	2	1	498	274	792
Curu-Recuperação	Pentecoste	177	86	10	29	11	12	8	21	-	177
Ema	Iracema	18	16	2	-	-	-	-	-	-	18
Forquilha	Forquilha	71	-	-	-	-	2	53	16	-	71
Icó-Lima Campos	Icó	466	-	1	105	2	-	57	90	211	466
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro	210	-	-	-	-	-	-	-	210	210
Jaguaruana	Jaguaruana	40	10	-	-	-	-	23	7	-	40
Morada Nova	Morada Nova	876	-	-	-	-	-	-	19	857	876
Quixabinha	Mauriti	94	30	-	2	-	-	-	62	-	94
Tabuleiros de Russas	Russas	536	-	-	108	58	8	190	99	-	536
Várzea do Boi	Tauá	117	112	1	3	-	1	-	-	-	117
CEST-RN		295	82	23	-	-	-	18	-	172	295
Baixo-Açu	Açu	123	82	23	-	-	-	18	-	-	123
Cruzeta	Cruzeta	23	-	-	-	-	-	-	-	23	23
Itans	Itans	74	-	-	-	-	-	-	-	74	74
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	75	-	-	-	-	-	-	-	75	75
Sabugi	Caicó	64	-	-	-	-	-	-	-	64	64
CEST-PB		584	23	34	34	23	1	176	-	293	584
Eng ^o Arcoverde	Condado	55	23	-	23	3	-	2	-	4	55
São Gonçalo	São Gonçalo	482	-	34	11	20	1	174	-	242	482
Sumé	Sumé	47	-	-	-	-	-	-	-	47	47
CEST-PE		710	-	-	-	-	-	-	-	710	710
Boa Vista	Salgueiro	27	-	-	-	-	-	-	-	27	27
Cachoeira II	Serra Talhada	37	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Custódia	Custódia	50	-	-	-	-	-	-	-	50	50
Moxotó	Ibimirim	596	-	-	-	-	-	-	-	596	596
CEST-BA		457	-	30	-	-	-	-	2	425	457
Brumado	Livramento	252	-	-	-	-	-	-	-	252	252
Jacurici	Itiúba	37	-	30	-	-	-	-	2	5	37
Vaza Barris	Canudos	168	-	-	-	-	-	-	-	168	168
Total		7.103	1.262	142	335	100	66	552	871	3.775	7.103

Fonte: Diretoria da Tecnologia de Produção-DP.

O programa de transferência de gestão dos perímetros de irrigação está sendo conduzido com a participação dos irrigantes, em articulação com os órgãos responsáveis pela regularização fundiária, pesquisa, assistência técnica e extensão federais, estaduais e municipais. O grande avanço na

implementação do programa está sendo a parceria respeitosa na relação institucional mantida com estados e municípios. Destacam-se as alienações de glebas de terras aos seus ocupantes em obediência ao que determina a Lei nº 6.662/79, de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e alienação de bens imóveis não operacionais, integrantes do patrimônio do DNOCS, de acordo com a Portaria nº 487, de 26 de junho de 2006, do Ministério da Integração Nacional. Segundo as informações disponíveis, até o ano de 2008, foram lavradas cerca de 1.905 escrituras públicas de compra e venda, estando em processo de titulação 1.423 lotes agrícolas. Quanto à alienação dos bens imóveis não operacionais integrantes do patrimônio deste Departamento, foram cadastrados 1.994 imóveis e vendidos, na forma de pagamento à vista, 34 imóveis, encontrando-se os demais em fase de avaliação.

Transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação.

As discussões sobre transferência de gestão dos perímetros irrigados iniciaram na década de 1970, como resposta à necessidade de mudar a tendência de perpetuação da dependência aos orçamentos públicos para a cobertura das despesas de administração, manutenção e até de suprimento de água. Um visível equívoco do modelo inicialmente adotado na implantação dos primeiros perímetros públicos de irrigação foi a orientação para o assentamento prioritário dos antigos moradores dos estabelecimentos desapropriados, atualmente na segunda ou na terceira geração, ainda apresentam reduzida habilidade na condução dos negócios da agricultura irrigada, causa degradação ambiental pelo mau uso do solo e da água, dificuldades para a viabilização econômica e sem condições de gerar excedentes. Por esse fato, para induzir um maior dinamismo ao segmento, há a necessidade urgente de correção de rumos com vistas à operação plena das áreas com infra-estrutura de irrigação implantadas e capacitação dos irrigantes que não conseguem, por meios próprios, superar o sufoco da incompetência e da inadimplência.

Procurando desonerar os cofres públicos das despesas de administração e manutenção de uma atividade econômica privada elaborou-se o Programa de Emancipação-PROEMA que, em tese, levaria os perímetros públicos de irrigação à independência administrativa e financeira. Nesse contexto, o papel do governo é fundamental para induzir novas oportunidades para que o pequeno produtor tenha um desempenho positivo no empreendedorismo rural, dentro do conceito de irrigação sustentado e meio ambiente preservado. Mas, ainda são poucos os perímetros públicos que atingiram um nível desejado de desenvolvimento agrícola, auto-suficiência financeira, capacidade gerencial e condições mínimas para administrar os próprios distritos de irrigação. São, geralmente, assentamentos recentes onde são mais criteriosos os procedimentos de licitação, na seleção de candidatos a novos irrigantes, observando-se as condições financeiras e a capacidade de gerenciamento, entre outros.

Após anos de trabalho, a transferência de gestão, processo que no Brasil foi denominado de emancipação, comprovou ser uma medida eficaz para promover mudanças no comportamento do irrigante, induzindo-o ao aumento na produtividade agrícola, economia no uso da água e maiores cuidados na manutenção da infra-estrutura. Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, denominado de operação inicial nos novos projetos e de recuperação e reorganização nos antigos perímetros, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes. Durante o período de adaptação, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais sobre a questão da agricultura irrigada e das suas responsabilidades na operação e manutenção dos sistemas hidroagrícolas.

A execução do programa é descentralizada, sendo responsáveis diretos pela implementação das ações, os governos estaduais e prefeituras municipais e as entidades vinculadas ao Ministério de Integração (DNOCS e Codevasf), bem como os usuários dos sistemas de irrigação, congregados no distrito de irrigação. As ações do programa revestem-se de características múltiplas: licitação dos lotes dos projetos, seleção dos candidatos, organização ou reorganização dos produtores (distrito de irrigação, associações e/ou cooperativas), conscientização e capacitação dos novos irrigantes (em

prática de agricultura irrigada, administração agrícola, manejo ambiental, operação, manutenção dos sistemas, associativismo e gestão), reabilitação e modernização dos sistemas hidroagrícolas, assistência técnica, cogestão e transferência da gestão.

Para o acompanhamento das atividades desenvolvidas nos perímetros, vêm-se implantando um sistema de coleta de informações necessárias para monitorar, acompanhar e avaliar a eficiência na utilização da água na irrigação, eficiência na produção agrícola, custos de operação e manutenção, estado de conservação e funcionamento das estruturas hídricas, cronograma de reposição de equipamentos, etc. Cabe ao poder público a responsabilidade de orientar e fiscalizar as atividades desenvolvidas nos perímetros de irrigação, para evitar que deixem de ter o devido cuidado com o patrimônio público, pois as despesas de manutenção da infra-estrutura e imposto territorial sobre as áreas de preservação ambiental e de uso comum, entre outras, continuarão dependentes de cofres públicos.

Por terem alcançado elevado nível de produção e um avançado estado de maturação, com quase a totalidade de suas áreas implantadas sendo exploradas, mercados de seus produtos definidos e mais próximos de alcançar a sustentabilidade, estão nas metas do DNOCS para 2009, a transferência de gestão dos perímetros de irrigação do Brumado-BA e Jaguaribe-Apodi-CE. Para o Brumado está prevista a implantar uma tubulação pressurizada que permite adotar o sistema de irrigação localizado, por micro-aspersão ou gotejamento, mais eficiente e que economiza água, complementada com ações de transferência de bacia e regularização fundiária. O perímetro de Apodi, que tem 20 anos de operação, necessita de recuperação na infra-estrutura e ampliação da capacidade do reservatório para melhorar a operacionalidade e a regularização fundiária, antes de iniciar o processo de transferência de gestão. O Ministério da Integração Nacional adquiriu duas novas bombas que estarão prontas para serem instaladas, em fevereiro, um investimento de R\$ 6,38 milhões, para atender ao aumento da demanda de água para irrigar mais 2.000 ha da segunda etapa do Apodi, que já estão prontos para serem licitados e entregues aos irrigantes.

Dos recursos disponíveis da ordem de R\$70,5 milhões para aplicação no programa de transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação, foram pagos R\$23,9 milhões (33%). Do total, R\$49,4 milhões são dos restos a pagar-*rap* de 2007, cujo valor pago foi de R\$22,3 milhões (45%) e dos R\$21,0 milhões do LOA-2008, pago R\$1,6 milhões (8%). Empenhados e inscritos em restos a pagar, recursos de R\$7 milhões, provenientes de emenda parlamentar para a contratação de empresa especializada em assistência técnica e extensão rural para os perímetros irrigados em processo de transferência de gestão. O valor da aplicação do *rap*-2007, inferior ao previsto no ano, se deve a demora na implantação de equipamentos *on farm* no perímetro de irrigação do Tabuleiro de Russas-CE e do LOA-2008, que são os empenhos concentrados no final do ano, para serem aplicados no ano seguinte. São grandes as dificuldades para a prestação de contas dentro dos padrões exigidos pelo governo federal, por falta de capacitação dos gestores dos distritos de irrigação, agravada pela falta de recursos para diárias e suprimento de combustível para o deslocamento dos fiscais do DNOCS para o acompanhamento da execução da ação *in loco*.

Dentro da estratégia para acelerar o processo de transferência de gestão dos perímetros de irrigação destacam-se a aplicação de recursos na recuperação dos sistemas de irrigação, incluindo equipamentos de recalque, infra-estrutura de canais, adutoras e sistemas de distribuição de água de uso comum, complementada com ações de organização dos distritos de irrigação, assistência técnica, capacitação dos irrigantes e suas lideranças em noções de administração dos perímetros e as técnicas de produção e gerenciamento do negócio, fundamentais para alcançar a auto-suficiência administrativa e financeira. As ações são acompanhadas pelas comissões de fiscalização, funcionários do DNOCS, designadas por portarias do Diretor Geral.

Resumidamente, os recursos inscritos em restos a pagar-rap e orçamentários-LOA 2008 foram destinados para custeio e investimento:

Nos perímetros irrigados do entorno do açude Castanhão-CE (Alagamar, Curupati e Mandacaru) com 1.376 ha, serão assentados 525 pequenos produtores. A ação será executada através de convênio e ser celebrado entre o DNOCS e o Distrito de Irrigação dos Perímetros de Irrigados Mandacará, Alagamar e Curupati-DIMAC;

No perímetro irrigado Araras Norte-CE com 1.606ha, estão assentados 89 pequenos produtores em 623ha, 9 agrônomos em 84ha, 3 técnicos agrícolas em 33ha e 2 empresas em 606ha. A ação é executado através do convênio No PGE - 01/2004, entre DNOCS e o Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Araras Norte-DIPAN;

No perímetro irrigado Baixo Acaraú-CE com 8.335ha, estão assentados 428 pequenos produtores em 3.474ha, 22 agrônomos em 420ha e 64 empresas em 3.845ha. A ação é executada através de convênio PGE nº 14/2003, firmado entre o DNOCS e o Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo-Acaraú-DIBAU;

No perímetro irrigado Brumado-BA com 5.800ha, estão assentados 299 pequenos produtores com 1.523ha, 9 agrônomos com 118ha, 12 técnicos agrícolas com 101ha e 70 empresas com 901ha. A ação é executada através do convênio PGE nº 01/2005, 9º termo aditivo, com a Associação do Distrito de Irrigação do Brumado-ADIB;

No perímetro irrigado Icó-Lima Campos-CE com 2.712ha, estão assentados 466 pequenos produtores em 2.577ha. A ação é executada através do convênio PGE nº 06/2003, entre o DNOCS e a Associação do Distrito de Irrigação Icó-Lima Campos-ADICOL;

No perímetro irrigado de Morada Nova-CE 4.246ha, estão assentados 966 pequenos produtores em 4.417ha e 3 agrônomos em 57ha. A ação é executada através do convênio PGE nº 09/2004, entre o DNOCS e a Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Morada Nova-AUDIPIMN;

No perímetro irrigado de Moxotó-PE com 6.491ha, estão assentados 565 pequenos produtores em 4.524ha e 31 empresas em 1.896ha. A ação é executada através do convênio PGE nº. 10/2003 entre o DNOCS e a Associação de Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó -UNIVALE;

No perímetro irrigado Fidalgo-PI com 311ha, estão assentados 97 pequenos produtores em 300ha. A ação é executada através do convênio PGE nº 147/2005 firmado entre o DNOCS e a Cooperativa Agropecuária dos irrigantes do Vale do Fidalgo-CAIVF, 5º termo aditivo;

No perímetro irrigado Gurguéia-PI com 1.974ha, estão assentados 276 pequenos produtores em 1.728ha, 2 agrônomos em 40ha, 2 técnicos agrícolas em 24ha e 1 empresa em 150ha. A ação é executada através do convênio PGE nº 72/2005 firmado entre o DNOCS e a Associação dos Irrigantes do Gurguéia-AISPIG dos, 3º termo aditivo;

No perímetro irrigado Caldeirão-PI com 398ha, estão assentados 89 pequenos produtores em 388ha. A ação é executada através do convênio PGE nº 26/2005 firmado entre o DNOCS e a Associação do Distrito de Irrigantes do Caldeirão-ADIIC, 4º termo aditivo;

No perímetro irrigado Lagoas do Piauí-PI, com 2.335ha, estão assentados 177 pequenos produtores em 517ha. A ação é executada através do convênio PGE nº 39/2005 firmado entre o DNOCS e a Associação do Distrito de Irrigantes Lagoas do Piauí-ADILP, 7º termo aditivo e

No perímetro irrigado de Baixo-Açu-RN, com 5.168ha, estão assentados 165 pequenos produtores em 1.352ha, 8 agrônomos em 131ha, 5 técnicos agrícolas em 82ha e 25 empresas em 3.604ha A ação é executada através convênio PGE nº 05/2005, entre o DNOCS e a Associação do Distrito de Irrigação do Baixo Açu-DIBA. Foi realizada pela Cest-RN a licitação para a recuperação da infraestrutura de irrigação e produção destruída pelas enchentes, com os recursos inscritos em restos a pagar, cujos trabalhos serão executados no 1º semestre de 2009.

Ao final das ações de recuperação da infra-estrutura física e de melhoria da capacidade gerencial, deverá ser alcançada a meta de colocar em produção a área irrigável implantada de 72.021ha, consolidando a geração de cerca de 215.000 empregos diretos e indiretos, beneficiando uma população de aproximadamente 600.000 habitantes. Para a execução das ações estão previstos 32 convênios de transferência de gestão, firmados com as organizações dos produtores e 6 convênios ou contratos de assistência técnica, capacitação e contratação de profissionais especializados, formalizados com diversas instituições, envolvendo os governos estaduais, CETREDE, Embrapa, SEBRAE, BNB, BB, etc.

Atividades-Fim

Tabela 12 - Informações gerenciais do segmento Desenvolvimento da Agricultura Irrigada.

Informações gerenciais das ações

0379 - Desenvolvimento da agricultura irrigada.

Ações/Projetos	Resto a pagar-RAP inscrito			Lei de Orçamento Anual-LOA execução financeira					RAP+LOA		
	RAP inscrito	RAP pago	%exec.	LOA	LOA+credito	empenhado	pago	%exec.	Disponível	Pago	%exec.
Implantação dos perímetros irrigados											
Barragem Santa Cruz do Apodi, com 3.000ha. No estado do Rio Grande do Norte.	-	-	-	15.191.880,00	15.191.880,00	-	-	-	15.191.880,00	-	-
Baixo Acaraú, 2ª etapa, com 4.168ha. No estado do Ceará.	12.000.000,00	12.000.000,00	100,00	-	35.000.000,00	35.000.000,00	5.495.710,65	15,70	47.000.000,00	17.495.710,65	37,22
Tabuleiro de Russas, 2ª etapa, com 3.600 ha. No estado do Ceará.	10.608.546,00	8.998.803,00	84,83	-	30.000.000,00	30.000.000,00	270.231,96	0,90	40.608.546,00	9.269.034,96	22,83
Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, 2ª etapa, com 5.985ha. No estado do Piauí.	7.000.000,00	6.997.494,00	99,96	-	50.000.000,00	50.000.000,00	21.453.131,09	42,91	57.000.000,00	28.450.625,09	49,91
Araras Norte, 2ª etapa, com 1.619ha. No estado do Ceará.	-	-	-	-	14.000.000,00	2.785.650,00	417.113,89	2,98	14.000.000,00	417.113,89	2,98
Platôs de Guadalupe, 2ª etapa, com 10.595ha. No estado do Piauí.	10.000.000,00	10.000.000,00	100,00	-	24.000.000,00	24.000.000,00	1.136.661,14	4,74	34.000.000,00	11.136.661,14	32,75
São Gonçalo, obras complementares em 643ha da 2ª etapa. No estado da Paraíba.	-	-	-	412.475,00	412.475,00	-	-	-	412.475,00	-	-
Tabuleiro de São Bernardo, 1ª etapa, com 1.506 ha. No estado do Maranhão.	1.824.361,00	1.824.361,00	100,00	-	-	-	-	-	1.824.361,00	1.824.361,00	100,00
Subtotal implantação dos perímetros irrigados	41.432.907,00	39.820.658,00	96,11	15.604.355,00	168.604.355,00	141.785.650,00	28.772.848,73	17,07	210.037.262,00	68.593.506,73	32,66
Transferência de gestão dos perímetros irrigados											
Castanhão-Alaganar, Curupati e Mandacaru, com 1.376ha. No estado do Ceará.	-	-	-	1.244.410,00	1.050.290,00	308.697,01	306.390,68	29,17	1.050.290,00	306.390,68	29,17
Tabuleiro de Russas, 1ª etapa, com 10.700 ha. No estado do Ceará.	12.651.308,00	5.262.141,00	41,59	-	-	-	-	-	12.651.308,00	5.262.141,00	41,59
Araras Norte, 1ª etapa, com 1.606ha. No estado do Ceará.	312.393,00	161.420,00	51,67	342.975,00	342.975,00	314.597,08	73.989,83	21,57	655.368,00	235.409,83	35,92
Platôs de Guadalupe com 2.009 ha. No estado do Piauí.	971.198,00	70.969,00	7,31	-	-	-	-	-	971.198,00	70.969,00	7,31
Tabuleiros de São Bernardo com 542 ha. No estado do Maranhão.	923.375,00	732.526,00	79,33	-	-	-	-	-	923.375,00	732.526,00	79,33
Várzea do Flores com 500 ha. No estado do Maranhão.	341.823,00	251.771,00	73,66	-	-	-	-	-	341.823,00	251.771,00	73,66
Baixo-Acaraú com 8.335ha. No estado do Ceará.	11.555.333,00	10.962.839,00	94,87	658.910,00	658.910,00	651.060,01	19.676,91	2,99	12.214.243,00	10.982.515,91	89,92
Tabuleiros Litorâneos, 1ª etapa, com 2.469 ha. No estado do Piauí.	3.377.821,00	28.819,00	0,85	-	-	-	-	-	3.377.821,00	28.819,00	0,85
Vaza-Barris com 1.487 ha. No estado da Bahia.	389.990,00	290.308,00	74,44	-	-	-	-	-	389.990,00	290.308,00	74,44
Brumado com 5.800ha. No estado da Bahia.	438.297,00	83.327,00	19,01	273.835,00	273.835,00	273.035,00	57.403,44	20,96	712.132,00	140.730,44	19,76
Icó-Lima Campos com 2.712ha. No estado do Ceará.	2.894.331,00	250.729,00	8,66	1.218.790,00	1.218.790,00	1.176.275,75	513.547,79	42,14	4.113.121,00	764.276,79	18,58
Curu-Paraipaba com 3.357 ha. No estado do Ceará.	1.804.013,00	1.435.184,00	79,56	-	-	-	-	-	1.804.013,00	1.435.184,00	79,56
Curu-Pentecoste com 1.068 ha. No estado do Ceará.	2.108.582,00	1.948.162,00	92,39	-	-	-	-	-	2.108.582,00	1.948.162,00	92,39
Ayres de Souza com 615 ha. No estado do Ceará.	398.626,00	148.626,00	37,28	-	-	-	-	-	398.626,00	148.626,00	37,28
Morada Nova com 4.246ha. No estado do Ceará.	483.397,00	68.710,00	14,21	1.415.105,00	1.415.105,00	1.411.960,17	305.133,97	21,56	1.898.502,00	373.843,97	19,69
São Gonçalo com 2.402 ha. No estado da Paraíba.	452.483,00	126.640,00	27,99	-	-	-	-	-	452.483,00	126.640,00	27,99
Moxotó com 6.491ha. No estado de Pernambuco.	7.156.250,00	197.633,00	2,76	717.206,00	717.206,00	427.911,16	28.652,31	3,99	7.873.456,00	226.285,31	2,87
Fidalgo com 311ha. No estado do Piauí.	288.672,00	28.456,00	9,86	462.000,00	462.000,00	427.249,22	54.206,28	11,73	750.672,00	82.662,28	11,01
Gurgueia com 1.974ha. No estado do Piauí.	310.608,00	20.463,00	6,59	449.354,00	449.354,00	389.363,74	86.609,15	19,27	759.962,00	107.072,15	14,09
Caldeirão com 398ha. No estado do Piauí.	214.342,00	14.112,00	6,58	230.675,00	230.675,00	230.667,72	54.483,39	23,62	445.017,00	68.595,39	15,41
Lagoas do Piauí com 2.335ha. No estado do Piauí.	274.345,00	214.296,00	78,11	416.430,00	416.430,00	398.034,41	55.173,56	13,25	690.775,00	269.469,56	39,01
Baixo Açú com 5.168ha. No estado do Rio Grande do Norte.	2.092.115,00	15.548,00	0,74	923.884,00	923.884,00	827.017,88	73.107,25	7,91	3.015.999,00	88.655,25	2,94
Transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação	-	-	-	12.913.000,00	12.913.000,00	-	-	-	12.913.000,00	-	-
Subtotal transferência de gestão dos perímetros irrigados	49.439.302,00	22.312.679,00	45,13	21.266.574,00	21.072.454,00	6.835.869,15	1.628.374,56	7,73	70.511.756,00	23.941.053,56	33,95
Outras despesas											
Gestão e administração do programa.	360.650,00	360.115,00	99,85	1.009.955,00	2.210.950,00	2.068.734,37	994.973,57	45,00	2.571.600,00	1.355.088,57	52,69
Gestão e administração do programa	36.390,00	33.161,00	91,13	-	-	-	-	-	36.390,00	33.161,00	91,13
Funcionamento dos perímetros de irrigação em regime de transferência.	270,00	-	-	-	-	-	-	-	270,00	-	-
Operação e manutenção de perímetros públicos de irrigação.	288.199,00	72.945,00	25,31	-	-	-	-	-	288.199,00	72.945,00	25,31
Operação e manutenção de perímetros públicos de irrigação.	2.573,00	1.295,00	50,33	-	-	-	-	-	2.573,00	1.295,00	50,33
Capacitação para a agricultura irrigada.	-	-	-	91.660,00	91.660,00	91.617,64	79.611,48	86,86	91.660,00	79.611,48	86,86
Estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.	-	-	-	916.600,00	916.600,00	411.009,93	381.639,40	41,64	916.600,00	381.639,40	41,64
Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.	-	-	-	351.650,00	351.650,00	327.945,00	251.388,48	71,49	351.650,00	251.388,48	71,49
Crédito Extraordinário. No estado do Ceará.	1.555.872,00	-	-	-	-	-	-	-	1.555.872,00	-	-
Subtotal outras despesas	2.243.954,00	467.516,00	20,83	2.369.865,00	3.570.860,00	2.899.306,94	1.707.612,93	5,814.814,00	2.175.128,93	37,41	
Total Desenvolvimento da agricultura irrigada	93.116.163,00	62.600.853,00	67,23	39.240.794,00	193.247.669,00	151.520.826,09	32.108.836,22	16,62	286.363.832,00	94.709.689,22	33,07

Fonte: Sistema Gerencial de Planejamento-SIGPLAN

2.2 Diretoria de Infra-estrutura Hídrica-DI.

A Diretoria de Infra-estrutura Hídrica-DI é responsável pela: promoção e supervisão do desenvolvimento de ações estruturantes para o semiárido; elaboração de estudos básicos e de meio ambiente; elaboração e avaliação de projetos básicos e executivos; implementação da ação de implantação de obras de infra-estrutura hídrica e ações complementares; operação e manutenção dos sistemas hídricos administrados pelo DNOCS; organização dos sistemas de informações hidrológicas; monitoramento, avaliação e controle permanente das reservas hídricas, fluxos e usos múltiplos da água; segurança das obras e planos de ações emergenciais em situações de risco e acompanhamento dos custos das obras e serviços. A DI abriga em sua estrutura o gabinete da direção com secretaria e assessoria, a Coordenadoria de Obras-COB e a Coordenadoria de Estudos e Projetos-CEP, além da coordenação central das ações de desapropriação do projeto São Francisco e fiscalização da área de preservação permanente dos reservatórios. O quadro de pessoal da diretoria conta com 84 servidores (permanentes, terceirizados e estagiários) distribuídos na administração (12), na COB (32) e na CEP (40).

Apesar de figurarem como sendo de responsabilidade da DI, inclusive constante no Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento-SIGPlan, existem três ações implementadas por outras unidades do DNOCS, por deliberação da Direção Geral: a ação: 1P72.0025, de implantação da infra-estrutura e obras complementares em 643ha da segunda etapa do perímetro de irrigação São Gonçalo na Paraíba sob a responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico de Produção-DP; a ação 100N.0056, de implantação do perímetro de irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi com 3.000ha, no Rio Grande do Norte sob a responsabilidade da coordenadoria estadual do Rio Grande do Norte e a ação 109Z, de perfuração e equipamento de poços públicos, sob responsabilidade das coordenadorias estaduais.

2.2.1 Coordenação de Obras-COB.

Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos-Proágua

As ações do Proágua Nacional compreendem, fundamentalmente, a recuperação e a construção de barragens, açudes, adutoras, estações de tratamentos e aquisição de equipamentos hidráulicos, demandados pelas prefeituras municipais, governos estaduais, Departamento Nacional de Obras contra as Secas-DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-Codevasf, que são encaminhados pelo Ministério da Integração Nacional para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e inseridos nos planos de ações anuais e plurianuais.

O Proágua Nacional é constituído por dois componentes básicos que são: (a) as obras prioritárias, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional-MI, que financia obras e equipamentos para represamento e adução de água bruta e (b) gestão de recursos hídricos, sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas-ANA, que engloba ações de apoio institucional para implementação do sistema de gestão de recursos hídricos nos estados. As intervenções contempladas no componente obras prioritárias gerenciadas pela Secretaria de Infra-estrutura Hídrica-SIH/MI foram agrupadas em subprojetos de construção de: barragens ou açudes que se destinam predominantemente ao abastecimento para o consumo humano; sistemas adutoras de água bruta; construção de estações de tratamento; sistemas simplificados de abastecimento e sistemas de captação e adução de água subterrânea.

Para o Proágua Nacional 2007/2009 estão programados recursos da ordem de US\$200 milhões, dos quais 25% serão financiados pelo Banco Mundial e os 75% restantes a título de contrapartida nacional (União e estados). Os recursos serão destinados aos componentes: gestão de recursos hídricos (30%); obras prioritárias (63,5%); gerenciamento, monitoria e avaliação (5%) e contingências (1,5%). O financiamento se destina a implantação de obras prioritárias de infra-

estrutura hídrica de interesse local, voltadas para o armazenamento e a distribuição de água bruta para comunidades com problemas permanentes de suprimento. As obras são executadas de forma descentralizada pelos estados, sob a supervisão da Unidade de Gerenciamento do Projeto Obras-UGPO/SIH/MI.

Quanto aos programas do PPA, a Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica-SIH/MI, DNOCS e Codevasf, implementam seus projetos no âmbito dos seguintes programas: 0379 - Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; 0515 - Proágua Infra-estrutura hídrica; 1036 - Integração de Bacias Hidrográficas; 1138 - Drenagem Urbana Sustentável e 1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. Esses programas contaram, no exercício de 2008, com recursos da ordem de R\$ 3,75 bilhões, compreendendo despesas de capital e correntes, tendo sido empenhados R\$ 3,12 bilhões e pagos R\$ 472 milhões. Somam-se a esses recursos, o pagamento dos restos a pagar dos exercícios anteriores no montante de R\$ 1,09 bilhão.

Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.

O Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, instituído pelo decreto nº 6,025 de 22 de janeiro de 2007, é um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social nos setores estratégicos de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, envolvendo diversos instrumentos de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. As metas propostas envolvem expansão significativa do investimento público e, em decorrência, do investimento privado. A elevação do nível de investimentos públicos na remoção das disfunções na infra-estrutura logística e energética, aliada à continuidade das políticas inclusivas, essenciais à expansão do mercado interno, é fundamental para a expansão da capacidade produtiva e elevação da produtividade sistêmica da economia. Considerando-se apenas os recursos orçamentários, os investimentos previstos no Plano Plurianual 2008-2011 são da ordem de R\$ 434 bilhões, dos quais 42% referentes ao orçamento fiscal e da seguridade social e os demais 58% ao orçamento de investimentos das estatais. Para o Nordeste, o PAC é uma oportunidade estratégica para revigorar o programa de desenvolvimento dos recursos hídricos na região.

As ações de infra-estrutura hídrica, coordenadas pelo Ministério da Integração Nacional-MI, terão investimentos da ordem de R\$12,6 bilhões, no período de 2007 a 2010. Deste total, R\$11,2 bilhões de recursos governamentais e R\$1,4 bilhão da iniciativa privada, oriundos de parcerias público privado-ppp. O maior volume de recursos será investido no projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, que assegurará a garantia permanente de fornecimento de água para uma população beneficiária estimada em 12,5 milhões de habitantes no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O valor total do projeto estimado em R\$6,6 bilhões serão aplicados na construção dos eixos de integração leste e norte (R\$4,9 bilhões); na integração de bacias receptoras (R\$1,3 bilhão) e em ações ambientais (R\$226 milhões). De acordo com a diretoria de infra-estrutura hídrica do DNOCS, os investimentos assegurados do PAC são da ordem de R\$ 870 milhões de 2007 a 2010, sendo R\$491 milhões para irrigação e R\$379 milhões para adutoras e barragens.

As obras de infra-estrutura do PAC em fase de implantação são: a) as segundas etapas dos projetos Tabuleiros Litorâneos-PI, Platôs de Guadalupe-PI, Baixo Acaraú-CE, Araras Norte-CE e Tabuleiros de Russas-CE; b) as barragens de Piau-PI e Berizal-MG; c) as adutoras Acauã-PB, Pajeú-PE e Oeste-PE; d) as ações no Projeto São Francisco e e) as transferências de gestões dos perímetros de irrigação São Bernardo-MA, Tabuleiros Litorâneos-PI, Platôs de Guadalupe-PI, Baixo Acaraú-CE, Tabuleiros de Russas-CE, Curu-Paraipaba-CE, Curu-Pentecoste-CE, Jaguaribe-Apodi-CE, Baixo Açu-RN e Moxotó-PE. Por recomendação do Diretor-Geral, a área administrativa do DNOCS criou

um selo de identificação para dar maior agilidade necessária na tramitação dos processos sobre as ações do PAC.

Do crédito extraordinário MP nº 424 de 16-04-2008, publicado no DOU nº 74 de 17-04-2008, foi empenhado R\$4,6 milhões previstos para para a gestão e administração do PAC. Os recursos foram aplicados na cobertura de despesas com diárias e custeio de deslocamento dos servidores do DNOCS e no pagamento dos serviços prestados pela Hydros Engenharia e Planejamento Ltda, empresa contratada para assessorar a Diretoria de Infra-estrutura Hídrica na: elaboração, análise, revisão e complementação de projetos de engenharia; realização de estudos ambientais, viabilidade e sustentabilidade; supervisão das obras de infra-estrutura hídrica; pareceres técnicos; controles físicos e financeiros; produção de relatórios gerenciais; levantamentos de campo e serviços afins, cuja ordem de serviço foi emitida em 11-02-2008.

Programa Integração de Bacias Hidrográficas

No Nordeste, as características do clima com ocorrência de chuvas superavitárias durante apenas quatro meses no ano e dos solos rasos sujeitos a erosão e subsolos impermeáveis que são incapazes de reterem água, ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, problema agravada pela degradação ambiental. A interligação de bacias hidrográficas objetiva alcançar maior equilíbrio regional das oportunidades de acesso à água, sendo especialmente importante para o semiárido, por possibilitar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos e melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e/ou continuada nos espaços sub-regionais e regionais. Em todas as ações deverão ser previstas parcerias com os órgãos ambientais e/ou com o Ministério do Meio Ambiente-MMA e a Agência Nacional da Água-ANA, envolvendo aspectos ambientais e de gestão de recursos hídricos.

O programa contempla diversos empreendimentos de captação e desenvolvimento dos recursos hídricos, alguns parcialmente construídos e que estão incluídas ações para sua conclusão. Os recursos em ações ambientais e de revitalização do rio São Francisco serão aplicados na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais e na bacia do rio Parnaíba, no Piauí, Maranhão e Ceará. Na integração de bacias serão priorizados: os eixos de integração do açude Castanhão ao Porto de Pecém e de Orós ao Feiticeiro no Ceará; as adutoras do Oeste, Agreste e Pajeú em Pernambuco; barragem Setúbal em Minas Gerais e o canal do Sertão em Alagoas.

Perímetros de irrigação.

A região Nordeste foi escolhida para receber investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC em irrigação por apresentar características peculiares, com um contingente populacional da ordem de 47 milhões de habitantes, na sua maioria concentradas nas áreas metropolitanas, situadas na faixa litorânea e com uma grande concentração de renda, contrastando com a persistência de pobreza e de baixa qualidade de vida da população rural no interior, de clima semiárido, marcado pela irregularidade de chuvas, com períodos de inundações e secas.

Por ser a base de sustentação do bioma, a água é também, um poderoso instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, cabendo ao governo, o papel de realizar investimentos de grande magnitude e de longo período de maturação, em obras de infra-estrutura permanentes de adução e adução de água, onde a iniciativa privada que requer rápido retorno econômico, não realiza investimentos de tal natureza no semiárido nordestino. O plano de aproveitamento de recursos hídricos é elaborado a partir: da demanda da unidade de planejamento que é a bacia hidrográfica (inclusive integração ou transposição de bacias); da orientação e da definição de prioridades dos usos múltiplos da água; da necessidade e da disponibilidade de recursos públicos para a implantação de obras de infra-estrutura de uso comum e da definição de instrumentos de estímulo e atração de investimentos privados para implantação e operação de novas áreas de irrigação.

Uma ação considerada importante nesse contexto é a consolidação das primeiras etapas dos perímetros Tabuleiros de Russas e Baixo-Acaraú, possibilitando que toda a área com infra-estrutura implantada passe a produzir. Para isso, o DNOCS propôs ao Ministério da Integração Nacional, a utilização de parte dos recursos do PAC que estão contingenciadas para as segundas etapas, para aquisição e montagem de equipamentos parcelares dos lotes agrícolas pertencentes aos pequenos irrigantes das primeiras etapas. Essas áreas permaneceram ociosas, em razão da falta de condições financeiras dos seus proprietários, deixando de contribuir com a produção agrícola, geração de emprego e renda, não obstante a existência de toda a infra-estrutura hídrica de uso comum implantados. A proposta foi aceita e, dessa forma, mais 6 mil hectares, pertencentes às primeiras etapas dos dois projetos, serão incorporados, de imediato, ao processo produtivo.

Pela nova orientação do Ministério da Integração Nacional que será posta em prática em 2009, propõem-se que, na medida em que forem concluídas a implantação dos pontos de água e de energia elétrica nos novos lotes das segundas etapas de expansão dos perímetros, as novas áreas serão licitadas e entregues antes da conclusão de todo o projeto. Antigamente, a licitação somente era feita quando toda obra havia sido concluída. Foram lançados editais para venda de lotes agrícolas, no dia 6 de junho, com a presença do Ministro da Integração Nacional, totalizando uma área de 3.095 hectares, nos projetos Tabuleiros de Russas (1.100ha dos 10.770ha implantadas na primeira etapa), Baixo Acaraú (967ha dos 8.335ha implantados), ambos no Ceará e Tabuleiros de São Bernardo (928ha dos 1.470 implantados) no Maranhão. Os três projetos já estão com 20.000 ha prontos para produzir.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido-CONVIVER.

O programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido-CONVIVER é multissetorial e, por isso, é desenvolvido por meio de uma ação coordenada entre o Ministério da Integração Nacional e demais ministérios setoriais para a convergência de esforços na implementação de programas de desenvolvimento regional, em articulação com governos estaduais e prefeituras municipais das áreas afetadas pela seca, com aproveitamento de projetos de recursos hídricos. Faz parte da estratégia de implementação a criação de instâncias locais para a definição de prioridades e fiscalização e avaliação dos resultados. O programa tem procurado parcerias não-governamentais com consórcios municipais e, eventualmente, organizações não-governamentais, no entanto, a instabilidade nas regras da administração pública e as diferentes interpretações jurídicas, quanto à celebração de convênios com estes parceiros, dificultam a ampliação dessa ação, em especial em projetos que exigem recursos de investimentos.

O padrão histórico de intervenção governamental no semiárido nordestino tem sido pautado por um conjunto de ações para a implantação da infra-estrutura hídrica de açudes, barragens, adutoras, poços, perímetros de irrigação, etc., aliado a iniciativas de natureza assistencial. Ainda que este conjunto de ações possua alta relevância para as condições básicas de sobrevivência e cidadania e para a sustentabilidade regional, as novas perspectivas do programa CONVIVER voltam-se para a busca de geração de trajetórias locais de desenvolvimento. Com os recursos do programa foram perfurados 21 poços profundos em pequenas comunidades, dos quais foram aproveitados 21. Desde a sua criação até o final de 2008, o DNOCS havia acumulado 28.203 poços perfurados, dos quais aproveitados 24.386 ou 86,47%.

Tabela 13 – Poços perfurados por estado.

Estado	Poços perfurados	Poços aproveitados
Piauí	11	11
Rio Grande do Norte	10	10
Total	21	21

Fonte: Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI.

Tabela 14 – Poços perfurados e aproveitados por estado. Dados acumulados até 2008.

Estado	Poços perfurados			Poços aproveitados			% aproveitado
	Público	Particular	Total	Público	Particular	Total	
Piauí	1.672	2.723	4.395	1.596	2.654	4.250	96,70
Ceará	1.813	4.012	5.825	1.511	3.553	5.064	86,94
Rio Grande do Norte	1.005	972	1.977	820	843	1.663	84,11
Paraíba	1.031	3.356	4.387	917	2.986	3.903	88,97
Pernambuco	781	1.045	1.826	691	929	1.620	88,72
Alagoas	326	742	1.068	292	667	959	89,79
Sergipe	446	1.662	2.108	360	1.435	1.795	85,15
Bahia	1.143	1.368	2.511	765	1.035	1.800	71,68
Minas Gerais	750	3.356	4.106	529	2.803	3.332	81,15
Total	8.967	19.236	28.203	7.481	16.905	24.386	86,47

Fonte: Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI.



Foto 9 - Implantação da segunda etapa do perímetro de irrigação do Baixo Acaraú-CE.



Foto 10 - Implantação do ramal III do Sistema Adutor do Oeste-PE.



Foto 11 — Implantação do ramal III do Sistema Adutor do Oeste-PE.



Foto 12 - Barragem Piaus. Concretagem do vertedouro-PI.

Implantação das segundas etapas dos perímetros de irrigação

Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba-PI.

A implantação do perímetro irrigado Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, localizado nos municípios de Parnaíba e Bom Princípio-PI foi iniciada em 1989, havendo implantado 2.445 ha na sua primeira etapa e os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum tiveram seu início em 1998. A implantação de 5.985 ha na segunda etapa deverá beneficiar uma população de 75 mil habitantes. Nesta etapa, o governo federal deverá investir R\$ 147 milhões com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC. Os recursos do PAC da ordem de R\$7 milhões de resto a pagar de 2007 foram aplicadas integralmente em 2008. Dos recursos previstos na LOA para 2008 foram empenhados R\$50 milhões, havendo aplicado R\$21 milhões em 2008, 43% do total empenhado e o restante será aplicado em 2009. A obra em andamento com 10% da execução física realizada, está dentro do cronograma previsto e deverá estar concluída em dezembro de 2010. Estão sendo implantadas estradas com revestimento primário com laterita, canal CS2 e as adutoras 2 e 3 revestidos com concreto e geomembrana impermeável e geotextil não tecido. Existem algumas pendências relativas a regularização fundiária que estão sendo resolvidas pela equipe de desapropriação e reassentamento. Somente em setembro de 2008 foi contratado o serviço de supervisão da obra, para o controle tecnológico e supervisão física-financeira. Inclui ainda, as ações complementares de administração fundiária, organização dos produtores, apoio à administração do distrito, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. Como há a presença de muitos irrigantes familiares que cultivam áreas de 8 a 12 hectares, o DNOCS fará a implantação do sistema de irrigação *on farm*, o que implicará em maior despesa de investimento.

Platôs de Guadalupe-PI

O perímetro irrigado Platôs de Guadalupe está localizado no município de Guadalupe-PI, às margens do reservatório da barragem de Boa Esperança, no rio Parnaíba. A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1987 e os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum tiveram início em 1993. O perímetro conta com uma área irrigada implantada de 3.196 hectares da primeira etapa, com cerca de 675 ha cultivadas com banana, coco-da-baía, maracujá, goiaba e melancia.

Na segunda etapa serão investidos R\$ 144 milhões do PAC, acrescentando mais 10.595 hectares. O consórcio construtor continua trabalhando na construção do canal principal-sul, com duas equipes independentes, em frentes de serviços distintas, a área sul com 3.196 ha área norte com 6.757 ha. Serão executadas as seguintes obras: rede de adução e distribuição de água através de canais e adutoras; rede de distribuição de energia elétrica; sistema de drenagem; aquisição e montagem de equipamentos parcelares para pequenos irrigantes e aquisição e montagem de bombas da estação de bombeamento principal. Inclui ainda, a administração fundiária, organização de produtores, apoio à administração pelo distrito, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. Uma equipe especializada e independente aplica as mantas de bidim e de PVC sobre as superfícies revestidas com solo cimento de recobrimento da escavação do canal. A obra está com a execução física de 14% concluída. A Coordenação de Estudos e Projetos do DNOCS está cuidando da questão do cadastro do terreno da faixa de domínio da adutora de recalque e da EBP-Norte e da renovação do decreto de desapropriação. Em 2008, foram aplicadas integralmente, recursos da ordem de R\$10 milhões do PAC, do resto a pagar de 2007. Dos recursos previstos na LOA 2008 foram empenhados R\$24 milhões, havendo aplicado R\$1 milhão, 5% do total empenhado e o restante será aplicado em 2009.

Com a previsão de sua conclusão em 2011, quando pronto, deverá gerar mais de 30 mil

empregos diretos e indiretos e contribuir para o rápido crescimento de Guadalupe onde, atualmente vivem 9.587 habitantes. Os perímetros irrigados de Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe no Piauí, deverão tornar-se uma área de excelência em agricultura irrigada de alta tecnologia com a produção voltada para o mercado externo, serão dois grandes pólos de geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Deverá atrair investimentos em infra-estrutura e equipamentos para beneficiamento de frutas e sementes e de transformação de matéria prima agroindustrial, semelhante ao que existe em Juazeiro na Bahia e Petrolina em Pernambuco.

Tabuleiros de Russas-CE

O perímetro irrigado Tabuleiros de Russas está localizado nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova-CE, que na sua primeira etapa foi implantada 10.770 ha, com potencial para gerar 15 mil empregos diretos e 40 mil indiretos, beneficiando 180 mil habitantes dos municípios beneficiados pela infra-estrutura. O perímetro é um dos mais modernos do Brasil, com a utilização da alta tecnologia na produção de melão, melancia, banana, mamão e outras frutas destinadas para diversos estados brasileiros, Europa e Estados Unidos. A área cultivada da primeira etapa aumentou de 1.708 hectares em 2007 para 2.546 hectares em 2008, o que mostra que explora, efetivamente, 24% da área total. Em face da dificuldade de realizar investimentos com recursos próprios foi iniciada, em dezembro, a implantação dos equipamentos *on farm* para 407 pequenos produtores numa área de 1.600 hectares, inclusive aquisição e colocação de tubulações, sistema de bombeamento e de irrigação por micro-aspersão e gotejamento. Por meio de convênio com DNOCS, o Distrito de Irrigação Tabuleiros de Russas-Distar foi autorizado a fazer a instalação dos equipamentos parcelares orçados em R\$ 1,73 milhão, eliminando a possibilidade da contratação de uma empresa, diminuindo, com esse procedimento, os custos e o prazo de implantação. Os lotes dos pequenos produtores têm oito hectares, dos quais, quatro hectares terão equipamentos parcelares instalados, permitindo iniciar as irrigação e com a perspectiva de acesso ao crédito bancário.

As obras de implantação de mais 3.600 hectares da segunda etapa do perímetro de irrigação Tabuleiros de Russas foi iniciada em 14-04-2008, com previsão para conclusão no segundo semestre de 2010. A obra orçada em R\$ 84 milhões e incluída no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, quando concluída, deverá gerar cerca de 9.000 empregos diretos e indiretos na produção e comercialização agrícola e beneficiar cerca de 50 mil habitantes. Em fase de implantação de obras de infra-estrutura hídrica de uso comum, que são canais revestidos com concreto; drenos; estação elevatória e sistema de adutoras de distribuição, foram executadas 8% da rede viária, 4% da rede de distribuição e 40% dos serviços preliminares, totalizando, no conjunto, cerca de 9% implantados. Essas obras obedecem ao contrato estabelecido entre o DNOCS e o consórcio Andrade Gutierrez/OAS, vencedor da concorrência pública para execução dos serviços. Os recursos do PAC da ordem de R\$10,6 milhões do resto a pagar de 2007, foram aplicadas R\$ 9 milhões em 2008. Para 2008 foram empenhados R\$30 milhões do LOA, havendo aplicado R\$270 mil, 1% do empenhado, ficando o restante a pagar para ser aplicado em 2009. O consórcio construtor está elaborando um novo plano de trabalho para a obra com a orientação da supervisora, em função das novas áreas liberadas, que será encaminhada para a consultora Hydros analisar. Além da obra em andamento, estão sendo desenvolvidas ações paralelas para solucionar as pendências fundiárias, que permitirá a aceleração dos serviços executivos.

Baixo Acaraú-CE

O projeto básico do perímetro de irrigação Baixo Acaraú, elaborado em 1989, abrange a irrigação de uma área de aproximadamente 12.608 ha nos municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco-CE, foi dividida em duas etapas. A primeira etapa com 8.440 ha, foi subdividida em 482 lotes de 8 ha para pequenos produtores, 52 lotes de 16 ha para técnicos agrícolas e 39 lotes de 80 ha para empresários. A comissão de licitação e assentamento em perímetros irrigados do DNOCS, realizou no dia 22 outubro, a licitação de 38 lotes destinados a empresas e pessoas físicas ou jurídicas, totalizando 935 ha, que elevou de 2.284 ha para 3.288 ha a área entregue a irrigantes.

O perímetro irrigado do Baixo-Acaraú, receberá R\$102 milhões em recursos para a implantação da segunda etapa com 4.168 ha e deverá beneficiar 60 mil habitantes. A ação prevê a implantação de canais, adutoras, estações de bombeamento, drenos, vertedouros, reservatórios, descargas de segurança, automação, núcleos habitacionais, rede *on farm*, rede viária, rede de distribuição de energia elétrica e de irrigação nas áreas irrigáveis selecionadas. Inclui ainda a administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase inicial de operação. Apesar da primeira etapa do perímetro de irrigação ainda não estar totalmente ocupada, foi assinada, em 16 de fevereiro, a ordem de serviço para o início da implantação de segunda etapa pelo ministro da Integração Nacional. Com o apoio do Ministério da Integração, foram investidos R\$ 11,56 milhões dos recursos do resto a pagar de 2007 do PAC, aplicado na aquisição de equipamentos *on farm*, na conclusão da primeira etapa.

Dos recursos orçamentários e créditos especiais previstos para 2008 foram empenhados R\$35 milhões, e aplicado R\$5,5 milhões, 15,7% do total empenhado, havendo executado até dezembro de 2008 10,5% da obra física. Estão sendo executados os serviços de manutenção do canteiro de obras, desmatamento, expurgo dos canais, construção da rede viária, vertedouros, pontilhões, drenos e concretagem do reservatório, aplicação da geomembrana PEAD e revestimento do canal principal. Estão na Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará-SEMACE os processos para liberação das jazidas de areia e cascalho. Com a demora, a jazida foi explorada e o seu material estocado próximo à central do concreto. Foram recuperadas a faixa de domínio da BR-403 e as áreas degradadas de outras jazidas. A baixa execução se deve ao atraso nos trabalhos de desapropriação que impediu maior avanço dos serviços. Com o convênio com o IDACE/Governo do Estado para regularização fundiária haverá um maior avanço. Somente em setembro de 2008 foi contratado o serviço de supervisão das obras, para o controle tecnológico e supervisão físico-financeira. A obra da segunda etapa iniciada em 14-04-2008 prevê conclusão até junho de 2010.

Araras Norte-CE

O perímetro irrigado Araras Norte está localizado nos municípios de Varjota e Reriutaba, influenciando, também, o município de Cariré-CE. A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1987, e os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum, tiveram início em 1998. Na primeira etapa foram implantadas 3.200 ha, dos quais 1.346 ha entregues a usuários, estando com efetiva produção, cerca de 722 ha. A implantação da segunda etapa de 1.619 ha, deverá gerar 4.035 empregos diretos e indiretos, beneficiando 54.900 habitantes dos três municípios. Dos recursos previstos da ordem de R\$14 milhões do PAC para 2008, foi empenhado R\$2,8 milhões e aplicado R\$417 mil, 3% do empenhado. A obra compreende a implantação da rede elétrica, estações setoriais de bombeamento, rede de distribuição de água, rede de drenagem, aquisição e montagem do equipamento parcelar para pequenos irrigantes. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio na administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase inicial de operação.

O objeto do contrato do DNOCS 23/2008 foi o detalhamento do projeto e supervisão da obra, com medições realizadas entre agosto e dezembro. O projeto executivo tem previsão de conclusão em fevereiro de 2009. Tão logo seja licitado e contratado a execução das obras, será dada continuidade ao contrato na parte de supervisão. O EIA/RIMA foi concluído e aprovado pelo COEMA aguardando a emissão da LP pela SEMACE. A Outorga do uso da água deverá ser providenciada, junto a ANA. A desapropriação está concluída e não haverá reassentamento. Ainda deve ser feita a licitação para contratação da construção das obras civis. O edital de licitação deverá ser publicado até 30-01-2009 e será concluída até 15-03-2009. O prazo de conclusão estabelecido para a obra é abril de 2010.

São Gonçalo-PB.

Implantação do canal adutor da segunda etapa do perímetro irrigado São Gonçalo-PB, permitirá ampliar a atual área irrigada de 2.402 ha da primeira etapa, implantada em 1972, para completar 3.045 ha previstos no projeto. A construção do novo trecho do canal adutor é uma obra complementar de reduzido custo para ampliação de mais 643 ha de área irrigada, capaz de gerar 643 novos empregos diretos. Foi realizada a licitação e a vencedora, a empresa Real Construções Serviços LTDA, apresentou a proposta no valor de R\$ 412.404,09, inscrito em resto a pagar, para o início dos serviços, em janeiro de 2009. As ações do DNOCS inclui ainda, a administração fundiária, organização de produtores, apoio à administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase inicial de operação.

Barragem Santa Cruz do Apodi-RN

Implantação de infra-estrutura de irrigação em 3.000 ha, da primeira etapa de um total de 9.600 ha, no perímetro de irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi, nos municípios de Apodí e Felipe Guerra, no vale do rio Apodi, no Rio Grande do Norte. A viabilidade técnica e econômica do projeto será desenvolvida para todo o projeto, e o projeto básico será desenvolvido para a primeira etapa. O contrato foi paralisado, para o atendimento das recomendações do TCU. Em cumprimento a essas determinações, foi lançado o edital para a elaboração dos estudos ambientais e assinado um termo aditivo ao contrato relativo ao projeto básico, PGE 13/2002, em 25-05-08, eliminando de seu objeto, a taxa de administração. O Empreendimento faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento-PAC. Os recursos previstos são da ordem de R\$15 milhões.

Adutoras.

Para a implantação das adutoras estão previstos R\$290 milhões, encontrando-se em andamento as obras das adutoras do Oeste-PE e Acauã-PB. Pela portaria 593 de 25-10-2007, foi aprovado o projeto executivo da primeira etapa da adutora do Pajeú-PE. A construção dessas adutoras deverá beneficiar cerca de 1.000.000 de habitantes. Ainda em fase de segunda revisão do ante-projeto, o sistema adutor do Agreste, incluindo o sistema Frei Damião e a incorporação das localidades atendidas pelos sistemas adutores de Moxaró, Burity e Lajedo, Tabocas e Jucazinho. A integração das adutoras permite ampliar a garantia de abastecimento para uma população beneficiária de 2.000.000 habitantes, com uma vazão de 3,00m³/s.

Adutora Acauã-PB.

Obra iniciada em janeiro de 2001, o projeto da adutora Acauã na Paraíba previa a implantação de 175 km, mas o trecho que destinaria água para Campina Grande foi excluído e a sua extensão diminuiu para 130 km. Com a reformulação do projeto, Campina Grande continua sendo abastecido pelo açude Epitácio Pessoa e, posteriormente passará a ser integrada ao eixo leste do projeto de integração do rio São Francisco, que terá a sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta-PE, que se estenderá 220 km até o rio Paraíba-PB, após deixar parte da vazão transferida para as bacias do Pajeú e Moxotó-PE. O tronco norte da adutora Acauã com 70 km irá abastecer os municípios de Itatuba, Mogeiro, Ingá, Juarez Távora, Distrito de Zumbi e a zona rural de Alagoa Grande, para atender cerca de 35 mil habitantes, e o setor leste, com 50 km, os municípios de Salgado de São Félix, Itabaiana, Juripiranga, Pilar e São Miguel de Taipú, em benefício de 50 mil habitantes.

A construção da adutora de Acauã está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do governo federal, através do Ministério da Integração Nacional/DNOCS. Está em fase de implantação do tronco norte, através de um convênio firmado com o governo do estado da Paraíba. A obra encontra-se com os projetos básico e executivo, contratação das obras, desapropriação da área, tomada d'água, instalação de bombas sobre flutuantes, e assentamento de tubos de aproximação de 700mm até eb1 e de 6.500m de tubos de 400mm até eb2 concluídas e, em andamento, os serviços de escavação e assentamento a partir de Itatuba. As obras da estação de bombeamento principal-ebp,

de captação flutuante e a estação de tratamento de água-eta, já estão concluídas, abastecendo Itatuba. O valor do contrato é de R\$72 milhões, havendo executado R\$22 milhões até 2006, dispõem de recursos da ordem de R\$50 milhões do PAC (R\$25 milhões de 2007 e R\$25 milhões de 2008) e deverá estar concluída em dois anos. Do total de R\$25 milhões previstos para LOA e R\$28 milhões do PAC 2008, foram empenhados R\$53 milhões e pagos R\$25 milhões, acrescido de R\$2,2 milhões do resto a pagar-*rap* de 2007, pago em julho. A obra encontra-se em ritmo normal: o tronco norte iniciado em 17-12-2001 está com 90% da execução física do trecho Itatuba/Zumbi pronta e o tronco leste iniciado em 30-09-2008 com 20% implantado, com previsão da conclusão da obra em 2009. Apesar do trabalho da SEIE em resolver o problema de desapropriação, ainda há dificuldades para a implantação da obra, uma vez que alguns proprietários impedem a entrada em suas terras para a execução dos serviços.

Adutora do Oeste-PE.

A implantação Adutora do Oeste com extensão total de 721km foi iniciado em 1993, para ampliar em 480 L/s a oferta de água para o abastecimento da região do Araripe, no Sertão Pernambucano. A adutora capta água do rio São Francisco em Orocó e o seu eixo principal de 170km e quatro estações elevatórias em operação, passa pelos municípios de Ouricuri, Trindade e se estende até Araripina-PE. O sistema compõe-se de cinco estações elevatórias com as potências das bombas de recalque variando de 850 a 40 CV, tubulação variando de 700mm em aço carbono a 75mm em ferro fundido, quatro subestações de 69 kv e três *stand pipes*, distribuição através de seis ramais. Estão em operação o ramal I até Urimamã (32km), ramal para Parnamirim (20km), ramal II para Bodocó, Sipaúba, Jardim, Timorante, Exu, Granito e Moreilândia (115km) (falta extensão a Cariri-Mirim de 5 km) e ramal IV para Ipubi (20km) (falta extensão para Serra Branca, Serrolândia e Poços de 40 km), totalizando 187km, para beneficiar de cerca de 150 mil habitantes.

Ao seu término, a rede de adutoras deverá atender a 12 municípios e 38 localidades do oeste de Pernambuco, disponibilizando 480 L/s ou 151 litros/habitante/dia em benefício de cerca de 274 mil pessoas. Deve-se lembrar que a ampliação da oferta atrai novos moradores e o consumo por habitante cresce para mais de 151 litros/habitante/dia, e o governo do estado está formulando novas estratégias para futuras ampliações, pela captação nos mananciais da própria região, pela integração a outros sistemas adutoras projetados para ofertar mais água para a população.

O convênio PGE nº016/2007 para a construção do ramal III, foi firmado em setembro/2007, entre o Ministério da Integração Nacional, através do DNOCS, BNDES e o governo de Pernambuco/COMPESA. Atualmente, em fase de execução, o ramal III da Adutora do Oeste terá cerca de 180 quilômetros de extensão e vai atender os municípios de Ouricuri, Santa Cruz e Santa Filomena, no sertão do Araripe, em benefício de cerca de 65 mil habitantes. Com investimento previsto da ordem de R\$11,27 milhões, encontra-se em fase de implantação as obras civis, contratação de supervisão e aquisição e instalação de medidores de vazão. A ação inclui a construção de uma estação elevatória para atender ao município de Santa Filomena, além das localidades denominadas Jacaré, Jatobá, Extrema, Varzinha, Passagem das Pedras e Videu. A obra prevê pontos de abastecimento para comunidades rurais ao longo da adutora. Também em fase de execução as obras civis dos ramais V e VI e revisão do sistema de operação da adutora, aquisição de material hidráulico para implantação do ramal VI para a localidade de Rancharia e aquisição de parte do material hidráulico para a implantação do trecho Moreilândia-Cariri-Mirim, último trecho do ramal II.

Do recurso federal previsto para a Adutora do Oeste de R\$40 milhões inscrito no resto a pagar-*rap* de 2007, foi aplicado R\$17,6 milhões e dos R\$46,5 milhões previstos dos recursos orçamentários LOA 2008, foi estabelecido o limite de R\$28 milhões e empenhado o mesmo valor, inscrito no resto a pagar para ser aplicado em 2009. Dos R\$46,5 milhões previstos do LOA 2008, R\$21,0 seriam

destinados através de termo de compromisso para o governo de Pernambuco para a: execução das obras dos ramais I, II, IV, aquisição dos tubos dos ramais I, II, IV e V, automação da adutora, construção de uma estação de tratamento de água e contratação de supervisão. Despesas previstas da ordem de R\$25,5 milhões seriam destinadas para a aquisição de tubulações para o ramal III. E do rap 2007, R\$14 milhões foram destinados para a implantação das obras civis dos ramais III, V e VI. O cadastro e a desapropriação está a cargo do Governo do Estado de Pernambuco. O decreto para desapropriações das áreas onde passam os ramais III, V e VI foi publicado no DOU em 28-02-2008. Havendo ainda, reservado R\$6,00 milhões para reajuste do contrato de aquisição de tubos e mais R\$1,36 milhão para aquisição de peças e conexões para o ramal III. As obras dos ramais V e VI iniciaram em 01-09-2008, com previsão de conclusão até 30-06-2009. As obras dos ramais I, II e IV, com início em 15-01-2009 e prazo de conclusão até 30-09-2009. A obra do ramal III com início em 01-09-2008 e previsão de conclusão até 30-08-2009.

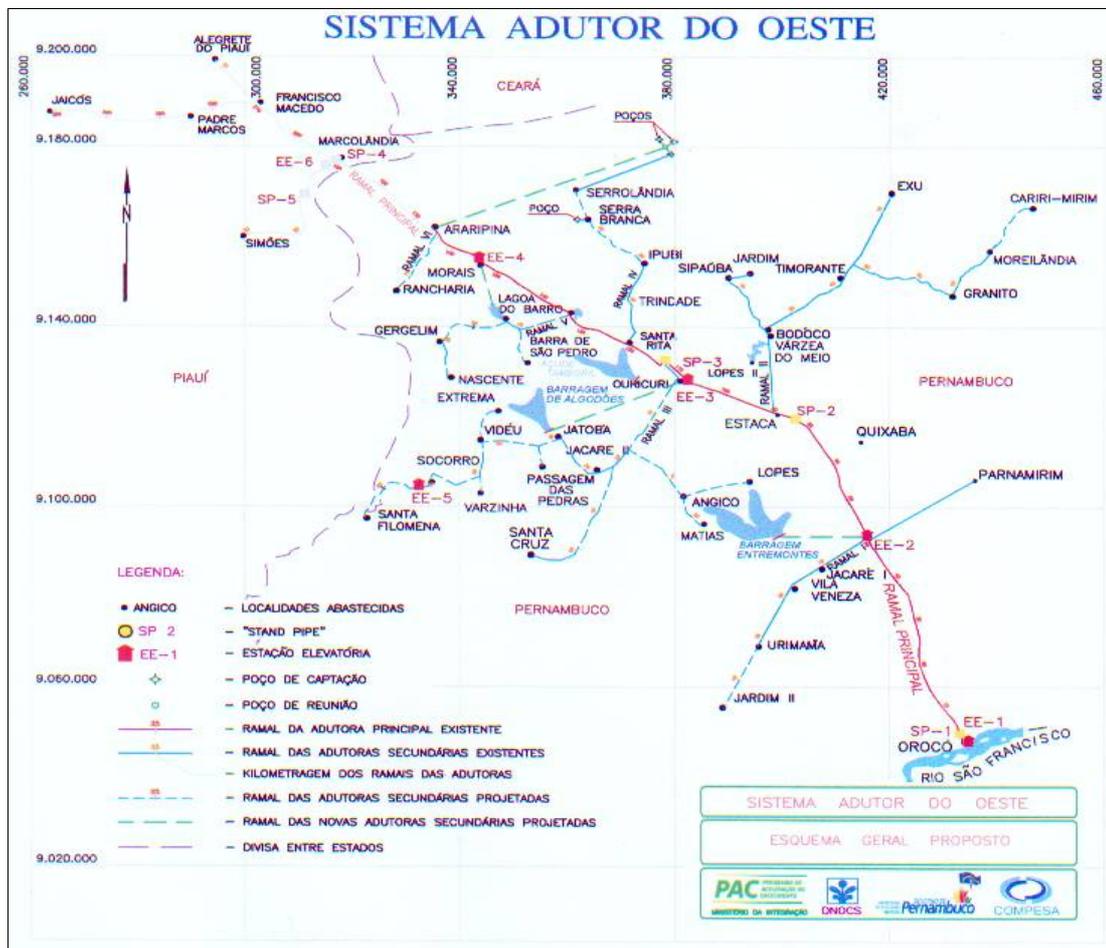


Figura 1 - Mapa infográfico do Sistema Adutor do Oeste em Pernambuco.

Adutora do Pajeú-PE

Encontra-se em fase de contratação as obras do sistema adutor do Pajeú, com 582 km de extensão, 18 estações elevatórias, 9 reservatórios, com tubulações variando de 700 mm a 100 mm em ferro dúctil. É uma obra do Ministério da Integração Nacional/DNOCS incluída no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC. A captação será no reservatório de Itaparica, em Floresta-PE, no eixo leste do projeto de integração do rio São Francisco e se destina ao fornecimento de água tratada para as populações urbanas e rurais de cerca de 450 mil habitantes. Na sua primeira etapa, ainda em fase de licitação, será implantado o ramal principal de 196 km, com vazão inicial de 216 L/s, para o

abastecimento de 173 mil habitantes dos municípios de Floresta, Serra Talhada, Calumbi, Flores, Carnaíba e Afogados da Ingazeira e mais dois distritos. Com a implantação dos ramais previstas na segunda etapa, serão beneficiados mais 14 municípios (Betânia, Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde, Custódia, Quixaba, Igaraci, Ingazeira, Solidão, Tabira, Tuparetama, Santa Terezinha, São José do Egito, Itapetim e Brejinho) e 25 distritos de Pernambuco e 8 municípios da Paraíba, a vazão será ampliada para 830 L/s, devendo beneficiar cerca de 500 mil habitantes.

O custo total previsto para o sistema é de R\$353 milhões e o PAC disponibilizou R\$152 milhões para a implantação da primeira etapa, sendo: R\$ 2,64 milhões para o projeto executivo, R\$30 milhões em 2007, R\$70 milhões em 2008 e R\$50 milhões em 2009. Até o momento foram feitas a revisão cadastral, renovação da licença ambiental e contratação da supervisão. A execução das obras e fornecimento de tubulação, ficaram aguardando a licitação das obras civis, cujos serviços deverão ser iniciados no primeiro trimestre de 2009. A conclusão da primeira etapa está prevista para o final de 2009. A definição de recursos para a segunda etapa será em 2010 e o prazo para a conclusão da obra está prevista para dezembro de 2011.

Barragens.

O DNOCS construiu e administra um sistema de armazenamento de água composto de 323 açudes, com capacidade para 27 bilhões de m³, com maior concentração no Ceará, com 15,6 bilhões de m³, vindo a seguir o Rio Grande do Norte com 3,2 bilhões de m³ e Paraíba com 2,6 bilhões de m³. Encontra-se em obras as barragens de Piaus com capacidade de acumulação de 106 milhões de m³, no Piauí; Taquara com capacidade de 274 milhões de m³ e Figueiredo com capacidade de 520 milhões de m³, ambas no Ceará. Em fase de elaboração de projetos ou estudos complementares para o início/reinício das obras temos: barragem Fronteiras com capacidade para 490 milhões de m³, no Ceará; Bujari com capacidade de 33 milhões de m³, no Rio Grande do Norte e Congonhas com capacidade de 950 milhões de m³ em Minas Gerais. A construção da Barragem Berizal, com capacidade de acumulação de 339 milhões de m³, localizada em Minas Gerais, já foi iniciada, mas hoje se encontra paralisada para elaboração de estudos complementares.

Barragem Piaus-PI.

A construção da barragem Piaus, localizada nos municípios de Pio IX e São Julião-PI foi iniciada em 2005. Consiste de um maciço construído em terra homogênea na calha do rio Marçal, sistema do rio Parnaíba, com uma altura máxima da parede de 44 metros e capacidade de acumulação de 104 milhões de m³, com 1.400 ha de espelho d'água. O sistema Piaus está projetada para abastecer uma rede de adutoras com cerca de 109 km de extensão, destinada ao abastecimento das populações de Pio IX, São Julião, Fronteiras, Campo Grande e Vila Nova-PI e Campos Sales-CE e dos povoados de Barra do Olho d'água, Piranhas, Pedra, Caldeirãozinho, Canto do Hipólito, Mandacaru e Santa Cruz, beneficiando cerca de 70.000 habitantes. A perenização do rio Marçal permitirá o aproveitamento hidroagrícola a montante e a jusante da barragem, piscicultura e lazer.

A construção da barragem Piaus orçada em R\$30 milhões, está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e tem a sua conclusão prevista para 2009. Os recursos aplicados, anteriormente foram de R\$6,0 milhões, havendo disponível R\$22,7 milhões inscritos no resto a pagar-rap de 2007 (R\$20,2 milhões) e do crédito especial do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC para 2008 (R\$2,5 milhões). Foram aplicados R\$15,4 milhões ou 68% do valor disponível para 2008, estando rigorosamente dentro do cronograma estabelecido, a obra recebeu o selo máximo da avaliação da Casa Civil, que a cada 15 dias, acompanha as obras do PAC, sendo uma das poucas obras no Nordeste que está com o cronograma de construção em dia. A CEST/PI dispõe de R\$6 milhões para o programa de reassentamento das famílias desapropriadas para a construção da obra e que receberão casa, energia elétrica, sistema de abastecimento d'água, estrutura de serviços básicos, inclusive projetos de piscicultura e de agricultura familiar. A Construtora Getel continua

executando os serviços de enrocamento do rock fill e do rip rap e aterro do maciço da barragem, enrocamento de montante e dreno à jusante. Foram executados 77,28% das obras físicas até dezembro de 2008. A expectativa atual é que a estrutura esteja concluída em 2009.

Barragem Berizal-MG.

Construção da barragem de terra homogênea sobre o rio Pardo, no município de Berizal a 848 km de Belo Horizonte-MG. A barragem com altura máxima de 41 m, vertedouro com largura de 40 m e capacidade de acumulação de 339 milhões de m³. A barragem tem a finalidade de garantir abastecimento de 50 mil habitantes nas áreas urbanas e rurais dos municípios de São João do Paraíso, Berizal, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e Indaiabira, irrigação de 10.000ha, piscicultura, turismo e lazer. A primeira ordem de serviço de nº 10-DGO/98, foi emitida em 18-08-1998; o projeto executivo foi entregue dentro do prazo contratual; os serviços foram paralisados e reiniciados por diversas vezes, por problemas financeiros e deficiências apontadas nos estudos ambientais. Os serviços da segunda fase estão suspensos desde 04-10-2002, em vista do embargo das obras pela Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais-FEAM. Na ocasião, o contrato foi encerrado por não haver mais saldo contratual.

Foram realizados serviços emergenciais de preservação das estruturas do vertedouro e tomada d'água da barragem (concretagem de parte do vertedouro e da boca de montante da tomada d'água da barragem. As obras emergenciais foram paralisadas a partir de 16-11-2005, com um avanço físico executado de 80%, o restante será executado somente após a concretização do plano de reassentamento e concessão da licença ambiental. O DNOCS contratou a empresa Tecisan, em julho de 2007, para elaboração dos estudos ambientais complementares exigidos pelo órgão ambiental competente, o Instituto Estadual de Florestas-IEF de Minas Gerais. A outorga de direito de uso de recursos hídricos já foi concedida pela Agência Nacional de Águas-ANA.

Foi realizado um convênio para o reassentamento PGE-109/04 com o governo de Minas Gerais, com superveniência da Secretaria de Agricultura e sua coligada Ruralminas. Foi feito termo aditivo a este convênio em 12-07-2007 e repassados R\$1,5 milhão, para aquisição de carros, móveis de escritório, projeto de reassentamento, cadastro e relatório sócio-econômico. Existe um empenho no valor de R\$7,0 milhões, para este exercício, porém a Ruralminas, baseada nas condições impostas pelo setor ambiental para as barragens de Pião e Setúbal está solicitando modificações no valor do plano de trabalho. Em 24-07-2008, foi concedida a licença prévia Nº 0083/2008, com condicionantes, pela Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Norte de Minas – SUPRAM-NM. Em relação às desapropriações da população atingida pelo açude, foi elaborado pela Hydros um cronograma para as indenizações. A execução da ação foi prejudicada por encontrar-se com restrições por decisão do TCU. Assim, os recursos foram oferecidos em créditos adicionais, sendo realizadas apenas ações visando a obtenção da licença de instalação, bem como cadastro das populações atingidas, sendo feito cronograma para pagamento das indenizações, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2009 (em andamento). Está prevista a conclusão da licitação para a supervisão das obras em maio de 2009. O prazo previsto para reinício das obras é julho de 2009 e a conclusão em dezembro de 2010.

Do valor total orçado em R\$90,0 milhões para a implantação da barragem Berizal, foram aplicados R\$25,3 milhões até 2006. Para 2008, o empreendimento conta com recursos do Programa de Aceleração de Crescimento-PAC, da ordem de R\$15,6 milhões inscrito no resto a pagar-rap de 2007. Dos R\$40,7 milhões previstos pela LOA 2008 foi estabelecido o limite de R\$700 mil e empenhado R\$675 mil.

Barragem Congonhas-MG

A barragem Congonhas represará o rio Congonhas na região nordeste de Minas Gerais, na

bacia do rio Jequitinhonha, nos municípios de Itacambira e Grão-Mogol. A barragem será do tipo mista, terra e concreto compactado a rolo-ccr, com altura máxima de 72 m e com capacidade para acumulação de 950 milhões de m³ de água. Visa garantir a oferta hídrica para o abastecimento de 315 mil habitantes urbanos (censo 2000) dos municípios de Montes Claros, Grão Mogol, Itacambira, Francisco Sá, Juramento, Cristália e Botumirim, irrigação de seis mil hectares, piscicultura, turismo e lazer.

A construção iniciada em 25 de junho de 1997 foi embargado em 2 de julho de 2002. Os projetos básico e executivo estão concluídos, a outorga de direito de uso de recursos hídricos concedida pela Agência Nacional de Águas-ANA. A construção da Barragem não foi iniciada, pois o DNOCS estava desenvolvendo ações no sentido de obter o licenciamento ambiental, que somente ocorreu em outubro de 2008, quando foi recebida a licença prévia. Em dezembro de 2008, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM-MG emitiu parecer favorável a outorga do barramento. Neste período o DNOCS, protocolou junto a ANA o estudo de sustentabilidade com vistas a obtenção do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica-CERTO. Encontra-se em fase de atendimento das exigências formuladas pelo órgão ambiental e Agência Nacional de Águas. A obra está orçada em R\$164,0 (jan/2002) e sua conclusão prevista para 36 meses. Não foi empenhado recursos previstos da ordem de R\$2,29 milhões do LOA 2008 para serem aplicados nesta fase, permanecendo em compasso de espera para novas decisões.

Barragem Bujari-RN

A barragem Bujari represará o rio Bujari, afluente do Rio Curimataú, entre os municípios de Nova Cruz-RN e Campo de Santana-PB, será construída pelo Governo do Rio Grande do Norte através do convênio PGE nº 135/2006, firmado com o DNOCS e deverá acumular cerca de 33 milhões de m³. A água será destinada ao abastecimento urbano de Nova Cruz, Santo Antônio, Passa-e-Fica, Montanhas, Pedro Velho, Várzea, Espírito Santo e Canguaretama no agreste, devendo beneficiar cerca de 81.000 habitantes. A barragem deverá, também, contribuir para o desenvolvimento da produção animal, piscicultura e irrigação de 120 ha nos aluviões férteis ao longo do rio perenizado. A fase atual é de elaboração do projeto executivo e realização de estudos ambientais EIA-RIMA, visando a licença prévia a ser fornecida pelo IBAMA/DF e o Certificado de Sustentabilidade Hídrica e Operacional-CERTO pela Agência Nacional das Águas-ANA. A obra da barragem Bujari está orçada em torno de R\$25 milhões, dos quais, estão disponíveis R\$2,5 milhões inscritos no resto a pagar-rap de 2007, cujo valor não foi pago em 2008.

Açude público Itapebussu-CE

A concessão da licença de instalação do açude público Manoel Guedes no distrito de Itapebussu, em Maranguape-CE, foi aprovada pela SEMACE, em 27 de agosto de 1998 e a implantação da barragem, equipamentos hidromecânicos e infra-estrutura complementar concluídas em abril de 2006. O reservatório da barragem Itapebussu com capacidade para 9 milhões de m³, supre o sistema de abastecimento de água para 1.300 ligações domiciliares do distrito, sob administração da Companhia de Água e Esgotos do Ceará-CAGECE, e abastece as comunidades residentes nas margens do rio barrado, uma população beneficiária da ordem de 15.000 habitantes. A obra foi implantada pela prefeitura de Maranguape, em convênio com o DNOCS.

A ação conta com recursos da ordem de R\$831mil inscrito no resto a pagar-rap de 2007, foram pagos R\$879 mil, destinados para a implantação da estrada de contorno de acesso das comunidades reassentadas. Não foram empenhados os recursos da ordem de R\$2,3 milhões do LOA 2008. Foi elaborado o projeto de construção da estrada para a comunidade isolada com a construção do açude, aguardando-se a realização da licitação para a execução da obra.

Barragem Taquara-CE

A barragem de Taquara localiza-se no rio Jaibaras, afluente pela margem esquerda do rio Acaraú, a cerca de 1,5 km do distrito de Arariús, no município de Cariré-CE. A barragem do tipo maciço de terra com 31m de altura, 2.547m de extensão de coroamento de 7 metros largura, terá capacidade para acumular 274 milhões de m³ de água. O reservatório se destina ao abastecimento urbano de Cariré, Mucambo, Graça, Pacujá, distrito de Rafael Arruda e o povoado de Cacimbas, beneficiando uma população de cerca de 26.000 habitantes, irrigação, piscicultura e perenização do rio Jaibaras à montante do açude Ayres de Souza. A barragem Taquara pertence ao sistema hidrográfico do rio Acaraú e, juntamente com os açudes Ayres de Souza e Jaibaras, contribuem para ampliar a capacidade de armazenamento de água destinada ao abastecimento de Sobral e ao perímetro irrigado do Baixo Acaraú.

O projeto básico foi elaborado pela Golder Associates Brasil Ltda, cujo custo total, inicialmente estimado em R\$55,2 milhões (maio de 2001), foi recalculado para R\$86,5 milhões. Foi pago a taxa da licença de desmatamento para dar entrada na SEMACE e designada a comissão para elaborar a tabela de preços de indenizações. Através do contrato PGE 48/2002 do DNOCS, a construtora Fidens Engenharia SA iniciou as obras da barragem de Taquara, em maio de 2008, com prazo de conclusão prevista para o final de 2009. O ritmo de construção da obra foi reduzida em novembro por falta de repasse de dinheiro. No início de 2009, a ministra da Casa Civil, assegurou ao ministro da Integração Nacional, a inclusão dos açudes Taquara e Figueiredo no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC até 2010. O açude Taquara possui um avanço físico de 30%.

Barragem Figueiredo-CE

A barragem sobre o rio Figueiredo, no município Alto Santo-CE, terá uma altura máxima de 40,6m e comprimento da crista de 2.915m e irá acumular 520 milhões de metros cúbicos, bacia hidráulica de 4.985 km², com vazão regularizada de 4,4 m³/s de água destinada ao abastecimento urbano de Alto Santo, Ererê, Iracema, Pereiro e Poliretama, para cerca de 23 mil habitantes, implantação de um sistema hidráulico de 1,48m³/s para o suprimento do projeto de irrigação de 2.000ha na chapada do Anastácio, mais 8.000 ha no Baixo Jaguaribe (suprimento complementar com açude Castanhão), piscicultura (produção de 15 t/dia de pescado), controle das cheias, turismo e lazer, beneficiando cerca de 96 mil habitantes da região.

Foi realizado o contrato PGE 23/2007 entre o DNOCS e a Galvão Engenharia S/A para a execução das obras e serviços de construção da barragem tipo zoneada, com espaldares de montante e jusante executados em enrocamento, núcleo impermeável, argiloso, incluindo fornecimento, montagem e instalação dos equipamentos hidromecânicos. A implantação da obra foi iniciada em 4 de abril pelas escavações do vertedouro e da ombreira direita, desmatamento da área de implantação do maciço, instalação do canteiro de obras, estrada de acesso e caminhos de serviços, com previsão para ser concluída no primeiro semestre de 2011. O empreendimento está orçado em torno de R\$78 milhões, compreendendo a execução de obras e serviços de construção, inclusive o fornecimento, instalação e montagem dos equipamentos hidromecânicos. O DNOCS e o Ministério da Integração Nacional conseguiram incluir a obra no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do governo federal.

Nesta fase de implantação da obra, gera 1.200 empregos diretos e indiretos, que em meados de dezembro, estava com 30% da barragem, sangradouro, vias de acesso e obras complementares realizadas. Mantendo o ritmo atual, poderá antecipar em um ano a sua conclusão, gerando inúmeros benefícios. Incluindo as despesas com a desapropriação, reassentamento, construção de agrovilas e outros serviços essenciais, a obra e as ações complementares totalizam um investimento da ordem de R\$ 120 milhões. O açude Figueiredo possui um avanço físico de 20%.

Barragem Fronteiras-CE

A barragem Fronteiras será implantada no rio Poti, sistema da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, a 363 km de Fortaleza, a 27 km a oeste da cidade de Crateús-CE e 2 km a leste do distrito de Ibiapaba. A barragem será do tipo mista de terra e concreto compactado a rolo-CCR, com altura máxima do maciço de terra de 29,5m e extensão de coroamento 435m e maciço de CCR com altura máxima 36,5 m e extensão de coroamento 1.300m, com volume de acumulação de 488 milhões de m³, determinada pela resolução da ANA.

A barragem Fronteiras destina-se ao abastecimento de cerca de 40% da população urbana de Crateús, 20% da população rural, beneficiando cerca de 24.000 habitantes e a vazão regularizada de 5m³/s deverá contribuir para o aproveitamento de 19.400 ha irrigáveis dos projetos Realejo, Graças, Platô do Poty, Novo Oriente e Poty-Sul, constituindo-se em importante indutor de desenvolvimento regional. O projeto básico foi elaborado pela Engesoft em junho de 2002 e o projeto executivo pelo Instituto de Estudos e Projetos-IEPRO, vinculado à Universidade Estadual do Ceará-UECE. A obra estimada em R\$140 milhões, sem contar o investimento em ações complementares está sendo contratado através de licitação, o projeto executivo, Estudo de Impacto Ambiental-EIA/RIMA e Estudo de Sustentabilidade Hídrica e Operacional-ESHO.

Integração do rio São Francisco.

O projeto integração do rio São Francisco é o mais importante projeto de infra-estrutura hídrica do governo federal no Nordeste, quando concluído, dará garantia hídrica para quatro estados do Nordeste Setentrional e perenizará, a partir das cabeceiras das bacias hidrográficas de diversos rios intermitentes, que são as fontes de captação de água para o abastecimento humano e irrigação. Com a retirada média de 26,4 m³/s ou 1,4% da vazão firme do rio São Francisco, será capaz de assegurar o fluxo contínuo de água nos canais de derivação e dará a garantia permanente para abastecimento humano, geração emprego e inclusão social para 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades do semiárido em 2025. Nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, o volume de captação poderá ser ampliado para 127 m³/s e contribuirá para aumentar a reserva estratégica nas barragens de compensação, permitindo ampliar a garantia de oferta de água para múltiplos usos de ambas as regiões, mesmo durante o período em que as estações de bombeamento estiverem desligadas. A obra iniciada em junho de 2007, com cerca de 150 militares do 2º Batalhão de Engenharia do Exército, contava ao final de dezembro com 1.200 operários das empreiteiras e militares, trabalhando simultaneamente em diversas frentes de serviços nos eixos leste e norte. Para se ter uma idéia do ritmo das obras, dois batalhões do exército estão utilizando 170 viaturas e máquinas pesadas (tratores de esteira, motoniveladoras, escavadeiras, caminhões e veículos de transporte). Um consórcio de empresas privadas, denominado Águas do São Francisco, conta com 120 viaturas e máquinas pesadas e trabalha no primeiro lote do eixo norte, num trecho do canal até o reservatório de Tucutu. Com a aceleração no ritmo de execução das obras e a concretagem dos canais, aquedutos e túneis, o número de trabalhadores deverá triplicar até julho próximo.

Para vencer o desnível do terreno entre os locais de captação no rio São Francisco e os pontos mais altos do relevo, serão implantadas 9 estações de bombeamento: 3 no eixo norte, com elevação total de 180m, e 6 no eixo leste a uma altura total de 300m. Ao longo dos eixos serão construídos canais de terra revestidos internamente por membrana plástica impermeável e com recobrimento de concreto, aquedutos nas travessias de rios e riachos, túneis para a ultrapassagem de trechos com altitudes mais elevadas e 30 barragens de reservatórios de compensação. E para reduzir as despesas com energia elétrica para o bombeamento serão implantadas usinas de geração de energia elétricas nos declives mais acentuados.

A transposição é uma obra prioritária do governo federal, incluída no Programa de Aceleração

do Crescimento-PAC que prevê a dotação de R\$ 6,6 bilhões. Os recursos serão aplicados no período de 2007 a 2010, na construção dos eixos de integração norte (R\$ 3,4 bilhões) e leste (R\$ 1,58 bilhão); na integração de bacias receptoras (R\$ 1,3 bilhão); e em ações ambientais e de saneamento (R\$ 226 milhões).

O eixo norte com captação na altura de Cabrobó-PE, terá 402 km e atenderá Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Para atender a região do Brígida, no oeste de Pernambuco, foi concebido um ramal de 110 km que derivará parte da vazão do eixo norte para os açudes Entremontes e Chapéu-PE. Foram contratados os lotes 1, 2, 3, 4, 6 e 8 e em fase de contratação, os lotes 5, 7 e 14. O eixo norte compreende os lotes 1 a 7, dos quais os lotes 1 e 2 serão concluídos até 2010. Os lotes 3, 4, 5, 6 e 7 deverão ser finalizados em 2011.

O Batalhão de Engenharia do Exército é responsável pela implantação do canal de aproximação de dois quilômetros do rio São Francisco até a primeira estação de bombeamento (lote 1), ponto de partida do eixo norte e a construção da barragem Tucutu com capacidade para 250 milhões de m³. Da estação de bombeamento a água descerá sete quilômetros por gravidade até a barragem de Tucutu (lote 2), em fase de construção pelo consórcio de empresas denominado Águas do São Francisco. A empresa Encalso foi a vencedora do contrato para a execução das obras civis de canais, túneis e barragem, inclusive hidrelétricas dos lotes 3 e 4. No lote 5 serão investidos R\$161,8 milhões e o vencedor foi o consórcio Encalso/Conpav/Arvek/Record. O lote 6 no valor de R\$223,4 milhões, com o consórcio EIT/Delta/Getel como vencedor. O eixo norte tem execução física de 6,6%. No canal de aproximação já foram executados 33,8%, na barragem de Tucutu foram executados 49,2% da construção do barramento, vertedouro e tomada d'água. O eixo norte conta com recursos do PAC 2007-2010, da ordem de R\$ 2,89 bilhões. A ação teve dotação orçamentária de R\$ 588 milhões em 2008, havendo empenhado R\$ 581 milhões e pago R\$ 39 milhões.

O eixo leste com captação no lago da barragem Itaparica em Floresta-PE, terá extensão de 220 km até o rio Paraíba, após deixar parte da vazão transferida nas bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco. Para o atendimento das demandas do agreste de Pernambuco, o projeto prevê a construção de um ramal de 70 km que interligará o eixo leste à bacia do rio Ipojuca. O eixo leste abrange os lotes de 9 a 13 e tem previsão de conclusão até setembro de 2010. Em fase final de contratação o lote 10, sob a responsabilidade do Batalhão de Engenharia do Exército cuja execução física situa-se em torno de 7,5% (lote 9), inclui a implantação de 22,3% do canal de aproximação de 5,8 km até a estação de bombeamento e 86,8 % da barragem de Areias, vertedouro, dique e tomada d'água. Já estão contratados os lotes 9,11,12 e 13. Para o eixo leste, estão previstos recursos da ordem de R\$1,91 bilhão entre 2007 e 2010. A ação teve dotação orçamentária de R\$ 419 milhões, havendo empenhado R\$ 416 milhões e pagos R\$ 29 milhões, além dos restos a pagar de R\$ 92 milhões.

As obras complementares para o sistema de integração com outras bacias receptoras contam com recursos previstos da ordem de R\$1,3 bilhão que são: o canal do açude Castanhão ao porto de Pecém-CE, o canal do sertão Alagoano-AL, a adutora do Oeste-PE, o eixo de integração Orós-Feiticeiro-CE, a adutora do Agreste-PE, a adutora do Pajeú-PE e a barragem Setúbal-PE.

Em 18.02.2005 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica no 01/2005, entre o DNOCS e o Ministério da Integração Nacional, estabelecendo o arranjo jurídico-institucional para respaldar na ação de desapropriação e no desenvolvimento de estudos, pesquisas e levantamentos de campo necessários para a elaboração dos sistemas simplificados de abastecimento humano da população residente as margens dos canais, com o objetivo de caracterizar o projeto do São Francisco como um projeto de engenharia social. Para realizar as atividades de desapropriação das terras e benfeitorias de

propriedades foram implantados diversos escritórios no Ceará, Paraíba e Pernambuco e efetuou-se um amplo diagnóstico da sócio-economia local, com vistas a estruturar soluções de abastecimento de água para as comunidades nas áreas de influência do projeto. As ações iniciais do DNOCS no projeto são: desapropriação das áreas de preservação ambiental e de segurança dos canais e reservatórios de compensação, inclusão social, segurança hídrica e segurança alimentar. O DNOCS já pagou o equivalente a R\$ 30 milhões de um total de R\$ 54,2 milhões. Ao longo dos dois ramais, são 1.998 áreas que serão desapropriadas, mas as indenizações de 1.509 ainda não foram pagas, dos quais 628 estabelecimentos não possuem sequer títulos de posse. Antes de pagar indenizações e avançar com a obra, é preciso regularizar as terras nos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. O DNOCS tem desenvolvido um trabalho intenso de regularização fundiária nessas áreas, objetivando um acordo administrativo com os proprietários das terras, a fim de que eles sejam devidamente indenizados. As prioridades do DNOCS no projeto São Francisco estão centradas na liberação do eixo leste para o início das obras, bem como a indenização das propriedades na Paraíba.

No PAC da integração do rio São Francisco está previsto recursos da ordem de R\$226 milhões para o programa de revitalização do manancial de água, no atendimento de 36 projetos básicos ambientais-pba que visam a eliminação, minimização e controle dos impactos ambientais provocados pela implantação e operação do sistema hídrico das bacias doadora e receptoras. O compromisso do Ministério da Integração Nacional e da Codevasf é garantir saneamento básico às 250 cidades que hoje captam água para o abastecimento e despejam esgoto e lixo no “Velho Chico”.

Ações complementares do complexo Castanhão-CE.

O açude do Castanhão, em Jaguaribara-CE, com capacidade para 6,7 bilhões de m³, sendo 4,5 bilhões para acumulação de 2,2 bilhões para volume de espera e de controle de cheias, foi implantado no período de 1989 a 2004. O açude tem capacidade para liberar 22 m³/s (com 90% de garantia), que adicionada à vazão remanescente de 7,0 m³/s do açude Orós, permite abastecer 3,3 milhões de habitantes do Baixo Jaguaribe e região metropolitana de Fortaleza e irrigar 30.000 ha. O DNOCS dispõem de recursos inscritos em resto a pagar-*rap* da ordem de R\$347 mil para serem repassados para o governo do estado do Ceará, para dar continuidade aos serviços e obras complementares nos reassentamentos urbanos e rurais, na construção de habitações, estradas vicinais, estruturas de abastecimento de água, irrigação e piscicultura entre outros. No momento, os recursos orçamentários do DNOCS cobrem todas as despesas de administração, manutenção, fiscalização do uso da água, monitoramento, segurança e operação da barragem, vigilância para evitar a invasão da área de preservação ambiental permanente, acompanhamento e controle dos convênios e implantação da infra-estrutura complementar e dos projetos produtivos dos reassentados.

Construção e recuperação de obras de infra- estrutura hídrica.

Execução de estudos, projetos e obras de construção ou recuperação da infra-estrutura hídrica, bem como as ações complementares. Cada uma destas obras, incluindo os custos de todas as etapas a elas relacionadas, não poderão ter custo total maior que R\$ 10.500.000,00. A ação permite assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade, de forma sustentável à população, em projetos e obras de pequeno vulto, inclusive com ações complementares, objetivando a melhoria da qualidade de vida. A implantação dos projetos são realizados através de convênios com estados e municípios sob a supervisão do DNOCS, inclusive o programa de integração das bacias dos rios Jaguaribe/Parnaíba/Salgado/Banabuiú/Acaraú no Ceará. Para a ação de construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica estiveram previstas recursos da ordem de R\$53 milhões para a execução de 176 obras, dos quais foram empenhados R\$47 milhões e pagos R\$17 milhões.

Gestão participativa dos recursos hídricos

A água dos açudes e dos rios perenizados envolvem interesses de diversas instituições e a sociedade civil de um ou mais municípios ou estados, que estão direta ou indiretamente ligados à

preservação e ao uso da água. Há uma crescente pressão social para a preservação e controle do uso, por causa da disponibilidade limitada e da crescente demanda em termos de quantidade e qualidade dos recursos hídricos para o consumo humano, irrigação, piscicultura, geração de energia elétrica e lazer. Esta questão é preocupante por causa do crescimento dos conflitos gerados pela ocupação irregular e desordenada da área de preservação permanente no entorno dos reservatórios, invasões de ilhas, construções de casas de veraneio e poluição dos mananciais supridores dos açudes, da água armazenada e dos rios perenizados. A situação se agrava a cada ano por causa do crescimento da população e pela ausência de ações coordenadas entre os diversos órgãos executivos responsáveis pela implantação e administração dos recursos hídricos e ambientais competentes, sobre as questões que envolvem a desapropriação, indenização e reassentamento da população deslocada pela implantação de obras de infra-estrutura de armazenamento e de distribuição da água e pela fiscalização para a aplicação da lei de preservação ambiental sobre áreas invadidas.

O DNOCS tem buscado apoiar e implementar o programa de gestão de recursos hídrico previstas na Lei 9.433/977 da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo parcerias com a Agência Nacional de Águas-ANA, estados e municípios na gestão dos reservatórios e bacias hidrográficas federais do Nordeste. O apoio à gestão participativa dos reservatórios é um trabalho imprescindível na organização e na integração de diversos interesses e tem-se pautado nos seguintes princípios: gestão integrada e participativa dos recursos hídricos; capacitação dos atores sociais na gestão dos recursos hídricos; participação da sociedade no controle da quantidade e qualidade de águas dos reservatórios; negociação dos conflitos; otimização do uso da água nos reservatórios e nos trechos perenizados; preservação, recuperação dos ecossistemas aquáticos, ordenamento e controle dos reservatórios. As comissões gestoras das áreas de influência dos reservatórios, criadas partir de 2003, são formadas por representantes das prefeituras, instituições estaduais, federais e a sociedade civil organizada. O DNOCS instalou 67 comissões gestoras nos açudes sob sua administração e outras 50 estão programadas para serem instaladas no curto prazo, permitindo que grande parte da população do semiárido brasileiro, estimada em 23 milhões de habitantes, sejam beneficiárias desse recurso estratégico, em seus múltiplos usos, de forma racional e democrática.

Em 2008 foi realizada a primeira oficina de planejamento e gestão participativa em Fortaleza para 50 técnicos que atuam na formação, implantação e apoio às comissões gestoras já empossadas. Esta oficina teve como objetivo específico a realização de um balanço da situação das comissões gestoras e um levantamento das dificuldades técnicas para a implantação dos instrumentos de gestão preconizados pela lei. Também em 2008 foi realizado o I Módulo de Legislação Ambiental para Manejo Hidroambiental para Áreas de Preservação Permanente-APP nos entornos dos reservatórios do DNOCS, com carga horária de 32 horas e participação de 47 técnicos. Em seu painel apresentado no dia 12 de agosto na Expo 2008 na cidade de Zaragoza, Espanha, sob o título de “Experiências na gestão participativa de açudes e seu entorno, na região semi-árida do Brasil”, o DNOCS mostrou que o açude é um dos recursos mais importantes do semiárido e, por isso, há uma crescente preocupação com a gestão do uso da água e a ocupação desordenada do seu entorno.

Monitoramento hidroambiental nos reservatórios do DNOCS .

Dentro do programa de modernização do sistema de comunicação vem sendo providenciado a aquisição e a instalação de equipamentos para o centro de controle e monitoramento na administração central e implantação das estações remotas de coleta de dados providas de sistema de telecomunicação via celular, nos açudes e rios das bacias hidrográficas dos rios Piranhas-Açu, Jaguaribe, Vaza-Barris e Poti-Longá, totalizando 20 barragens. Até o momento foram implantadas sistemas de monitoramento à distancia nos açudes Armando Ribeiro Gonçalves em Açu-RN e no Castanhão-CE. O sistema permite obter dados do nível de água, vazões de entrada e saída dos reservatórios em tempo real, através de sistemas telemétricos e ainda permite comandar o acionamento remoto de estruturas hidráulicas que fazem variar a vazão liberada das comportas e das

válvulas dispersoras. O projeto prevê a aquisição e a instalação de equipamentos, realização de testes, capacitação de recursos humanos no processo de operação e manutenção do sistema. Em virtude da insuficiência de recursos face à magnitude da ação, a sua realização para os demais açudes se encontra prejudicada.

Recomposição e manutenção das áreas de preservação ambiental dos açudes públicos.

Execução de trabalhos de delimitação da área de preservação permanente e cadastro dos usuários dos açudes públicos Eptácio Pessoa e São Gonçalo, localizados nos municípios de Boqueirão e Sousa no estado da Paraíba, de acordo com a Lei no. 4.771 de 15/09/65, Art. 2o., letra b, regulamentada pela resolução CONAMA nº 004, de 18-09-85, artigo II, que define em 100m desde o nível de sangria, a largura mínima marginal a ser preservada para os açudes localizados em áreas rurais com mais de 20 hectares de superfície. A ação realizada em conjunto com os órgãos de meio ambiente do estados e dos municípios, busca sensibilizar a comunidade usuária e concessionárias dos reservatórios através da promoção de cursos de educação ambiental e oficinas de trabalho, para implantação de viveiros para produção de mudas qualidade para recompor com vegetação arbórea, mesclando espécies nativas e exóticas, floríferas, frutícolas e madeireiras, com o objetivo de garantir a sustentabilidade econômica de base extrativista, apicultura e produção de alimentos para o consumo dos concessionários e seus familiares, sua vigilância e guarda, direcionados para assegurar a qualidade do espaço e preservação da água.

Capacitação de recursos humanos para projetos de infra-estrutura hídrica.

Capacitação de profissionais de nível superior para formação de *expertise* técnica com vistas ao aprimoramento do quadro de servidores na elaboração de estudos, planos e projetos, recuperação, construção, manutenção e segurança de obras de infra-estrutura hídrica, reservatórios, abastecimento humano, macrodrenagem e controle a erosão. O programa de capacitação dos técnicos foi muito bem aproveitado, contemplando a sua participação em eventos técnicos, cursos de especialização, treinamentos, etc. Os recursos foram utilizados no pagamento de diárias, passagens, patrocínios, serviços educacionais e materiais permanentes. A ação de capacitação de servidores possibilitou ao DNOCS melhorar a qualificação na área de recursos hídricos, de suma importância para melhorar o atendimento a população.

Relatório 2008

Tabela 12 - Informações gerenciais do segmento Infra-estrutura Hídrica.

Informações Gerenciais da(s) Ação(ões)
0515 - Infra-Estrutura Hídrica

Ord	Ações/Projetos	RAP inscrito/pago			LOA execução financeira						RAP + LOA			
		RAP inscrito	RAP pago	% execução	LOA	LOA+credito	empenhado	realizado	pago	% execução	Disponível	Pago	% execução	
	109H- (RAP 2007) Construção de Barragens													
1	0102 - (RAP 2007) Obras Complementares da Barragem Itapebussú - No Estado do Ceará - 53204	500.000	500.000	100							500.000	500.000	100	
	109I - (RAP 2007) Construção de Açudes													
2	0062 - (RAP 2007) Itapiúna - CE - 53204	100.000	100.000	100							100.000	100.000	100	
	109Z - Perfuração e Equipamento de Poços Públicos													
3	0062 - Em Municípios - No Estado de Minas Gerais - 53204				550.000	7.850.000	20.000	19.341	19.341		7.850.000	19.341	0	
4	0064 - Em Municípios - No Estado de Pernambuco - 53204				200.000	200.000	0	0	0		200.000	0	0	
5	0072 - Em Municípios do Norte - No Estado de Minas Gerais - 53204				1.000.000	1.000.000	0	0	0		1.000.000	0	0	
6	0076 - No Estado de Minas Gerais - 53204				100.000	100.000	0	0	0		100.000	0	0	
7	11RB - Construção do Açude Itapebussu no Estado do Ceará	331.096	279.751	84	2.366.616	2.313.966	0	0	0		2.645.062	279.751	11	
8	12F4 - Construção da Barragem Piaus no Estado do Piauí	463.327	280.064	60	0	2.500.000	2.500.000	0	0		2.963.327	280.064	9	
	0101 - (RAP 2007) No Estado do Piauí (Crédito Extraordinário) - 53204	19.823.794	15.208.978	77							19.823.794	15.208.978	77	
9	1716 - Implantação da Adutora do Oeste com 721km no Estado de Pernambuco	40.000.000	17.596.906	44	46.500.000	28.096.000	28.096.000	0	0		68.096.000	17.596.906	26	
	1851 - Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica													
10	1851 - Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica - Na reg NE	9.979.711	6.590.539	66	1.150.927	488.657	260.385	236.335	236.335	48	10.468.368	6.826.874	65	
11	0056 - São Benedito - CE - 53204				300.000	3.000.000	280.000	0	0		3.000.000	0	0	
12	0066 - Em Municípios - No Estado do Ceará - 53204	59.862.049	44.376.354	74	5.700.000	6.700.000	5.579.959	119.119	119.119	2	66.562.049	44.495.473	67	
13	0070 - Em Municípios - No Estado da Bahia - 53204				750.000	750.000	0	249.636	0		750.000	0	0	
14	0072 - Em Municípios - No Estado de Minas Gerais - 53204	422.474	86.950	21	1.400.000	1.400.000	30.000	7.449	7.449	1	1.822.474	94.399	5	
15	0078 - No Estado de Minas Gerais - 53204				800.000	2.900.000	55.589	34.623	34.623	1	2.900.000	34.623	1	
16	0082 - No Estado do Ceará - 53204	1.066.500	617.500	58	3.030.000	3.030.000	2.688.500	0	0	0	4.096.500	617.500	15	
17	0086 - No Estado do Piauí - 53204				750.000	750.000	324.646	36.072	36.072	5	750.000	36.072	5	
18	0088 - No Estado do Rio Grande do Norte - 53204	100.000	0	0	100.000	100.000	95.000	0	0	0	200.000	0	0	
19	0100 - Potengi - CE - 53204				300.000	300.000	285.000	0	0	0	300.000	0	0	
20	0106 - Santana do Acaraú - CE - 53204				500.000	500.000	475.000	0	0	0	500.000	0	0	
21	0114 - na Região Norte - Vale do Jequitinhonha/Mucuri - No Estado de Minas Gerais - 53204				400.000	400.000	0	0	0	0	400.000	0	0	
	0128 - Integração das Bacias do Jaguaribe/Parnaíba/Salgado/Banabuiú/Acaraú - No Estado do Ceará - 53204 (barragens Figueiredo e Taquara)				20.624.944	35.624.944	20.606.284	16.777.029	16.777.029	47	35.624.944	16.777.029	47	
22	1392 - (RAP 2007) Aurora - CE - 53204	142.500	142.500	100							142.500	142.500	100	
23	1398 - (RAP 2007) Madalena - CE - 53204	136.939	0	0							136.939	0	0	
25	1412 - (RAP 2007) Miraima - CE - 53204	256.500	256.500	100							256.500	256.500	100	
26	1414 - (RAP 2007) Quixerê - CE - 53204	95.000	0	0							95.000	0	0	
	1039 - Implantação de Sistema de Monitoramento e Telecomando de Barragens do DNOCS													
27	0020 - Na Região Nordeste - 53204				183.330	183.330	1.944	0	0	0	183.330	0	0	
	2272 - Gestão e Administração do Programa													
28	0001 - Nacional - 53204	775.210	722.917	93	940.565	2.680.389	909.992	905.290	904.786	34	3.455.599	1.627.703	47	
	2B89 - (RAP 2007) Obras de Pequeno Vulto para Manutenção da Infra-estrutura Hídrica													
29	0001 - (RAP 2007) Nacional - 53204	72.410	72.410	100				0	0	0	72.410	72.410	100	
	2B90 - Revitalização de Infra-estruturas de Abastecimento de Água													
30	0020 - Na Região Nordeste - 53204				183.320	183.320	0	0	0	0	183.320	0	0	
	2D85 - Manutenção e Recomposição das Áreas de Preservação Ambiental dos Açudes Públicos do DNOCS													
31	0020 - Na Região Nordeste - 53204				183.330	183.330	64.933	37.147	37.147	20	183.330	37.147	20	
32	0030 - Na Região Sudeste - 53204				23.930	23.930	0	0	0	0				
	2D93 - Monitoramento Hidroambiental nos Reservatórios do DNOCS													
33	0020 - Na Região Nordeste - 53204				183.325	183.325	163.985	134.148	134.148	73	183.325	134.148	73	
34	3601 - (RAP 2007) Construção do Complexo Castanhão no Estado do Ceará	347.863	150.339	43			0	0	0		347.863	150.339	43	
35	3631 - Implantação da Adutora Acauã com 130km no Estado da Paraíba	2.200.000	2.200.000	100	25.000.000	53.000.000	53.000.000	25.000.000	25.000.000	47	55.200.000	27.200.000	49	
36	3715 - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais	15.632.959	210.860	1	40.700.000	700.000	675.472	0	0	0	16.332.959	210.860	1	
37	3735 - Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais				2.291.500	2.291.500	0	0	0	0	2.291.500	0	0	
38	3785 - (RAP 2007) Construção do Açude Bujari no Estado do Rio Grande do Norte	2.500.000	0	0							2.500.000	0	0	
	7M08 - Aquisição de Equipamentos para Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado de Minas Gerais				18.740.277	0	0	0	0	0	0	0	0	
39	8062 - Capacitação de Recursos Humanos para Projetos de Infra-estrutura Hídrica				183.320	183.320	129.566	110.289	110.289	60	183.320	110.289	60	
40	8621 - Estudos para Obras de Infra-Estrutura Hídrica				183.320	183.320	32.496	26.436	26.436	14	183.320	26.436	14	
	Total	154.808.332	89.392.568	58	175.318.704	157.799.331	116.274.751	43.692.914	43.442.774	28	312.583.733	132.835.342	42	

Fonte: Sistema Gerencial de Planejamento-SIGPLAN

3 ATIVIDADES MEIO.

Nos últimos anos, o DNOCS vem buscando fundar a sua atuação com base em novos paradigmas, presentes no contexto das políticas públicas de modernização do estado brasileiro, responsáveis e comprometidas com a superação das desigualdades sociais de todos os matizes, promovendo a inclusão social das populações até então desassistidas pelo poder público, bem como o seu crescimento sustentável. Orientado por esta estratégia de desenvolvimento, vem-se realizando esforços sistemáticos que possam garantir o alinhamento das ações e alternativas focadas na busca da convivência do homem com o semiárido, através da realização de seminários e oficinas de trabalho, com a participação do público interno e parceiros institucionais.

Questões como a geração do conhecimento, a otimização da aplicação dos recursos empregados nos investimentos públicos, o desenvolvimento de ações de conservação dos mananciais e a racionalização de seus usos, a democratização do acesso à água, tornando-a disponível a todos os segmentos sociais, a difusão de tecnologias apropriadas, o fortalecimento de cadeias produtivas, a ampliação da rentabilidade do patrimônio produtivo, assomaram, dentre outras, como fundamentais para o aumento da eficiência e da eficácia das ações sob sua responsabilidade. O cenário descrito impõe uma nova etapa no desenvolvimento das ações, principalmente, ao constatar que em grande medida, tanto o patrimônio material, quanto o patrimônio imaterial rendem menos para a sociedade em geral do que deveriam ou poderiam. O primeiro, tanto por falta de manutenção como de aproveitamento adequado do seu conteúdo, o segundo, por carecer de uma divulgação efetiva para o seu público finalístico, de indispor das condições organizacionais e gerenciais apropriadas e, presentemente, até pela falta de registro da produção técnica e científica.

Ao retomar as bases destas discussões, o DNOCS se credencia para evidenciar o seu caráter de instituição de pesquisa e aplicação prática do conhecimento para as soluções hídricas no semiárido. Além disso, passa a dar ênfase na utilização mais eficaz do seu patrimônio material, colocando-o a serviço das comunidades do semiárido, recuperando na essência, as motivações de sua criação, ou seja, uma instituição especializada na região de sua atuação. As prioridades passam a ser a gestão do conhecimento, a gestão dos recursos hídricos e ambientais, bem como a gestão do patrimônio edificado. Com o foco na gestão, a autarquia passa a abrir novas fronteiras de atuação em todo o semiárido, em sintonia com as novas perspectivas de desenvolvimento sustentável, nos campos econômico, social e mercadológico. Em razão destes desafios e de forma comprometida com os resultados finalísticos desejados pelo seu público preferencial no semiárido, desenvolve estratégias e condições objetivas que possam dotar a autarquia das ferramentas gerenciais e equipes de trabalhos preparadas para cumprir o papel e a missão dos novos tempos.

Não só em função das suas carências de ferramentas gerenciais já evidenciadas, mas, principalmente, pelo fato que não se realiza concurso público no DNOCS desde 1964, o que têm proporcionado um progressivo esvaziamento do seu quadro de servidores que hoje, quer pela insuficiência quantitativa, quer pela sua inadequação às exigências tecnológicas e dos conhecimentos atuais necessárias às atividades fins da instituição, as quais envolvem uma complexidade de atividades. Em grande medida, as suas atividades são desenvolvidas por técnicos que mesmo sendo portadores de diploma de nível superior tem enquadramento funcional como servidores de nível intermediário na tabela de servidores da autarquia. São, em sua totalidade, profissionais que ingressaram no serviço público ainda estudantes, muitos dos quais contando com mais de vinte anos de serviço na instituição.

Há anos que vários e sucessivos dirigentes, com o apoio do Ministério da Integração Nacional, realizam gestões junto aos escalões competentes do governo federal, para obter autorização para a realização de concurso público, com vistas ao preenchimento das vagas existentes, abertas em função

das aposentadorias e saídas voluntárias de seus servidores. Recentemente, após anos de espera, diversas tentativas e negociações infrutíferas com o governo federal, o Ministério do Planejamento e Gestão indeferiu mais uma vez a pretensão do DNOCS em realizar concurso público. Decisão esta que impõe uma ampla reflexão quanto ao seu papel, sua missão e os desafios para a sua revitalização.

Não obstante as condições funcionais descritas é do conhecimento de todos que, nas duas últimas décadas, sobretudo, na última, o estado brasileiro vem passando por sucessivas reformas administrativas e gerenciais, ainda assim insuficientes para maximizar sua eficiência a serviço do cidadão, que através dos impostos e tributos que recolhem, sempre em percentuais cada vez mais progressivos em comparação com o PIB, garantem os recursos que remuneram o funcionamento da máquina pública. O DNOCS, como a maioria dos órgãos públicos federais, vem sendo impactado por estas mudanças, porém, no seu caso, sem ter sido ainda atendido em suas reivindicações das condições essenciais para exercer o seu papel e cumprir a sua missão de forma satisfatória, em razão do novo contexto delineado para sua atuação.

A reformulação estrutural do DNOCS neste momento é indispensável para a ampliação da oferta de recursos hídricos para o abastecimento humano e irrigação, um poderoso instrumento de potencialização do desenvolvimento regional, contribuindo, efetivamente, na geração de novas oportunidades de ocupação e renda, segurança alimentar e melhoria na qualidade de vida da população rural e urbana. Assim, cada vez mais, se confirma a necessidade de uma ampla reestruturação do DNOCS, que organizado técnica, gerencial, jurídica, tecnológica e orçamentariamente, é plenamente capaz de cumprir a missão de ser um dos agentes públicos que contribuirão na superação das desigualdades regionais e no pleno desenvolvimento das regiões regularmente castigadas pela estiagem, principalmente se considerada a sua experiência acumulada em sua atuação até hoje no semiárido, o seu acervo técnico e de pesquisa, o conhecimento da problemática deste território, a sua capilaridade e a capacidade operacional que ainda detém e precisa ser ampliada, considerando as perspectivas de sua atuação em âmbito nacional. Nessa nova abordagem, questões como o desenvolvimento humano e de sua modernização institucional estão associadas à melhor eficiência dos gastos públicos e mais qualidade nos serviços prestados a população alvo finalístico da sua missão, bem como dinamizar a sua atual capacidade de arrecadação de recursos próprios em função dos investimentos públicos realizados em sua área de atuação.

3.1 Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégicas-CGPE.

Dentro das possibilidades de recursos, o DNOCS estabeleceu prioridades de trabalho em ações consideradas mais significativas e em ações estratégicas de natureza extra-orçamentárias tais como a regularização fundiária dos lotes dos perímetros públicos de irrigação, a organização das comissões gestoras dos açudes públicos, o projeto DNOCS 100 anos, a implantação do sistema de diárias e do ponto eletrônico, as diversas parcerias envolvendo ações de interesse da comunidade relativas à criação de oportunidades nos campos da economia solidária, do combate à desertificação e do desenvolvimento regional, geoprocessamento, da geração de energias alternativas e diversas outras.

A CGPE é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, administração dos recursos de informação e comunicação, arquivos e documentação, além das atividades de organização e modernização administrativa. Colaborar nas ações de desenvolvimento, fortalecimento e modernização institucional na política de gestão administrativa do Departamento. Por não contar de unidade específica em sua estrutura, a CGPE é, também, responsável pela implementação e acompanhamento dos programas de Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE, gestão da política de integração nacional com ênfase na ação de manutenção do Sistema Nacional de Informações para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-PAN/Brasil e os projetos de cooperação técnica.

Uma das questões que mais preocupam e que continuam, a exemplo dos exercícios anteriores, a gerar tensões tanto no relacionamento com o parlamento, como internamente, diz respeito aos convênios originários de emendas parlamentares. Nesse sentido buscou-se frequentemente, o estreitamento de relações com os parlamentares federais do Nordeste para debater questões relacionadas com o semiárido, propostas de ações estruturantes sob a ótica da convivência com o meio e a necessidade de fortalecimento do DNOCS como ativo governamental capacitado para a implementação dessas ações. No entanto, as dificuldades na execução destas ações devem-se a questões legais de encaminhamento, pelas prefeituras, de documentação exigida e de elementos necessários à análise de pleitos, além de questões relativas ao cronograma de liberação de recursos pelo Governo Federal.

DNOCS 100 anos

Diante da proximidade do centenário do DNOCS em 21 de outubro de 2009, visualiza-se o restabelecimento de conceitos que remontam a pressupostos que deram origem a sua criação e que se associa o fenômeno climático das secas, aos seus impactos no território e aos reflexos destes impactos sobre a população. Um dos objetivos do projeto DNOCS 100 anos é a implementação de ações que o torne mais ágil, eficiente e eficaz no desenvolvimento de suas atividades, mais moderno, mediante o emprego de tecnologia e ferramentas adequadas, inserido no ambiente institucional atual, apresentando uma visão contextualizada do momento em que o conhecimento é o recurso fundamental para a construção de um processo de desenvolvimento sustentável. Pretende-se destacar as políticas públicas de combate à seca, para garantia de sobrevivência de uma população que contra tudo o que se vê no mundo, permaneceu na região, acreditando na superação das adversidades climáticas.

Considerando que se trata de um projeto em construção e que é fundamental o envolvimento do público interno, dos parceiros, dos clientes, aqui entendido como sendo o conjunto de organizações da sociedade civil que congregam usuários dos nossos serviços, que são os usuários de água, irrigantes, pescadores, instituições científicas e tecnológicas, etc.

Como o objetivo do projeto é estabelecer, de forma compartilhada e participativa, um processo de transformação organizacional permanente, a metodologia a ser empregada deverá trabalhar em vários planos, cujas dinâmicas, com suporte em um eixo estruturado dentro de uma visão de planejamento estratégico, para com isso, aumentar a capacidade de produzir resultados, ganhar eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos, aumentar a sua contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico da região buscando ter, na sociedade, o apoio necessário à sua permanência e a sua sustentabilidade,

O projeto proposto deverá basear-se em três pilares básicos, aderentes aos eixos de atuação do DNOCS: a) novo modelo conceitual de gestão; b) práticas de consultoria organizacional e de gestão do conhecimento para implementar as mudanças comportamentais, de cultura, de métodos de trabalho e de desenvolvimento de capital humano e c) ferramenta de *software* que facilite e apóie, desde o início e de forma ampla, o processo de transformação permanente a se instaurar. Ainda há muito por fazer, principalmente no que diz respeito à agilidade da máquina administrativa, ainda carente de uma melhor qualificação, de uma estruturação em carreiras que lhes dê mais segurança e motivação. Entretanto, já é visível a imagem do novo DNOCS.

Proposta de fortalecimento institucional

O DNOCS atua, principalmente, através de ações focadas na busca da convivência do homem com o semiárido. A implementação dessas ações de forma planejada requer a instrumentalização da Instituição em bases modernas, eficientes e eficazes, envolvendo tanto a modernização da gestão, como o estabelecimento de condições de trabalho adequadas associadas à recomposição da sua força

de trabalho, seja pelo viés da aquisição de novos quadros, seja pelo viés da qualificação e requalificação dos atuais servidores para a assunção dessas tarefas.

No entanto, a configuração dada ao DNOCS pela lei nº 10.204, de 2001, não contemplou em seu conjunto novas atribuições e competências, sendo necessária a compatibilização com o que preconiza a política nacional de desenvolvimento regional, o plano de desenvolvimento sustentável do semiárido, o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-PAN/Brasil, os programas de desenvolvimento regional, dentre outros, além de colocar a Autarquia como executora de ações na área dos recursos hídricos, norteando as suas ações pela política nacional de recursos hídricos.

Para atender às novas demandas, deve-se adequar a estrutura do DNOCS a novos modelos organizacionais, de forma a dar mais agilidade e força ao órgão, através da gestão estratégica e do estabelecimento de metas e objetivos. Foi elaborada uma nova proposta de alterações do marco regulatório da autarquia, concebendo uma nova arquitetura institucional, de forma a contemplar, dentre outras áreas, as políticas de desenvolvimento regional. A minuta de texto e Exposição de Motivos foram aprovados pela Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão do Ministério da Integração Nacional e deve ser enviada à Casa Civil. A proposta objetiva, ainda, consolidar em um único dispositivo legal a legislação existente, particularmente as leis nº 4.229/1961 e nº 10.204/2001, adequando o texto às técnicas legislativas.

Gestão da política de integração nacional

O programa de gestão da política de integração nacional tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial. Neste programa o DNOCS conta com recursos para atuar nas seguintes ações: gestão e administração do programa; gestão e coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC; capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação nas regiões Nordeste e Sudeste; capacitação para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial; manutenção do sistema nacional de informações para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial; modernização dos recursos de tecnologia de informação e comunicação na região Nordeste e recuperação e reforma do edifício-sede do DNOCS no Ceará. Este programa conta com recursos da ordem de R\$4,6 milhões, destinado para contratação de consultoria de serviços técnicos especializados de apoio a implantação das ações do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, visando o assessoramento à Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica. As demais despesas foram destinadas para diárias, passagens, aquisição de materiais e equipamentos de informática, estruturação e criação de sistemas informatizadas e alimentação da base de dados, aquisição de *softwares*, qualificação de pessoal técnico, contratação de serviços de consultoria, realização de convênios e acordos de cooperação técnica com instituições federais, regionais, estaduais ou sub-regionais de forma a viabilizar sua contribuição para geração de dados e informações relevantes para a atualização da tipologia regional, monitoramento e avaliação de ações correlatas e custeio da divulgação de informações e resultados.

Zoneamento Ecológico-Econômico

O Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE é um instrumento de organização do território, a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, que estabelece as medidas e padrões de proteção ambiental, dos recursos hídricos e do solo e conservação da biodiversidade, fomentando o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. O DNOCS com o objetivo de estruturar sua área de geoprocessamento, sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas, especialmente para atender às ações de elaboração e atualização dos estudos de zoneamento ecológico-econômico em áreas selecionadas, celebrou

convênio com a Fundação Associação Técnico-Científica Eng.º Paulo de Frontin-ASTEF, vinculada ao Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará-UFC, com prazo de 24 meses, para realizar ações de capacitação, treinamento e estágios de estudantes de graduação em engenharia, tecnólogos e áreas afins, em mútuo interesse, contribuindo na formação profissional, direcionado para as áreas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. O DNOCS proporcionará a formação desses profissionais em serviço, que executarão tarefas orientadas por especialistas do quadro nas referidas tarefas e assim preparando futuros técnicos habilitados para as reais necessidades da sociedade. É de interesse da Instituição, tornar operacional o tratamento e análise de informações e indicadores, com especialização de ações governamentais em sua área de atuação, nas diversas escalas, e sua contribuição para o estabelecimento de diagnósticos compartilhados de regiões prioritárias, com foco nas desigualdades regionais e com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, auxiliando o Ministério da Integração Nacional na organização de informações sobre desenvolvimento regional.

Ações de desenvolvimento regional

Dentro das atividades do DNOCS está prevista a participação dos técnicos em eventos que contribuam para a capacitação dos servidores e para a transferência de conhecimentos para o aprimoramento das ações de outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, pela apresentação dos resultados alcançados nas diversas áreas de sua atuação, com foco no desenvolvimento do semiárido brasileiro. Assim, aproveitando ações de outras entidades, servidores do DNOCS participaram de eventos como: Seminário Nacional sobre Regionalização, realizado em Brasília com a finalidade de discutir a questão da regionalização brasileira; Integra Nordeste e III Encontro Nacional de Mesorregiões, realizado em João Pessoa/PB, visando a discussão dos aspectos teóricos e práticos relativos às políticas públicas e ao planejamento para o desenvolvimento regional; Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no Mercosul e na União Européia, que teve como objetivo a discutir a gestão de políticas regionais no contexto da integração econômica, analisando-se experiências do Mercosul e da União Européia, aprofundando experiências institucionais e acadêmicas, no campo das políticas regionais e territoriais.

Neste contexto, ressalte-se a apresentação pelo DNOCS, a convite da República Dominicana, de uma palestra sobre marco legal de águas no Brasil. As apresentações, com foco nas experiências de diversos países, para aproveitar as práticas exitosas para a organização do aparato legal e estrutura organizacional do marco legal. Foi dada ênfase na questão da gestão participativa, modelos de comitês de bacias e aparato da defesa civil no enfrentamento das ocorrências de eventos extremos de secas e inundações. Na Expozaragoza em Zaragoza, Espanha-UE, o DNOCS apresentou trabalhos na semana do Brasil, na Tribuna da Água, de 11 a 14 de agosto. A palestra magna pretendeu divulgar as ações do órgão de desenvolvimento regional, atuando na região semiárida do Brasil, desde a sua criação em 1909, com o objetivo de discutir a ocupação de um território a partir da garantia de água. Apresentou o resultado das ações do DNOCS ao longo de cem anos, nos segmentos de desenvolvimento de recursos hídricos (construção de barragens, adutoras e perfuração de poços), piscicultura e irrigação. Foram também, apresentados trabalhos de ações específicas sobre o projeto pirarucu, formação de comissões gestoras dos reservatórios e preservação da biodiversidade dos mananciais no semiárido brasileiro.

No Integranordeste e III Encontro Nacional de Mesorregiões, realizado em João Pessoa-PB, entre 17 e 21 de novembro, promovido pela SPR/MI, SEBRAE, FAMUP, MDA, CODEVASF, governo do estado da Paraíba e prefeitura municipal de João Pessoa, foram debatidos aspectos teóricos e práticos relativos às políticas públicas e ao planejamento para o desenvolvimento regional.

No Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no MERCOSUL e na União Européia, realizado em Fortaleza-CE, entre 3 e 5 de dezembro, foram discutidas: a gestão de políticas

regionais no contexto da integração econômica, analisando-se as experiências do MERCOSUL e da UE; intercâmbio de experiências institucionais e acadêmicas de políticas regionais e territoriais entre o Brasil e a UE e início das articulações Mercosul-UE no campo das políticas regionais para formular e implantar, entre esses blocos econômicos, instrumentos de cooperação técnica em desenvolvimento regional.

Combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas.

A ausência do poder público em áreas sem interesse econômico, agrícola e não agrícola e o crescimento desordenado da população à margem da economia, que são literalmente empurradas pela agricultura comercial e mineração para as áreas periféricas, acaba exercendo forte pressão sobre ecossistemas frágeis, tornando-se uma combinação explosiva de falta de perspectivas, miséria e violência, que fazem parte da história de vida do povo no semiárido. Em virtude da grande dimensão territorial e da enorme população que abriga, é necessário ampliar o grau de conhecimentos sobre a dinâmica da ocupação das áreas em processo de desertificação e a sua extensão. Esse esforço apóia-se na percepção estratégica de que, no Brasil, as áreas suscetíveis de desertificação-asd precisam se transformar em espaços de prosperidade produtiva e social.

No II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste, realizado em Fortaleza-CE, em 26 de novembro, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, foram apresentados conhecimentos das constatações e previsões hoje disponíveis sobre mudanças climáticas e discussões sobre as implicações para o Nordeste e especialmente para o semiárido. Alertados e conscientizados sobre a gravidade das expectativas de mudanças climáticas globais e suas consequências, os participantes resolveram escrever a Carta de Fortaleza para apresentá-la aos representantes de governo e da sociedade durante a Primeira Conferência Regional sobre Mudanças Climáticas e o Nordeste e a instalação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas, em 26 de novembro de 2008.

O estudo piloto de Gilbués e Monte Alegre, no estado do Piauí, está concluído e deverá ser publicado por ocasião da comemoração do centenário do DNOCS. Até julho de 2009, os estudos de ZEE da região do Seridó norterio-grandense será entregue pelo IDEMA, em cumprimento ao convênio celebrado entre o DNOCS e o governo do estado do Rio Grande do Norte. Esses estudos subsidiarão os programas estaduais de combate à desertificação, ora em execução pelos estados. O projeto piloto, para construção de metodologia para aplicação nos núcleos de desertificação tem caráter inovador e também os resultados são interessantes para reavaliação e definição de novas estratégias para a convivência da população nas áreas susceptíveis à desertificação, pois os indicadores atuais ainda são insuficientes.

Programa Conviver/Conhecer na TV Diário

O programa Conviver/Conhecer na TV Diário foi lançado em 05-07-2008, na administração central do DNOCS, em Fortaleza-CE, numa parceria do DNOCS com o governo do Ceará e do Banco do Nordeste do Brasil, objetivando levar ao conhecimento da população, as diversas ações desenvolvidas pelo órgão e informações técnicas sobre o manancial de água na região semi-árida. As reportagens contemplam todas as atividades desenvolvidas pelo DNOCS na formatação da problemática, dos esforços e das ações de implantação de infra-estrutura, produção e utilização da água nos estados que fazem parte do semiárido nordestino. O primeiro vídeo enfocando as ações do Departamento foi apresentado para diversas autoridades do mundo político, empresarial, técnico e jornalístico, além de servidores, dando início a uma série de reportagens televisivos. O programa é transmitido pela TV Diário de Fortaleza-CE, aos sábados a partir de 6:30 da manhã e aos domingos às 5:30, através da difusão via satélite que alcança praticamente todo o País e parte da América Latina. A apresentação semanal das reportagens se estenderá até outubro de 2009, ano em que o DNOCS completará 100 anos de serviços prestados à região semi-árida nordestina.

3.1.1 Coordenação de Gestão Estratégica.

Modernização na área de tecnologia da informação e comunicação.

Apesar das dificuldades geradas pelo reduzido quadro de recursos humanos e equipamentos inadequados para suprir as necessidades básicas e proporcionar um maior avanço tecnológico, estão em andamento alguns projetos e programas, dentre os quais: reformatação do portal *web*; reavaliação e ampliação do sistema APOENA; início da implementação do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos-GED, que será um marco na administração pública, gerando velocidade, transparência e seriedade na tramitação de processos e aquisição de arquivos digitais os mais diversos; digitalização de documentos para uso no ambiente GED; início da implantação de um centro de convergência digital; implantação de um núcleo de monitoramento hidrológico e geoprocessamento; implantação de um núcleo de projetos avançados e de alto desempenho; implantação do controle digital de acesso nas dependências físicas da administração central e de um sistema de circuito fechado de TV (CFTV) integrado à rede de comunicação do DNOCS. Um dos problemas mais graves enfrentados nessa área diz respeito à baixa capacidade do *link* de acesso à *Internet* (2Mb) gerando enormes dificuldades em relação ao tráfego de dados, principalmente em relação a voz (sistema de voz sobre protocolo de *internet-VoIP*) e imagens via satélite (Geoprocessamento). O setor está propondo tanto a necessária ampliação da capacidade como a migração para a tecnologia *Multi Protocol Label Switching-MPLS*.

O valor destinado pela Lei Orçamentária de 2008 para a ação de modernização dos recursos de tecnologia de informação e comunicação, de R\$ 28.900,00, foi um valor insignificante diante das necessidades. No entanto, através de esforços conjuntos e direcionados, além do apoio de ações de gestão e administração de programas e de apoio administrativo, foram feitas revisões dos equipamentos da administração central e das coordenadorias estaduais, com atualização de sistemas operacionais e aplicativos diversos em estações de trabalho e servidores de comunicação e a contratação de pessoal terceirizado para os serviços de análise e programação, em virtude da inexistência de pessoal permanente qualificado na área.

Geomática.

Pensando no futuro e organizando o presente com a integração de novas tecnologias, no sentido de dinamizar e fortalecer os processos de tomada de decisões, foi implantado no DNOCS o núcleo de geomática, responsável pelo processamento e análise de imagens geoespaciais em toda sua área de atuação, favorecendo a utilização da ciência e tecnologia para obtenção, análise, interpretação, distribuição e uso da informação espacial. Foram criados arquivos digitais e armazenadas informações de vários projetos do DNOCS referentes às suas localizações geográficas, principalmente os grandes reservatórios. Os modelos da geomática foram utilizados, aliados às novas ferramentas de trabalho, para a realização de trabalhos de zoneamentos ecológicos-econômicos através de convênio com a Fundação Cearense de Meteorologia-FUNCEME e de análise dos processos de desertificação nas regiões de Gilbués e Seridó. Novas ações estão sendo implementadas através de convênio firmado com a Fundação ASTEF, principalmente quanto a digitalização e georreferenciamento de imagens.

Inclusão digital

O DNOCS está implantando em seus perímetros irrigados Centros Rurais de Inclusão Digital-CRIDs, visando criar oportunidade de conhecimento e inclusão digital às comunidades irrigantes, de forma a que possam dispor de meios atuais de solução de problemas. O CRID é um laboratório de informática educativa que funciona como ambiente virtual de aprendizagem, caracterizado pela instalação em locais de acesso difícil, com a gestão sob a responsabilidade das comunidades de irrigantes e mediação promovida através do DNOCS, oferecendo serviços de inclusão digital, informativa educativa, num contexto de desenvolvimento social e pessoal, econômico e cultural. Os trabalhos de implantação desses centros iniciaram nos municípios cearenses de Morada Nova e Icó.

Modernização e Documentação.

O Serviço de Modernização e Documentação, unidade de segundo grau divisional, subordinado à Coordenação de Gestão Estratégica-CGE tem como objetivos principais: acompanhar programas de desenvolvimento institucional e de modernização; elaborar a coleta, o armazenamento e disponibilizar informações técnicas e bibliográficas; promover a edição e publicação de atos oficiais, monografias e boletim administrativo; e efetuar o registro, a classificação, a guarda, acesso e preservação de documentos do Órgão, tendo como setores subordinados a biblioteca central e o arquivo geral.

Modernização

O projeto de Gestão Eletrônica de Documentos-GED, por sua complexidade, não foi concluído apesar de ter recebido subsídios deste Serviço junto ao CGE/IN. Por solicitação da CEST/PB foram readequados servidores, em edições eletrônicas do boletim administrativo. O miniprojeto da biblioteca do centro de pesquisas em aquicultura Rodolpho von Ihering e o projeto de ampliação e reforma do arquivo geral continuam aguardando disponibilidade de recursos para serem executados. Enviado à CGE o relatório do acervo arquivístico da CEST/PB expondo as carências ali existentes e sugerido soluções. Selecionada a documentação do arquivo setorial da CGPE e enviada ao arquivo geral para tratamento adequado. Edições de textos diversos e relatórios foram realizados utilizando ferramentas no modelo *software* livre. Aguardando disponibilidade de tempo o levantamento de atividades do arquivo geral para ser elaborado o manual de Atividades do arquivo em lide.

Biblioteca Central

Concluída reorganização de todo acervo da biblioteca. Além de ser organizado o acervo de segurança ou reserva técnica com todas as obras editadas pelo DNOCS, desde o ano de 1910, foram organizadas as publicações destinadas à doação. Foi criado um setor de obras raras com a finalidade de acondicionar todas as obras raras existentes naquela biblioteca. Desenvolvido através do coordenador da CGE *software* livre que atende as necessidades da biblioteca.

Documentação

Realizada a alimentação continuada do eBA; atualmente apenas a CEST-PE, CEST-PB e CEST-CE (esta em parte) faz a inclusão de matérias por meio eletrônico no referido periódico, sendo necessário, portanto, a readequação dos servidores das outras CEST, a metodologia utilizada. O regimento interno do DNOCS foi revisado pela segunda vez, e após correções foi realizada a diagramação eletrônica graças ao empenho do coordenador da CGE e disponibilizado na rede. Os relatórios relativos aos anos de 2003, 2004, após serem novamente revisados e normalizados foram enviados à CGE para diagramação eletrônica, entretanto devido ao acúmulo de tarefas do chefe daquela coordenação, encontram-se aguardando. Foram detectados nos relatórios referentes a 2005 e 2006, diversos lapsos na revisão realizada anteriormente pelo estagiário, portanto ambos estão sendo revisados novamente para posteriormente serem enviados à CGE. O relatório de 2007 encontra-se aguardando para ser revisado e normalizado. Concluída a segunda revisão da monografia Tradição Camponesa e Modernização de autoria de Ana Maria de Fátima Afonso Braga, atualmente em fase de normalização. O trabalho intitulado Biocenose Melhorada de José Jarbas Studart Gurgel, continua aguardando devolução, pelo autor, para que sejam realizadas as correções ortográficas necessárias e a normalização. Todos os diários oficiais da união de 2008, enviados a este setor, foram analisados e fichados para preparação do ementário. Aguardando disponibilidade de tempo para reiniciar o levantamento da documentação dos arquivos setoriais, segundo a hierarquia constante do atual regimento interno.

Arquivo Geral

O prédio do arquivo em pauta continua carecendo de reforma urgente e completa e ampliação

da área. Durante o ano de 2008 por diversas vezes foram solicitados reparos que não foram atendidos colocando em risco toda a documentação ali existente. Foram higienizados, restaurados, classificados, codificados e preparados documentos de diversos setores, formando coleções, conforme setor, acondicionados em caixetas, perfazendo um total de 865 caixetas e 120.735 documentos folha. A falta de material de consumo como também a falta de espaço físico, foram os principais entraves para a produção. Prosseguiram a consulta documental em filmes, (rolo com aproximadamente 2.400 filmes) para informações aos usuários de tempo de serviço e outros assuntos. Foram realizados 300 pesquisas. É precária a realização destas pesquisas tendo em vista que dois dos leitores disponíveis encontram-se obsoletos e não dispomos de leitor-copiador. Foram solicitados equipamentos mas não fomos atendidos. Todo material descaracterizado foi enviado a SECREL perfazendo um total de 3.285 kg de papel.

3.1.2 Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO.

Execução orçamentária e financeira

O orçamento inicial previsto para o exercício, constante da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, fixou as despesas do DNOCS em R\$690.980.842,00, sendo 54,94% (R\$255.087.099,00) para cobertura das despesas com pessoal e encargos, notadamente aposentadorias e pensões. A despesa relativa a pessoal, concentra mais da metade do orçamento de 2008, tendo em vista o grande número de aposentadorias e pensões pagas pelo Departamento (12.725 beneficiados). A estratégia de atuação, bem como a programação física, orçamentária e financeira, até por questões de legalidade, alinha-se às ações do Plano Plurianual 2008/2011 e este alinhamento estabelece diretrizes que organizam objetivos e metas em função da distribuição de recursos e da liberação de limites orçamentários e financeiros. Na execução das ações, os pedidos de alterações orçamentárias (cancelamentos e suplementações) ao orçamento, além de contingenciamentos, implicaram em redefinições, resultando em dotação disponível de R\$888.121.781,00. Da dotação disponível, foram empenhados R\$797.399.545,82 e gastos R\$498.739.279,39. A execução financeira, como se pode observar, atingiu 89,78% do orçamento através da emissão de empenhos, havendo, no entanto, 43,84% inscritos em restos a pagar, que será remetido para o exercício do ano seguinte.

Dos recursos da ordem de R\$ 271.506.107,00 previstos para investimentos, foram acrescentados créditos especiais da ordem de R\$ 129.760.498,00, ampliando a disponibilidade para R\$ 401.266.605,00, empenhado R\$ 352.440.703,9 e gasto R\$ 71.389.740,25, até 31 de dezembro. Observa-se que o baixo nível de investimentos efetivamente pago (20,26%), justifica-se pela concentração da liberação de limites orçamentários e financeiros, progressivamente, à medida em que se aproxima o final do exercício, tendo como consequência, o grande valor de recursos inscritos em restos a pagar para o ano subsequente.

Da dotação disponível de recursos do Plano Plurianual de Investimentos-PPI e do Plano de Aceleração de Crescimento-PAC, destacam-se: construção das adutoras do Oeste-PE (R\$28 milhões) e do Acauã-PB (R\$53 milhões); integração das bacias dos rios Jaguaribe/ Parnaíba/ Salgado/ Banabuiú/ Acaraú-CE (R\$35 milhões); implantação de perímetros de irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi-RN (R\$15 milhões), Baixo Acaraú-CE 2ª etapa (R\$35 milhões), Tabuleiros de Russas-CE 2ª etapa (R\$30 milhões), Tabuleiros Litorâneos da Parnaíba-PI 2ª etapa (R\$50 milhões), Araras Norte-CE 2ª etapa (R\$14 milhões) e Platôs de Guadalupe-PI 2ª etapa (R\$24 milhões); e transferência de gestão de 14 perímetros públicos de irrigação (R\$21 milhões).

Convênios

O DNOCS recebeu e transferiu R\$ 54.016.064,11 através de 91 convênios, cujo valor pactuado foi da ordem de R\$164.588.409,31, com uma contrapartida de R\$8.690.405,28. Foram 58

convênios com as prefeituras municipais, cujos recursos federais foram destinados para investimentos em infra-estrutura hídrica de açudagem, abastecimento de água, passagens molhadas e saneamento; 18 para distritos de irrigação, para o custeio e investimentos em recuperação de infra-estrutura de irrigação, dentro do Programa de Transferência de Gestão dos Perímetros de Irrigação; 9 com governos estaduais na implantação de barragens e adutoras, reassentamentos rurais e cooperação técnica; 5 para capacitação de recursos humanos, realização de pesquisas e elaboração de projetos, através centros de pesquisas e universidades e um através do CIEE para contratação de estagiários.

Os estados e municípios ainda têm muitas dificuldades em cumprirem satisfatoriamente às regras e exigências legais de prestação de contas dos convênios de recebimento de recursos da União no que se refere a execução dos convênios. Há grande número de pendências verificadas, notadamente quanto a aspectos técnicos referentes aos planos de trabalho, revisão dos projetos, atrasos na apresentação de planos de trabalho, devidamente corretos, documentos obrigatórios, prestações de contas e inadimplências no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI. O Ministério tem formatado mecanismos, no sentido de normatizar regras claras para obtenção dos recursos pelos estados e municípios, como, por exemplo, a portaria nº 70, que disciplina as exigências para formalização de convênios e termos de parceria. Além disso, existe a prática de notificar o conveniente sobre sua situação, a fim de que haja uma presteza na resolução de suas pendências. Existe, ainda, a necessidade de os estados se enquadrarem nos requisitos para apresentação de pleitos, se manterem adimplentes no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias-CAUC/SIAFI.

Execução física e financeira.

As atividades e projetos executados pelas diretorias tiveram sua performance prejudicada pela forma progressiva como os recursos são liberados, agravadas pela precariedade do apoio logístico de transporte nas Cest e pelo reduzido número de servidores com perfil técnico necessário para o acompanhamento da execução e da fiscalização das obras. Apesar das dificuldades e com os elementos que se dispõe, pode-se afirmar que, no âmbito de cada diretoria as atribuições foram cumpridas. Outra questão a ser lembrada na execução física e financeira pela área finalística foi a restrição de gastos com deslocamento pelo Art. 2º § 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a questão dos deslocamentos para fiscalização de ações, principalmente o acompanhamento da execução dos convênios com recursos provenientes de emendas parlamentares. O monitoramento do desempenho da execução física das obras ocorre fundamentalmente por meio de visitas técnicas aos locais, cuja periodicidade é variável de acordo com o andamento do projeto e são realizadas, periodicamente, após a liberação dos recursos.

No caso da avaliação institucional, observou-se dificuldades relacionadas à liberação orçamentária e financeira dos recursos necessários às ações pelo Ministério da Integração Nacional no primeiro semestre, ocasionando baixo desempenho no período. No segundo semestre, apesar da lenta liberação de recursos, as áreas responsáveis realizaram com maior desenvoltura as suas programações, notadamente ao final do ano. Assim, com o objetivo de estabelecer de forma compartilhada e participativa, um processo de melhoria (atualização) institucional, para aumentar a sua capacidade de produzir resultados no cumprimento de suas atribuições e, visando contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico da região semi-árida, algumas ações, preliminarmente, já foram realizadas, tais como: a proposta de concurso para contratação de novos servidores encaminhada ao Ministério da Integração Nacional, continuidade na execução do projeto de modernização do parque tecnológico (informática), redução de gastos com aquisição de *software*.

Ressalta-se, também, a insuficiência de recursos para capacitação dos servidores, visto que, no exercício de 2008 foi de apenas R\$ 81.760,00 em cumprimento ao Decreto nº 5.707, de 23-02-2006, para proceder a qualificação e requalificação de 1.845 servidores em atividade, envolvendo 25

categorias funcionais de nível superior e 27 de nível médio, engajados na administração, planejamento, execução física e financeira de 13 programas, 27 atividades e 54 projetos em dez estados. Os recursos para capacitação foram destinados a poucos servidores para realizar cursos de especialização, seminários e congressos. A insuficiência de qualificação e/ou atualização de conhecimentos do quadro funcional dificulta sobremaneira o andamento dos trabalhos, principalmente no que diz respeito à modernização administrativa, estruturação de carreiras, melhoria de clima organizacional, uniformização de procedimentos, criação e implantação de mecanismos informatizados de acompanhamento e controle de receitas e despesas e de outros indicadores institucionais de desempenho.

Relatório 2008

Tabela 15 – Resumo do orçamento e das despesas por tipo, por natureza e por programa.

(encerramento de exercício -31-12-2008) (valores em R\$)

	Orçamento LOA/2008	Crédito orçamentário	Dotação disponível	Limite utilizado	Empenhado	Pago
Por tipo de orçamento						
Fiscal	430.005.722,00	573.852.071,00	571.560.571,00	400.243.527,17	484.147.638,45	185.720.678,65
Seguridade	260.975.120,00	316.561.210,00	316.561.210,00	6.261.877,00	313.251.907,37	313.018.600,74
Total 1	690.980.842,00	890.413.281,00	888.121.781,00	406.505.404,17	797.399.545,82	498.739.279,39
Por natureza da despesa						
Pessoal e encargos sociais	379.641.504,00	435.656.183,00	435.656.183,00	-	401.695.461,77	399.125.506,21
Outras despesas correntes	38.828.773,00	50.302.497,00	50.302.497,00	45.277.178,31	43.263.380,11	28.224.032,93
Investimento	271.506.107,00	403.558.105,00	401.266.605,00	361.228.225,86	352.440.703,94	71.389.740,25
Inversões financeiras	1.004.458,00	896.496,00	896.496,00	-	-	-
Total 2	690.980.842,00	890.413.281,00	888.121.781,00	406.505.404,17	797.399.545,82	498.739.279,39
Por programa						
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	255.087.099,00	310.299.333,00	310.299.333,00	-	306.990.030,37	306.990.030,37
0167 – Brasil Patrimônio Cultural	2.229.160,00	2.229.160,00	2.229.160,00	152.073,92	151.773,92	126.945,00
0379 – Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	39.240.794,00	193.247.669,00	193.247.669,00	166.068.685,13	163.315.930,47	32.085.436,30
0508 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	45.850,00	45.850,00	45.850,00	45.850,00	37.474,44	22.396,40
0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico	274.980,00	274.980,00	274.980,00	274.000,00	274.000,00	-
0515 – Infra-Estrutura Hídrica	175.318.704,00	155.099.331,00	152.807.831,00	143.264.836,28	135.186.211,34	44.008.536,15
0750 – Apoio Administrativo	125.054.175,00	129.839.632,00	129.839.632,00	28.245.065,41	118.586.712,96	113.279.552,24
0757 – Gestão da Política de Integração Nacional	173.860,00	4.788.460,00	4.788.460,00	138.473,23	4.720.422,41	749.337,85
0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	24.456.402,00	25.055.640,00	25.055.640,00	-	-	-
1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Regionais - PROMESO	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	900.000,00	884.961,88	-
1036 – Integração de Bacias Hidrográficas	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	-
1047 – Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido - CONVIVER	871.285,00	431.461,00	431.461,00	430.847,84	324.585,83	146.082,73
1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	1.728.533,00	2.601.765,00	2.601.765,00	1.885.572,36	1.827.442,20	1.330.962,35
Total orçamento 2008	690.980.842,00	890.413.281,00	888.121.781,00	406.505.404,17	797.399.545,82	498.739.279,39

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Atividades-Fim

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

(continua)												
Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	Empenhado até 31-12-08	Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União.					255.087.099,00	310.299.333,00	310.299.333,00	-	306.990.030,37	306.990.030,37	-	98,93
0089 0181 0001 Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis. Nacional.	SEG	Pessoa beneficiada (unidade)	13.080	12.801	255.087.099,00	310.299.333,00	310.299.333,00	-	306.990.030,37	306.990.030,37	97,29	98,93
0167 Brasil Patrimônio Cultural.					2.229.160,00	2.229.160,00	2.229.160,00	152.073,92	151.773,92	126.945,00	-	6,81
0167 2D82 0023 Funcionamento do Centro de Referência e Documentação do Semiárido. No estado do Ceará.	FIS	Centro implantado (unidade)	1	-	2.229.160,00	2.229.160,00	2.229.160,00	152.073,92	151.773,92	126.945,00	0,00	6,81
0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada.					39.240.794,00	193.247.669,00	193.247.669,00	166.068.685,13	163.315.930,47	32.085.436,30	-	84,51
0379 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS	-	Não se aplica	Não se aplica	1.009.955,00	2.210.950,00	2.210.950,00	2.161.843,98	2.068.743,37	994.973,57	-	93,57
0379 2B69 0001 Promoção da assistência técnica e extensão rural-ater. Nacional.	FIS	Perímetro assistido (unidade)	10	10	351.650,00	351.650,00	351.650,00	331.650,00	322.945,00	251.388,48	100,00	91,84
0379 6544 0001 Capacitação para agricultura irrigada. Nacional	FIS	Agente capacitado (número)	40	183	91.660,00	91.660,00	91.660,00	91.660,00	91.617,64	79.611,48	457,50	99,95
0379 6566 0001 Estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Nacional	FIS	Estudo realizado (número)	2	1	916.600,00	916.600,00	916.600,00	419.964,51	411.009,93	381.639,48	50,00	44,84
0379 1P72 0025 Implantação de perímetro de irrigação São Gonçalo. Obras complementares em 643ha da 2ª etapa. No estado da Paraíba.	FIS	Obra executada (% de execução física)	41	0	412.475,00	412.475,00	412.475,00	412.404,09	412.404,09	-	0,00	99,98
0379 100N 0056 Implantação do perímetro de irrigação barragem Santa Cruz do Apodi, com 3000ha. No estado do Rio Grande do Norte.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	50	0	15.191.880,00	15.191.880,00	15.191.880,00	-	-	-	0,00	0,00
PAC/PPI EB/RN												
0379 1012 0103 Implantação do perímetro de irrigação Baixo Acaraú-2ª etapa, com 4.168ha. No estado do Ceará. Crédito extraordinário MP nº424, de 16-04-2008, publicada no DOU nº74 de 17-04-08.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	20	10,5	-	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00	5.495.710,65	52,50	100,00
379 1O17 0103 Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas, 2ª etapa, com 3.600ha. No estado do Ceará. Crédito extraordinário MP nº424, de 16-04-2008, publicada no DOU nº74 de 17-04-08.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	45	9	-	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	270.231,96	22,50	100,00

Relatório 2008

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	Empenhado até 31-12-08	(continuação)		
										Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./disp onível
0379 1O21 0103 Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos da Parnaíba-2ª etapa- com 5.985ha. No estado do Piauí. Crédito extraordinário MP nº424, de 16-04-2008, publicada no DOU nº74 de 17-04-08.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	10	6,3	0,00	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	21.453.131,09	63,00	100,00
0379 1O25 0103 Implantação do perímetro de irrigação Araras Norte-2ª etapa- com 1.619ha. No estado do Ceará. Crédito extraordinário MP nº424, de 16-04-2008, publicada no DOU nº74 de 17-04-08.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	21	4,18	0,00	14.000.000,00	14.000.000,00	2.794.650,00	2.785.650,00	417.113,89	19,90	19,90
0379 1O28 0101 Implantação do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe-2ª etapa- com 10.595ha. No estado do Piauí. Crédito extraordinário MP nº424, de 16-04-2008, publicada no DOU nº74 de 17-04-08.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	25	14	0,00	24.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	1.113.261,14	56,00	100,00
0379 5790 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Castanhão – Alagamar, Curupati e Mandacaru, com 1.376ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	10	3,48	1.244.410,00	1.050.290,00	1.050.290,00	982.955,56	308.697,01	306.390,68	34,80	29,39
0379 5938 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Araras Norte, com 1.606ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	7	7	342.975,00	342.975,00	342.975,00	326.378,75	314.597,08	73.989,83	100,00	91,73
0379 5948 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo Acaraú, com 8.335ha. No estado do Ceará. PAC/PPI PI-MI00075	FIS	Projeto executado (% de execução física)	14	14	658.910,00	658.910,00	658.910,00	658.511,02	656.060,01	19.676,91	100,00	99,57
0379 5956 0029 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Brumado, com 5.800ha. No estado do Bahia.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	25	25	273.835,00	273.835,00	273.835,00	272.255,00	273.035,00	57.403,44	100,00	99,71
0379 5958 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Icó-Lima Campos, com 2.712ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	7	7	1.218.790,00	1.218.790,00	1.218.790,00	1.218.790,00	1.176.275,75	513.547,79	100,00	96,51
0379 5972 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Morada Nova, com 4.246ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	42	42	1.415.105,00	1.415.105,00	1.415.105,00	1.415.105,00	1.411.960,17	305.133,97	100,00	99,78

Atividades-Fim

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24- 03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	Empenhado até 31-12-08	(continuação)		
										Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./disp onível
0379 5984 0026 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Moxotó, com 6.491ha. No estado de Pernambuco. PAC/PPI PI-MI00075	FIS	Projeto executado (% de execução física)	4	2	717.206,00	717.206,00	717.206,00	717.206,00	427.911,16	28.652,31	50,00	59,66
0379 5992 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Fidalgo, com 311ha. No estado do Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	37	37	462.000,00	462.000,00	462.000,00	440.705,28	427.249,22	54.206,28	100,00	92,48
0379 5994 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Gurguéia, com 1.974ha. No estado do Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	11	11	449.354,00	449.354,00	449.354,00	418.911,49	389.363,74	86.609,15	100,00	86,65
0379 5998 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Caldeirão, com 398ha. No estado do Piauí	FIS	Projeto executado (% de execução física)	11	11	230.675,00	230.675,00	230.675,00	230.675,00	230.667,72	54.483,39	100,00	100,00
0379 7M39 0056 Transferência de gestão do perímetro públicos de irrigação. Na região Nordeste. PAC/PPI ER	FIS	Perímetro público transferido (unidade)	10	5,42	12.913.000,00	12.913.000,00	12.913.000,00	12.913.000,00	11.382.700,29	-	54,20	88,15
0379 7002 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Lagoas do Piauí, com 2.335ha. No estado do Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física)	19	19	416.430,00	416.430,00	416.430,00	411.145,00	398.034,41	55.173,56	100,00	95,58
0379 7014 0024 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo Açu, com 5.168ha. No estado do Rio Grande do Norte. PAC/PPI PI-MI00075	FIS	Projeto executado (% de execução física)	8	8	923.884,00	923.884,00	923.884,00	850.874,45	73.009,55	73.107,25	100,00	7,90
0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos.					45.850,00	45.850,00	45.850,00	45.850,00	37.474,44	22.396,40		81,73
0508 6425 0020 Banco genético de espécies de peixes da região Nordeste. Na região Nordeste.	FIS	Espécie identificada (unidade)	2	2	45.850,00	45.850,00	45.850,00	45.850,00	37.474,44	22.396,40	100,00	81,73
0512-Zoneamento Ecológico-Econômico.					274.980,00	274.980,00	274.980,00	274.000,00	274.000,00	-		99,64
0512 8689 0001 Zoneamento Ecológico-Econômico estadual na escala 1:250.000. Nacional.	FIS	Zoneamento realizado (km2)	4.430	4.430	274.980,00	274.980,00	274.980,00	274.000,00	274.000,00	-	100,00	99,64
0515 Proágua Infra-Estrutura.					175.318.704,00	155.099.331,00	152.807.831,00	143.264.836,28	135.186.211,34	44.008.536,15		88,47
0515 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS	-	Não se aplica	Não se aplica	1.881.110,00	3.620.934,00	3.620.934,00	3.238.415,10	3.028.054,12	1.768.950,35		83,63

Relatório 2008

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	(continuação)			
									Empenhado até 31-12-08	Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0515 2B90 0020 Revitalização de infra – estruturas de abastecimento de água. Na região Nordeste	FIS	Obra recuperada (unidade)	2	0	183.320,00	183.320,00	183.320,00	-	-	-	0,00	0,00
0515 2D85 0020 Manutenção e recomposição das áreas de preservação ambiental dos açudes públicos do DNOCS. Na região Nordeste.		Área recuperada (ha)	205	0	183.330,00	183.330,00	183.330,00	65.244,64	64.933,64	37.147,54	0,00	35,42
0515 2D85 0030 Manutenção e recomposição das áreas de preservação ambiental dos açudes públicos do DNOCS. Na região Sudeste.	FIS	Área recuperada (ha)	33	0	23.930,00	23.930,00	23.930,00	-	-	-	0,00	0,00
0515 2D93 0020 Monitoramento hidroambiental nos reservatórios do DNOCS. Na região Nordeste.		Diagnostico realizado (unidade)	2	2	183.325,00	183.325,00	183.325,00	181.518,48	161.022,12	134.125,17	100,00	87,83
0515 8062 0020 Capacitação de recursos humanos para projetos de infra-estrutura hídrica. Na região Nordeste.	FIS	Técnico capacitado (unidade)	40	40	183.320,00	183.320,00	183.320,00	183.320,00	172.131,97	111.162,09	100,00	93,90
0515 8621 0020 Estudos para obras de infra- estrutura hídrica. Na região Nordeste.	FIS	Estudo realizado (unidade)	1	0,3	183.320,00	183.320,00	183.320,00	128.332,98	57.298,70	27.312,76	30,00	31,26
0515 11RB 0023 Construção do açude público Itapebussu. No estado do Ceará.	FIS	Obra executada (% de execução física)	10	0	2.366.616,00	2.313.966,00	2.313.966,00	-	-	-	0,00	0,00
0515 1716 0026 Implantação da adutora do Oeste com 721 Km de extensão. No estado de Pernambuco. PAC/PPI	FIS	Obra executada (% de execução física)	34	16,00	46.500.000,00	28.096.000,00	28.096.000,00	28.096.000,00	28.095.999,77	-	47,06	100,00
0515 1O39 0020 Implantação de sistema de monitoramento e telecomando de barragens do DNOCS. Na região Nordeste.	FIS	Sistema Implantado(% de execução física)	1	0	183.330,00	183.330,00	183.330,00	1.943,52	1.943,52	-	0,00	1,06
0515 109Z 0062 Perfuração e equipamento de poços públicos. Em municípios. No estado de Minas Gerais. EC	FIS	Poço implantado (unidade) Alteração pela portaria nº 81, de 09-05- 2008, publicada no DOU nº90, de 13-05-2008	30	0	550.000,00	7.850.000,00	7.850.000,00	4.800.000,00	23.955,00	19.341,48	0,00	0,31

Atividades-Fim

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	Empenhado até 31-12-08	(continuação)		
										Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0515 109Z 0064 Perfuração e equipamento de poços públicos. Em municípios. No estado de Pernambuco. EI	FIS	Poço implantado (unidade)	11	0	200.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	0,00	0,00
0515 109Z 0072 Perfuração e equipamento de poços públicos. Em municípios do norte. No estado de Minas Gerais. EI	FIS	Poço implantado (unidade)	100	0	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	0,00	0,00
0515 109Z 0076 Perfuração e Equipamento de Poços Públicos – No Estado de Minas Gerais. EI	FIS	Poço implantado (unidade). Alterado pela portaria nº 197, de 08-09-2008, publicada no DOU nº175, de 10-09-2008.	3	0	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	0,00	0,00
0515 1851 0020 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Na região Nordeste.	FIS	Obra executada (unidade)	7	0	1.150.927,00	488.657,00	488.657,00	488.224,65	481.156,56	252.700,23	0,00	98,47
0515 1851 0056 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. São Benedito – CE. EI	FIS	Obra executada (unidade)	1	0	300.000,00	300.000,00	300.000,00	280.000,00	280.000,00	-	0,00	93,33
0515 1851 0066 construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Em municípios. No estado do Ceará. EI EC.	FIS	Obra executada (unidade)	40	0	5.700.000,00	6.700.000,00	6.700.000,00	6.304.996,12	6.192.455,46	119.118,84	0,00	92,42
0515 1851 0070 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Em municípios. No estado da Bahia. EI	FIS	Obra executada (unidade)	23	0	750.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	749.635,90	-	0,00	99,95
0515 1851 0072 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Em municípios. No estado de Minas Gerais. EI	FIS	Obra executada (unidade). Alteração pela portaria nº 81, de 09-05-2008, publicada no DOU nº90, de 13-05-2008.	50	0	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.250.000,00	37.930,00	15.378,69	0,00	2,71
0515 1851 0078 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. No estado de Minas Gerais. EI	FIS	Obra executada (unidade)	8	0	800.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00	800.000,00	55.142,80	19.945,59	0,00	1,90

Relatório 2008

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	Empenhado até 31-12-08	(continuação)		
										Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0515 1851 0082 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. No estado do Ceará. EI	FIS	Obra executada (unidade)	15	14	3.030.000,00	3.030.000,00	3.030.000,00	2.868.500,00	2.868.500,00	-	93,33	94,67
0515 1851 0086 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. No estado do Piauí. EI	FIS	Obra executada (unidade)	2	2	750.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	734.681,32	36.072,05	100,00	97,96
0515 1851 0088 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. No estado do Rio Grande do Norte. EI	FIS	Obra executada (unidade)	1	1	100.000,00	100.000,00	100.000,00	95.000,00	95.000,00	-	100,00	95,00
0515 1851 0100 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Potengi-CE EC	FIS	Obra executada (unidade)	2	2	300.000,00	300.000,00	300.000,00	285.000,00	285.000,00	-	100,00	95,00
0515 1851 0106 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Santana do Acaraú-CE EI	FIS	Obra executada (unidade)	1	1	500.000,00	500.000,00	500.000,00	475.000,00	475.000,00	-	100,00	95,00
0515 1851 0114 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Na Região Norte. Vale do Jequitinhonha/Mucurici. No Estado de Minas Gerais. EI	FIS	Obra executada (unidade)	16	0	400.000,00	400.000,00	400.000,00	-	-	-	0,00	0,00
0515 1851 0128 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Integração das bacias do Jaguaribe/ Parnaíba /Salgado/Banabuiú/Acaraú. No estado do Ceará. PAC/PPI EB/CE	FIS	Obra executada (unidade)	10	10	20.624.944,00	35.624.944,00	35.624.944,00	35.606.284,89	35.606.284,89	16.777.028,92	100,00	99,95
0515 3631 0025 Implantação da adutora Acauã com 130km. No estado da Paraíba. Decreto 02-12-2008, publicado no DOU nº 235, de 03-12-2008. PAC/PPI	FIS	Obra executada (% de execução física)	33	16	25.000.000,00	53.000.000,00	53.000.000,00	53.000.000,00	53.000.000,00	25.000.000,00	48,48	100,00
0515 3715 0031 Construção da barragem Berizal no Rio Pardo. No estado de Minas Gerais. Decreto 02-12-2008, publicado no DOU nº 235, de 03-12-2008. PAC/PPI	FIS	Obra executada (% de execução física)	38	0,2	40.700.000,00	700.000,00	700.000,00	675.472,00	675.472,00	-	0,52	96,50
0515 3735 0031 Construção da Barragem Congonhas. No estado de Minas Gerais.	FIS	Obra executada (% de execução física)	1	0	2.291.500,00	2.291.500,00	-	-	-	-	0,00	0,00

Atividades-Fim

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	Empenhado até 31-12-08	(continuação)		
										Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0515 12F4 0022 Construção da barragem Pias. No estado do Piauí. Crédito especial, Lei nº 11.838, de 27-11-2008, publicada no DOU nº232, de 28-11-2008.	FIS	Obra executada (% de execução física)	3	2	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	-	66,66	100,00
0515 7M08 0056 Aquisição de equipamentos para abastecimento de água na região do semi-árido do estado de Minas Gerais. No estado de Minas Gerais. Portaria nº 18 de 29-05-2008, publicada no DOU nº 102, de 30-05-2008. EB/MG.	FIS	Equipamento adquirido (unidade).	1000	0	18.740.277,00	-	-	-	-	-	0,00	0,00
0750 Apoio Administrativo					125.054.175,00	129.839.632,00	129.839.632,00	28.245.065,41	116.586.712,96	113.279.552,24		89,79
0750 2000 0001 Administração da unidade. Nacional.	FIS	Custeio + Investimento	Não se aplica	Não se aplica	13.136.015,00	17.449.616,00	17.449.616,00	17.411.942,70	16.471.570,28	11.397.716,19		94,40
0750 2000 0001 Administração da unidade. Nacional.	FIS	Pessoal ativo	Não se aplica	Não se aplica	86.270.125,00	86.270.125,00	86.270.125,00	-	77.313.809,41	77.313.809,41		89,62
0750 2004 0001 Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes. Nacional.	SEG	Pessoa beneficiada (unidade)	11.683	8.056	5.888.021,00	6.261.877,00	6.261.877,00	6.261.877,00	6.261.877,00	6.028.570,37	68,95	100,00
0750 2010 0001 Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados. Nacional.	FIS	Criança atendida (unidade)	228	145	223.552,00	223.552,00	223.552,00	140.161,00	140.103,00	140.103,00	63,60	62,67
0750 2011 0001 Auxílio transporte aos servidores e empregados. Nacional	FIS	Servidor beneficiado (unid)	1.383	1.332	1.560.334,00	1.560.334,00	1.560.334,00	1.490.157,16	1.363.062,06	1.363.062,06	96,31	87,36
0750 2012 0001 Auxílio alimentação aos servidores e empregados. Nacional.	FIS	Servidor beneficiado (unidade)	1.895	1.915	3.029.360,00	3.029.360,00	3.029.360,00	2.940.927,55	2.857.575,97	2.857.575,97	101,06	94,33
0750 09HB 0001 Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais. Nacional.	FIS	-	Não se aplica	Não se aplica	14.946.768,00	15.044.768,00	15.044.768,00	-	14.178.715,24	14.176.715,24		94,24
0757 Gestão da Política de Integração Nacional.					173.860,00	4.788.460,00	4.788.460,00	138.473,23	4.720.422,41	749.337,85		98,58
0757 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS	-	Não se aplica	Não se aplica	43.950,00	43.950,00	43.950,00	38.950,00	35.929,78	34.909,81		81,75

Relatório 2008

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	(continuação)			
									Empenhado até 31-12-08	Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0757 8785 0101 Gestão e coordenação do Programa de Aceleração de Crescimento-PAC. Nacional. Crédito extraordinário, MP nº 424, de 16-04-2008, publicada no DOU nº 74, de 17-04-2008.	FIS	-	Não se aplica	Não se aplica	0,00	4.600.000,00	4.600.000,00	-	4.592.906,75	642.951,19		99,85
0757 4572 0020 Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. Na região Nordeste.	FIS	Servidor capacitado (unidade)	40	39	57.000,00	57.000,00	57.000,00	56.998,98	56.666,51	51.709,01	97,50	99,41
0757 4572 0031 Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. No estado de Minas Gerais.	FIS	Servidor capacitado (unidade)	5	2	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.301,02	1.818,02	1.718,02	40,00	33,05
0757 4664 0001 Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. Nacional.	FIS	Pessoa capacitada(unidade)	12	12	19.260,00	19.260,00	19.260,00	14.045,88	13.968,51	12.484,18	100,00	72,53
0757 8892 0001 Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. Nacional.	FIS	Sistema mantido (unidade)	1	1	19.250,00	19.250,00	19.250,00	1.476,26	1.476,26	1.376,26	100,00	7,67
0757 1M49 0020 Modernização dos recursos de tecnologia de informação e comunicação. Na região Nordeste.	FIS	Projeto executado (% da execução física)	1	1	28.900,00	28.900,00	28.900,00	21.701,09	17.656,58	4.189,38	100,00	61,10
0757 12DV 0023 Recuperação e reforma do edifício-sede do DNOCS . No estado do Ceará. (Reabertura de crédito especial, pelo decreto de 23-01-2008, publicado no DOU nº 17 de 24-01-2008).	FIS	Prédio reformado (unidade)	1	0	0,00	14.600,00	14.600,00	-	-	-	0,00	-
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.					24.456.402,00	25.055.640,00	25.055.640,00	-	-	-		-
0901 0005 0001 Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela união, autarquias e fundações públicas. Nacional.	FIS	-	Não se aplica	Não se aplica	24.456.402,00	25.055.640,00	25.055.640,00	-	-	-		-

Atividades-Fim

Tabela 16 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

(continuação)												
Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2008 Lei Nº 11.647, de 24-03-08	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite utilizado	Empenhado até 31-12-08	Pago até 31-12- 08	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO.					1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	900.000,00	884.961,88	-		63,21
1025 7K66 0062 Apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Em municípios. No estado da Bahia. EI	FIS	Projeto apoiado (unidade)	9	7	900.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	884.961,88	-	77,78	98,33
1025 7K66 0064 Apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Em municípios. No estado da Bahia. EI	FIS	Projeto apoiado (unidade)	100	0	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	-	0,00	-
1036 Integração de Bacias Hidrográficas					65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	-		100,00
1036 1N64 0026 Implantação da adutora Pajeú com 528 km, Nos estados de Pernambuco e Paraíba. No estado de Pernambuco. PAC/PPI	FIS	Obra executada (% de execução física)	46	0	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	65.100.000,00	-		100,00
1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido-CONVIVER,					871.285,00	431.461,00	431.461,00	430.847,84	324.585,83	146.082,73		75,23
1047 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS				782.225,00	342.401,00	342.401,00	341.813,12	240.443,26	113.400,66	0,00	70,22
1047 8687 0020 Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semiárido. Na região Nordeste.	FIS	Produtor capacitado (unidade)	20	108	89.060,00	89.060,00	89.060,00	89.034,72	84.142,57	32.682,07	540,00	94,48
1343 Desenvolvimento sustentável da aquicultura					1.728.533,00	2.601.765,00	2.601.765,00	1.885.572,36	1.827.442,20	1.330.962,35		70,24
1343 2819 0001 Funcionamento de estações e centros de pesquisa em aquicultura. Nacional.	FIS	Centro/estação mantida (unidade)	16	14	1.630.270,00	2.503.502,00	2.503.502,00	1.791.260,37	1.741.024,64	1.295.931,84	87,50	69,54
1343 5282 0001 Desenvolvimento de tecnologia de processamento de pescado. Nacional.	FIS	Tecnologia desenvolvida (unid)	1	3	98.263,00	98.263,00	98.263,00	94.311,99	86.417,56	35.030,51	300,00	87,95
1343 5406 0001 Implantação de unidades demonstrativas para a produção de pescado e/ou camarão. Nacional.	FIS	Unidade implantada (unidade)	1	1	45.560,00	45.560,00	45.560,00	45.275,00	45.247,78	-	100,00	99,31
1343 5464 0001 Implantação de estações de piscicultura. Na região Nordeste.	FIS	Estação implantada (unidade)	1	0	6.874,00	6.874,00	6.874,00	3.208,00	1.408,84	1.408,84	0,00	20,50
Total orçamento 2008					690.980.842,00	890.413.281,00	888.121.781,00	406.505.404,17	797.399.545,82	498.739.279,39		89,78

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Relatório 2008

Convênios.

Tabela 17– Transferência de convênios.

(encerramento de exercício - 31-12-2008)

								(continua)	
N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	Beneficiário	Situação de avença
1	487.368	10-2003	Execução dos serviços de administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum e apoio à produção do perímetro irrigado Moxotó, localizado no município de Ibimirim-PE.	20-11-2003	14.621.334,38	2.455.897,00	0,00	00.936.770/0001-70 DNOCS/Associação dos Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó-UNIVALE	
2	487.476	12-2003	Execução dos serviços de administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum e apoio à produção do perímetro irrigado Piloto I e Piloto II, localizado em Joselândia-MA	19-12-2003	788.417,00	250.000,00	195.146,00	65.573.364/0001-80 DNOCS/Distrito de Irrigação do Projeto Hidroagrícola de Flores-DIPHIF	A comprovar - vigência - 19-02-2012
3	487.477	14-2003	Execução dos serviços de administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum e apoio à produção do perímetro irrigado Baixo Acaraú, localizado no município de Marco-CE.	12-08-2003	4.690.539,86	457.430,00	56.185,00	04.493.975/0001 DNOCS/Distrito de Irrigação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú-DIBAU	
4	488.019	17-2003	Execução dos serviços de administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum e apoio à produção do perímetro irrigado Tabuleiros Litorâneos do Piauí, localizado em Parnaíba-PI.	12-08-2003	6.126.896,65	840.000,00	47.642,86	23.514.011/0001-95 DNOCS/Distrito Irrigado Tabuleiros Litorâneos do Piauí	
5	488.020	18-2003	Execução dos serviços de administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum e apoio à produção do perímetro irrigado Engenheiro Arcoverde, localizado no município de Condado-PB.	12-08-2003	467.982,00	36.903,50	0,00	05.661.162/0001-94 DNOCS/Associação dos Usuários de Água do Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde	A comprovar - vigência - 19-02-2009
6	494.173	20-2003	Acordo de cooperação técnica e financeira para execução das ações relativas a implantação de núcleos habitacionais em projetos de reassentamento rural da população da bacia hidráulica.	24-12-2003	4.656.267,91	923.618,13	0,00	07.954.480/0001-79 DNOCS/Governo do estado do Ceará	
7	496.895	11-2003	Administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Jaguaribe Apodi, localizado no município de Limoeiro do Norte-CE	20-11-2003	4.825.482,17	350.000,00	28.947,37	04.488.288/0001-46 DNOCS/Federação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe Apodi-FAPIJA-CE	
8	504.182	01-2004	Administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Araras Norte, localizado no município de Varjota-CE	26-01-2004	4.495.398,00	74.000,00	0,00	35.049.212/0001-48 DNOCS/Distrito de Irrigação Perímetro Irrigado de Araras Norte-DIPAN	
9	506.177	30-2004	Administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Curu-Pentecoste, localizado no município de Pentecoste-CE	28-06-2004	4.308.584,80	1.859.260,00	101.750,53	04.167.336/0001-02 DNOCS/Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Curu-Pentecoste-AUDIPECUPE	

Atividades-Fim
Tabela 17 - Transferência de convênios.
 (encerramento de exercício - 31-12-2008)

N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	(continuação)	
								Beneficiário	Situação de avença
10	506.268	03-2004	Conferir competência da ADICP na administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, localizado no município de Paraipaba-CE	04-02-2004	4.761.672,00	1.403.400,00	88.641,48	35.215.920/0001-01 DNOCS/Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba-ADICP	
11	506.272	31-2004	Administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Tabuleiros de Russas, localizado no município de Russas-CE	29-06-2004	5.577.783,46	2.611.134,96	0,00	06.195.691/0001-02 DNOCS/Distrito de irrigação do perímetro irrigado Tabuleiros de Russas	A comprovar - vigência - 01-07-2008
12	522.329	141-2004	Transferir ao governo do estado do Ceará, através da SAS, os recursos para serem aplicados em atividades de pré-implantação da infra-estrutura dos projetos produtivos, assegurando oportunidades de empregos temporários às famílias reassentadas no âmbito do complexo Castanhão, localizados nos municípios de Jaguaribara, Jaguaratama e Alto Santo, todos no estado do Ceará, beneficiando 200 famílias rurais, no contexto das ações complementares em decorrência da construção da barragem Padre Cícero, cujas atividades iniciaram-se no decorrer do exercício de 1995.	01-07-2005	1.477.575,17	413.488,80	0,00	07.954.480/0001-79 DNOCS/Governo do estado do Ceará.	
13	525.255	138-2004	Construção de barragem e adutora de Meruoca e adutora de Palestina do Norte, no município de Meruoca-CE	31-12-2004	5.140.387,33	355.929,56	48.327,86	07.598.683/0001-70 DNOCS/Prefeitura municipal de Meruoca-CE	
14	525.446	11-2005	Execução de ações de capacitação para formação de multiplicadores nos perímetros irrigados do DNOCS: Jaguaribe Apodi, Icó-Lima Campos, Baixo Acaraú, Tabuleiros de Russas, Curu-Pentecoste, Baixo-Açú, Tabuleiros Litorâneos do Piauí e São Gonçalo, visando a formação de uma rede de especialistas para apoiar o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento sustentável, de modo a inserir de forma competitiva nos mercados.	24-08-2005	2.254.432,36	225.640,81	450.000,00	00.348.003/0001-10 DNOCS/EMBRAPA/CNPAT	
15	527.428	05-2005	Conferir competência da DIBA na administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro de irrigação Baixo-Açú, localizado no município de Ipangaçu-RN.	27-06-2005	7.648.303,00	983.957,16	399.542,25	01.929.573/0001-67 DNOCS/Associação do Distrito de Irrigação do Baixo Açú-DIBA-RN.	A comprovar - vigência - 27-06-2009
16	553.848	96/2005	Conferir competência ao Distrito na administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Vaza-Barris, localizado no município de Canudos-BA.	28-12-2005	1.404.169,51	900.977,00	0,00	07.639.037/0001-13 DNOCS/Associação do Distrito de Irrigação do Vaza-Barris-BA	
17	553.945	39-2005	Conferir competência ao ADILP na administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro de irrigação Lagoas do Piauí, localizado no município de Luzilândia-PI.	04-11-2005	763.804,96	376.804,96	2.898,52	04.358.076/0001-44 DNOCS/Associação do Distrito de Irrigação Lagoas do Piauí-ADILP-PI.	

Relatório 2008

Tabela 17 - Transferência de convênios.
(encerramento de exercício - 31-12-2008)

N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	(continuação)	
								Beneficiário	Situação de avença
18	553.991	147-2005	Conferir competência ao CAIVF na administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Vale do Fidalgo, localizado no município de Simplício Mendes-PI.	28-12-2005	790.000,00	190.000,00	0,00	07.087.927/0001-50 DNOCS/Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Vale do Fidalgo Ltda-CAIVF-PI	A comprovar - vigência - 20-02-2010
19	553.992	28-2005	Construção da barragem Estreito, no município de Padre Marcos, no estado do Piauí.	30-12-2005	11.071.229,13	935.071,18	1.790.000,00	06.553.481/0001-49 DNOCS/Governo do estado do Piauí	A comprovar - vigência - 11-05-2008
20	554.291	12-2005	Conferir competência ao ASITASB na administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Tabuleiro de São Bernardo, localizado no município de Magalhães de Almeida-MA.	23-08-2005	7.318.225,51	716.400,00	4.396,00	07.468.071/0001-62 DNOCS/Associação dos Irrigantes do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo-ASITASB-MA	
21	554.480	26-2005	Conferir competência ao ADIIC na administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum do perímetro irrigado Caldeirão, localizado no município de Piripiri-PI.	11-10-2005	1.388.000,00	352.000,00	22.607,95	04.358.609/0001-98 DNOCS/Associação do Distrito de Irrigação dos Irrigantes do Caldeirão-ADICIC-PI.	
22	556.277	99-2005	Construção de uma passagem molhada sobre o riacho Caraúba, no município de São Benedito-CE	30-12-2005	120.000,00	120.000,00	12.000,00	07.778.129/0001-74 DNOCS/Prefeitura municipal de São Benedito-CE	
23	561.046	90-2005	Construção de quatro passagens molhadas nas localidades de Urucuzal, Caução, Piancó e Olaria na sede do município de Redenção-CE	11-06-2008	120.000,00	120.000,00	5.000,00	07.756.646/0001-42 DNOCS/Prefeitura municipal de Redenção-CE.	
24	568.245	86-2006	Construção de sistema de drenagem em avenidas, ruas e logradouros no município de Maracanaú, no estado do Ceará.	04-06-2008	1.000.000,00	1.000.000,00	220.000,00	07.605.850/0001-62 DNOCS/Prefeitura municipal de Maracanaú-CE	
25	569.823	40-2006	Construção do açude público Pilões, no município de Palmácia CE	27-06-2008	145.000,00	145.000,00	0,00	07.711.666/0001-05 DNOCS/Prefeitura municipal de Palmácia-CE	
26	570.160	53-2006	Construção de açude público na localidade de Pedra do Urubu, no município de Frecheirinha-CE	04-06-2008	242.500,00	200.000,00	7.500,65	07.598.592/0001-34 DNOCS/Prefeitura municipal de Frecheirinha-CE	
27	570.166	17-2006	Construção de passagens molhadas das Carnaúbas e na Fazenda Soares, no riacho das Pacovas, no município de Marco-CE.	17-07-2006	262.252,97	125.000,00	23.823,09	07.566.516/0001-47 DNOCS/Prefeitura municipal de Marco-CE	
28	572.839	64-2006	Construção de uma barragem de terra no riacho Serraria – Sítio Rita de Cássia/Caipu, no município de Cariús-CE	01-08-2006	271.600,00	271.600,00	30.425,66	07.540.180/0001-43 DNOCS/Prefeitura municipal de Cariús-CE.	
29	573.249	03-2006	Construção do açude público Boa Vista, no município de Baturité-CE	04-07-2008	100.000,00	100.000,00	5.646,82	07.387.343/0001-08 DNOCS/Prefeitura municipal de Baturité-CE.	
30	573.799	34-2006	Reforma e ampliação do açude Traíras, no município de Milhã-CE	30-06-2006	140.000,00	140.000,00	7.992,94	06.741.565/0001-06 DNOCS/Prefeitura municipal de Milhã-CE	

Atividades-Fim

Tabela 17 - Transferência de convênios.

(encerramento de exercício - 31-12-2008)

N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	(continuação)	
								Beneficiário	Situação de avença
31	573.831	79-2006	Construção das passagens molhadas: Barra Velha, sobre o riacho das Capoeiras, na localidade de Barra Velha; Lagoa do Poço e Contendas sobre o riacho das Contendas e Várzea da Palha II, em Varjota-CE.	26-07-2006	382.357,82	191.178,91	21.125,27	07.673.114/0001-41 DNOCS-Prefeitura municipal de Varjota-CE	A comprovar – vigência - 29-03-2008
32	573.771	28-2006	Recuperação da passagem molhada Araçás, no município de Ibiapina-CE	16-06-2008	60.000,00	60.000,00	6.000,00	07.523.186/0001-02 DNOCS/Prefeitura municipal de Ibiapina-CE	
33	573.806	63-2006	Construção do sistema de abastecimento de água - Sítio Bela Vista, no município de Cariús, no estado do Ceará.	02-08-2006	145.168,83	145.168,83	15.870,17	07.540.180/0001-43 DNOCS/Prefeitura municipal de Cariús-CE.	
34	574.408	45-2006	Construção de adutora de água bruta, na localidade de Pilões, no município de Palmácia-CE.	27-06-2008	55.000,00	55.000,00	1.650,00	07.711.666/0001-05 DNOCS/Prefeitura municipal de Palmácia-CE.	
35	574.427	80-2006	Construção do açude público Jatay, na localidade de Jatay, no município de Itapiúna, no estado do Ceará.	19-07-2006	143.703,00	143.703,00	4.444,85	07.387.509/0001-88 DNOCS/Prefeitura municipal de Itapiúna-CE.	
36	588.464	91-2006	Construção de uma passagem molhada sobre o riacho Cipó, no município de Nova Russas-CE	03-07-2008	35.000,00	135.000,00	15.022,10	07.993.439/0001-01 DNOCS/Prefeitura municipal de Nova Russas-CE.	
37	588.613	50-2006	Construção da passagem molhada na localidade de Maceió, no município de Itapipoca-CE	27-12-2006	168.000,00	168.000,00	9.282,00	07.623.077/0001-67 DNOCS/Prefeitura municipal de Itapipoca-CE.	
38	588.615	92-2006	Construção de uma barragem de terra na comunidade de Sítio Angicos, no município de São João do Jaguaribe-CE.	29-12-2006	150.000,00	150.000,00	7.517,94	07.891.690/0001-65 DNOCS/Prefeitura municipal de S. João do Jaguaribe-CE.	
39	588.614	51-2006	Construção de passagens molhadas nas localidades de São Bento a Patos Carias e de Currais a Olho d'Água da Bica, no município de Tabuleiro do Norte-CE.	26-12-2006	160.000,00	160.000,00	8.826,43	07.891.682/0001-19 DNOCS/Prefeitura municipal de Tabuleiro do Norte.	
40	588.668	114-2006	Objetivando a melhoria de infra-estrutura hídrica com a drenagem urbana de águas pluviais do PV05 ao PV11 e Parque Aratanha e rede de abastecimento de água na localidade de Bom Retiro (Macacos), no município de Pacatuba-CE.	11-07-2008	360.000,00	140.000,00	46.135,45	07.963.861/0001-14 DNOCS/Prefeitura municipal de Pacatuba-CE.	
41	588.692	115-2006	Construção de passagem molhada sobre o Riacho das Pedras, no município de General Sampaio-CE.	28-12-2006	140.000,00	140.000,00	7.158,49	07.438.591/0001-22 DNOCS/Prefeitura municipal de General Sampaio-CE.	
42	588.698	124-2006	Construção de açude comunitário Esperança, riacho do Jucá-Cachoeira do Coelho, no município de Cedro-CE.	02-01-2007	110.000,00	110.000,00	21.815,04	07.812.241/0001-84 DNOCS/Prefeitura municipal de Cedro-CE.	
43	588.709	133-2006	Construção de duas passagens molhadas sobre o riacho do Dedé e sobre o riacho Cachoeira, no município de General Sampaio-CE.	28-12-2006	140.000,00	140.000,00	0,00	07.438.591/0001-22 DNOCS/Prefeitura municipal de General Sampaio-CE.	
44	589.202	75-2006	Construção de passagem molhada na localidade de Inchuí, no município de Senador Pompeu-CE.	04-07-2008	93.697,64	93.697,64	5.424,60	07.728.421/0001-82 DNOCS/Prefeitura municipal de Senador Pompeu-CE.	

Relatório 2008

Tabela 17 - Transferência de convênios.

(encerramento de exercício - 31-12-2008)

N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	(continuação)		Situação de avença
								Beneficiário		
45	589.717	136/2006	Construção de passagem molhada na localidade denominada Sítio Pé da Serra, no município de Várzea Alegre-CE.	04-01-2007	142.500,00	142.500,00	7.891,25	07.539.273/0001-58	DNOCS/Prefeitura municipal de Várzea Alegre-CE	
46	589.745	117-2006	Construção de açude Cachoeira das Moças, no município de Forquilha-CE.	28-12-2006	120.000,00	120.000,00	28.699,22	07.673.106/0001-03	DNOCS/Prefeitura municipal de Forquilha-CE.	
47	590.086	113-2006	Construção de passagem molhada no riacho Piranhas, no município de Iracema-CE.	26-12-2006	130.000,00	130.000,00	7.012,87	07.891.658/0001-80	DNOCS/Prefeitura municipal de Iracema-CE.	
48	590.399	111-2006	Recuperação das barragens Bocaina, Caldeirão, Jenipapo, Joana, Beneditinos, Pereiro, Salinas, Poços e Petrônio Portela, de propriedade do DNOCS, no estado do Piauí-PI.	02-06-2008	765.497,69	1.293.395,76	0,00	06.553.481/0001-49	DNOCS/Governo do estado do Piauí-PI.	
49	590.929	120-2006	Construção de passagem molhada na comunidade de Cachoeirinha, no município de Tauá-CE.	04-07-2008	134.622,00	134.622,00	7.085,36	07.849.532/0001-47	DNOCS/Prefeitura municipal de Tauá-CE.	
50	590.932	121-2006	Construção de passagem molhada na comunidade de Missão, no município de Tauá-CE.	02-06-2008	123.537,00	123.537,00	6.502,00	07.849.532/0001-47	DNOCS/Prefeitura municipal de Tauá-CE.	
51	590.490	134-2006	Executar os serviços de projeto básico de adução para perenização do riacho Quantiguaba e aproveitamento hidroagrícola da área da PROSPEC e Valparaíso, no município de Tianguá-CE.	28-12-2006	435.571,45	147.000,00	21.778,57	07.735.178/0001-20	DNOCS/Prefeitura municipal de Tianguá-CE.	
52	591.335	128-2006	Construção de três passagens molhadas: 2 na estrada Oiticica, no rio Salgado, trecho 05 e 06 e 01 na estrada que liga a localidade de Germinal a localidade de Gado dos Rodrigues e construção de um sistema de abastecimento de água na localidade de Pacoti, no estado do Ceará-CE.	04-07-2008	240.000,00	240.000,00	8.737,50	07.910.755/0001-72	DNOCS/Prefeitura municipal de Pacoti-CE.	
53	592.808	144-2006	Construção de um açude comunitário no Sítio Ipueira Rasa, na zona rural, no município de São Bento do Trairi-RN.	02-01-2007	120.000,00	120.000,00	4.218,00	08.160.467/0001-00	DNOCS/Prefeitura municipal de São Bento do Trairi-RN.	
54	592.230	146-2006	Construção de três passagens molhadas no município de Lagoa do Dantas-RN.	02-01-2007	120.000,00	80.000,00	4.218,00	08.142.887/0001-64	DNOCS/Prefeitura municipal de Lagoa do Dantas-RN.	
55	592.606	001-2007	Realização de estudos sismológicos para monitoramento do reservatório da barragem do Castanhão, no município de Alto Santo-CE	20-07-2007	135.000,00	30.000,00	0,00	24.365.710/0001-83	DNOCS/Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN	A comprovar – vigência - 18-09-2009
56	594.563	11-2007	Continuidade das obras de construção do sistema adutor Acauã, no estado da Paraíba-PB.	25-10-2007	22.800.000,00	704.000,00	2.280.000,00	08.778.292/0001-08	DNOCS/Governo do estado da Paraíba-PB.	A comprovar – vigência - 25-06-2008
57	595.947	05-2007	Construção do açude Araújo e recuperação do açude Trairas, no município de Aurora-CE.	27-06-2008	237.500,00	237.500,00	8.348,13	07.978.042/0001-40	DNOCS/Prefeitura municipal de Aurora-CE.	
58	595.948	08-2007	Construção do açude na comunidade de Grossos, no município de Aurora-CE.	27-06-2008	142.500,00	142.500,00	5.008,88	07.978.042/001-40	DNOCS/Prefeitura municipal de Aurora-CE.	

Atividades-Fim

Tabela 17 - Transferência de convênios.

(encerramento de exercício - 31-12-2008)

N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	(continuação)	
								Beneficiário	Situação de avença
59	595.745	03-2007	Produção das ações discriminatórias administrativas para regularização fundiária nos municípios de Salgueiro, Verdejante, Floresta, Custódia e Sertânia-PE	23-11-2007	820.000,00	820.000,00	41.000,00	11.572.055/0001-53 DNOCS/Governo do estado de Pernambuco-PE.	
60	597.518	20-2007	Construção da barragem de terra no Sítio Novilho Bravo, no município de Catarina-CE.	11-06-2008	142.500,00	142.500,00	5.008,88	07.540.925/0001-74 DNOCS/Prefeitura municipal de Catarina-CE.	
61	598.374	13-2007	Construção da passagem molhada Belém, na estrada que liga Belém a Caipira e Cachoeira do Umbelino, ambas sobre o Riacho Verde, no município de Itatira-CE.	19-12-2007	190.000,00	190.000,00	53.816,71	07.963.739/0001-48 DNOCS/Prefeitura municipal de Itatira-CE.	
62	603.119	34-2007	Construção dos açudes Parelhas, na comunidade de Sítio Galeias, açude Lajedo na comunidade de Sítio Lajedo e açude Juazeirinho na comunidade de Juazeirinho, no município de Saboeiro-CE.	02-01-2008	408.500,00	204.250,00	125.806,33	07.811.946/0001-87 DNOCS/Prefeitura municipal de Saboeiro-CE.	
63	604.328	12-2007	Construção das barragens molhadas Estreito e Bom Sucesso, no município de Uruoca-CE	31-12-2007	190.000,00	190.000,00	30.231,30	07.667.926/0001-84 DNOCS/Prefeitura municipal de Uruoca-CE	
64	604.325	16-2007	Convênio firmado entre o DNOCS e o governo do estado de Pernambuco-PE, com interveniência da Secretaria de Recursos Hídrico-SRH e da Cia Pernambucana de Saneamento-COMPESA, objetivando a continuidade das obras da adutora do Oeste.	20-12-2007	10.248.477,80	10.248.477,89	1.024.847,79	10.571.982/0001-25 DNOCS/Governo do estado de Pernambuco-PE.	
65	604.334	28-2007	Construção de obras civis e montagem do sistema "on farm" de 275 lotes de pequenos produtores do perímetro irrigado Baixo Acaraú, no município de Marco-CE.	02-01-2008	995.872,00	497.936,00	0,00	04.493.975/0001-50 DNOCS/Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú-DIBAU-CE.	
66	611.235	42-2007	Construção da passagem Lacerda-Encantada (Primavera), no município de Quixeramobim-CE.	04-07-2008	94.754,41	94.754,41	5.485,79	07.744.303/0001-68 DNOCS/Prefeitura municipal de Quixeramobim-CE.	
67	611.245	41-2007	Construção de 5 barragens nas localidades de Boqueirão, Úrsula, São Clemente, Riacho do Teófilo e Tuiuiu, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia-BA.	04-07-2008	583.074,97	200.000,00	0,00	14.239.578/0001-00 DNOCS/Prefeitura municipal de Vitória da Conquista-BA.	
68	611.242	50-2007	Recuperação da passagem molhada, na localidade de Serafim, no município de Jaguaruana, no estado do Ceará-CE.	10-01-2008	218.500,00	218.500,00	28.830,00	07.615.750/0001-17 DNOCS/Prefeitura municipal de Jaguaruana-CE.	
69	611.246	75-2007	Implantação da barragem do Valentim, no município de Quixeramobim, no estado do Ceará-CE.	02-07-2008	3.662.014,78	3.662.014,78	212.011,39	07.744.303/0001-68 DNOCS/Prefeitura municipal de Quixeramobim-CE.	
70	615.150	64-2007	Construção da barragem Lajes, Lagoa do Teodósio e Bom Lugar, no município de Quixeramobim-CE.	09-01-2008	818.438,00	409.219,01	43.075,69	07.744.303/0001-68 DNOCS/Prefeitura municipal de Quixeramobim-CE.	
71	615.151	65-2007	Construção de passagens molhadas nas localidades de Várzea Alegre, Maniutuba, Boa Esperança e Santo Amaro, no município de Quixeramobim-CE.	04-07-2008	477.016,48	477.016,48	60.454,68	07.744.303/0001-68 DNOCS/Prefeitura municipal de Quixeramobim-CE.	

Relatório 2008

Tabela 17 - Transferência de convênios.

(encerramento de exercício - 31-12-2008)

N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	(continuação)	
								Beneficiário	Situação de avença
72	619.025	109-2006	Implantação dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano, nas localidades do programa de reassentamento rural no âmbito do empreendimento do complexo Castanhão, no estado do Ceará-CE	21-02-2007	3.000.000,00	1.875.902,16	100.000,00	17.954.480/0001-79 DNOCS/Governo do estado do Ceará-IDACE.	
73	620.051	38-2007	Construção de passagem molhada no rio Bom Jesus, no distrito de Aracatiaçu, no município de Sobral-CE.	27-06-2008	135.000,00	135.000,00	13.853,74	07.598.634/0001-37 DNOCS/Prefeitura municipal de Sobral-CE.	
74	620.511	44-2007	Construção de açude Boa Esperança, no município de Tamboril, no estado do Ceará-CE.	27-06-2008	218.500,00	218.500,00	47.809,03	07.705.817/0001-04 DNOCS/Prefeitura municipal de Tamboril-CE.	
75	620.607	73-2007	Construção de passagens molhadas nos riachos: Riacho Seco, Riacho Molhado e Pendência, no município de Lavras da Mangabeira-CE.	04-07-2008	1.350.000,00	770.000,00	67.500,00	07.609.621/0001-16 DNOCS/Prefeitura municipal de Lavras da Mangabeira-CE	
76	620.609	76-2007	Construção e instalação de sistemas de abastecimento de água em localidades do município de Tejuçuoca, no estado do Ceará-CE.	04-07-2008	1.608.615,34	1.608.615,34	49.751,87	23.489.834/0001-08 DNOCS/Prefeitura municipal de Tejuçuoca-CE.	
77	620.610	78-2007	Construção de passagens molhadas nas localidades de Açude Velho, no riacho Araçás, no riacho Torrões e no riacho Alderi, no município de Umirim-CE.	27-06-2008	400.842,40	400.842,40	14.463,39	06.582.464/0001-30 DNOCS/Prefeitura municipal de Umirim-CE.	
78	620.049	19-2007	Construção de duas passagens molhadas nas localidades de Garrotão e Garrotinho, no município de Miraima, no estado do Ceará-CE.	02-01-2008	256.500,00	256.500,00	25.982,42	10.517.563/0001-05 DNOCS/Prefeitura municipal de Miraima-CE.	
79	620.510	39-2007	Construção de passagens molhadas no Riacho do Meio, na localidade de Mocambo e no Riacho do Córrego, na localidade de Salinas, no município de Marco, no estado do Ceará-CE.	02-01-2008	199.500,00	199.500,00	18.864,11	07.566.516/0001-47 DNOCS/Prefeitura municipal de Marco-CE.	
80	620.588	69-2007	Construção da barragem Meruoca, no município de Meruoca-CE.	31-12-2007	6.460.000,00	1.000.000,00	374.131,45	07.598.683/0001-70 DNOCS/Prefeitura municipal de Meruoca-CE.	
81	620.827	43-2007	Construção da passagem molhada Sambaíba IV na comunidade de Sambaíba, no município de Pacujá-CE.	07-01-2008	260.908,05	127.908,05	9.934,11	07.734.148/0001-07 DNOCS/Prefeitura municipal de Pacujá-CE.	
82	621.084	35-2007	Convênio entre DNOCS e a FUNECE, com a interveniência do IEPRO, objetivando a elaboração do projeto executivo da barragem Fronteiras, no município de Crateús-CE.	09-12-2008	1.739.408,58	1.739.408,58	86.970,42	07.885.809/0001-97 DNOCS/Fundação Universidade Estadual do Ceará-FUNECE-CE.	
83	621.801	37-2007	Tem por objetivo a operacionalização inicial de uma unidade de beneficiamento de plantas medicinais; construção de rede elétrica complementar; construção de rede de irrigação e capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação do DNOCS.	10-01-2008	300.000,00	300.000,00	16.500,00	03.021.597/0001-49 DNOCS/Instituto Centro de Ensino Tecnológico-CENTEC.	

Atividades-Fim

Tabela 17 - Transferência de convênios.
(encerramento de exercício - 31-12-2008)

N.º	Código SIAFI	Identificação do termo inicial ou aditivos	Objetivo da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido/transferido no exercício (R\$)	Contra-partida (R\$)	(continuação)	
								Beneficiário	Situação de avença
84	622.795	71-2007	Construção de passagens molhadas sobre o rio Jaguaribe para atender a comunidade de Armador, no município de Alto Santo, no estado do Ceará-CE.	09-01-2008	1.000.000,00	500.000,00	30.000,00	07.891.666/0001-26 DNOCS/Prefeitura municipal de Alto Santo-CE.	
85	622.514	47-2007	Visa o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes.	02-01-2008	126.890,40	70.956,40	0,00	61.600.839/0001-27 DNOCS/Centro de Integração Empresa Escola-CEE.	
86	622.603	77-2007	Construção de sistemas de abastecimento de água nas localidades de Travessia, Juazeiro do Tibúrcio, Lagoa, Assentamento Touro e Umarizeiro, no município de Itapiúna, no estado do Ceará-CE.	09-01-2008	1.059.020,32	1.059.020,32	38.212,08	07.387.509/0001-88 DNOCS/Prefeitura municipal de Itapiúna-CE.	
87	623.026	21-2007	Objetivando a construção de obras civis e montagem do sistema "on farm" de 407 lotes de pequenos produtores do projeto de irrigação Tabuleiros de Russas 1ª etapa, no estado do Ceará-CE.	08-04-2008	1.735.582,19	867.926,09	0,00	06.195.691/0001-02 DNOCS/Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas-DISTAR-CE.	
88	624.540	01-2008	Operacionalização inicial do imóvel pertencente ao DNOCS, denominado Mercado do Produtor, com o objetivo de integrar de form efetiva os produtos dos perímetro irrigados.	20-05-2008	75.000,00	75.000,00	6.972,00	09.201.720/0001-90 DNOCS/FAPID	
89	625.079	30-2007	Estabelecer um projeto de cooperação técnico-científico entre o DNOCS e o IDEMA, visando elaborar o zoneamento ecológico da área piloto para investigação de desertificação do Seridó (Currais Novos, Caicó, Acari, Parelhas, Carnaúba dos Dantas, Jardim do Seridó, Equador, Jucurutu, Florânia, Tenente Laurentino e São Vicente).	07-01-2008	632.000,00	632.000,00	0,00	08.241.739/0001-05 DNOCS/Governo do estado do Rio Grande do Norte-RN.	
90	626.345	17-2007	Construção do açude na localidade denominada Sítio Riacho da Roça, no Riacho da Baixa Funda, no município de Farias Brito-CE.	27-06-2008	114.000,00	114.000,00	35.644,50	07.595.572/0001-00 DNOCS/Prefeitura municipal de Farias Brito-CE.	
91	627.637	57-2007	Construção de uma barragem de terra denominada de Açude Cachoeira, no município de Itapiúna, no estdo do Ceará-CE.	04-07-2008	300.000,00	300.000,00	15.000,00	07.387.509/0001-88 DNOCS/Prefeitura municipal de Itapiúna-CE.	
TOTAL					164.588.409,31	54.016.064,11	8.690.405,28		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Relatório 2008

Balço orçamentário

Tabela 18 - Balço orçamentário do DNOCS.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Receita				Despesa			
Títulos	Previsão atualizada	Realização	Diferença	Títulos	Dotação atualizada	Execução	Diferença
Receitas				Despesas			
Receita correntes	4.557.225,00	2.914.441,57	1.642.783,43	Crédito orçamentário suplementar	730.298.681,00	649.410.696,13	80.887.984,87
Receita patrimonial	1.066.868,00	886.677,89	180.190,11	Despesas correntes	482.738.680,00	442.635.642,19	40.103.037,81
Receita agropecuária	161.862,00	122.520,21	39.341,79	Pessoal e encargos sociais	435.656.183,00	398.482.555,02	37.173.627,98
Receita industrial	1.853,00	760,05	1.092,95	Outras despesas correntes	47.082.497,00	44.153.087,17	2.929.409,83
Receitas de serviços	169.859,00	101.907,54	67.951,46	Despesas de capital	247.560.001,00	206.775.053,94	40.784.947,06
Transferências correntes	2.000.000,00	-	2.000.000,00	Investimentos	246.663.505,00	206.775.053,94	39.888.451,06
Outras receitas correntes	1.156.783,00	1.802.575,88	-645.792,88	Inversões financeiras	896.496,00	-	896.496,00
Receitas de capital	7.300.000,00	1.009.131,72	6.290.868,28	Créditos especiais	2.514.600,00	2.500.000,00	14.600,00
Alienação de bens	7.300.000,00	1.009.131,72	6.290.868,28	Despesas de capital	2.514.600,00	2.500.000,00	14.600,00
				Investimentos	2.514.600,00	2.500.000,00	14.600,00
				Créditos extraordinários	157.600.000,00	146.378.556,75	11.221.443,25
				Despesas correntes	3.220.000,00	3.212.906,75	7.093,25
				Outras despesas correntes	3.220.000,00	3.212.906,75	7.093,25
				Despesas de capital	154.380.000,00	143.165.650,00	11.214.350,00
				Investimentos	154.380.000,00	143.165.650,00	11.214.350,00
Subtotal (1)	11.857.225,00	3.923.573,29	7.933.651,71	Subtotal (1)	890.413.281,00	798.289.252,88	92.124.028,12
Movimentação financeira				Movimentação de crédito			
Repassé	918.794.964,52	502.099.472,95	416.695.491,57	Crédito inicial/suplementar	15.150.047,52	34.959.337,97	-19.809.290,45
Autorizado	918.794.964,52			Despesas correntes	-14.558.798,83	8.903.511,03	-23.462.309,86
				Pessoal e encargos sociais	-16.446.764,13	7.595.192,87	-24.041.957,00
				Outras despesas correntes	1.887.965,30	1.308.318,16	579.647,14
				Despesas de capital	29.708.846,35	26.055.826,94	3.653.019,41
				Investimentos	30.605.342,35	26.055.826,94	4.549.515,41
				Inversões financeiras	-896.496,00	-	-896.496,00
				Créditos extraordinários	19.626.779,00	17.684.070,51	1.942.708,49
				Despesas de capital	19.626.779,00	17.684.070,51	1.942.708,49
				Investimentos	19.626.779,00	17.684.070,51	1.942.708,49
Subtotal (2)	918.794.964,52	502.099.472,95	416.695.491,57	Subtotal (2)	34.776.826,52	52.643.408,48	-17.866.581,96
Superavit fin. excesso anterior	14.600,00	-	14.600,00				
Excesso de arrecadação	710.205,00	-	710.205,00				
Receita tesouro descentralizado	-	-1.731,12	1.731,12				
Total (1+2)	931.376.994,52	506.021.315,12	425.355.679,40	Total (1+2)	925.190.107,52	850.932.661,36	74.257.446,16
Déficit total	-	344.911.346,24	-344.911.346,24				
Total	931.376.994,52	850.932.661,36	80.444.333,16	Total	925.190.107,52	850.932.661,36	74.257.446,16

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

Atividades-Fim

Tabela 19 - Balanço financeiro do DNOCS -2008- 2007.

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Receitas			Despesas		
Títulos	2008	2007	Títulos	2008	2007
Receitas correntes	3.165.639,00	2.532.859,82	Despesas correntes	454.752.059,97	403.050.828,37
Receita patrimonial	886.677,89	961.408,53	Pessoal e encargos sociais	391.899.032,65	333.034.968,79
Receita agropecuária	122.520,21	139.129,34	Juros e encargos da dívida externa	-	2.384,15
Receita industrial	760,05	357,60	Outras despesas correntes	47.999.945,47	53.347.343,28
Receitas de serviços	353.104,97	59.007,23	Transf. a Estados DF e Municípios	350.000,00	1.015.686,30
Outras receitas correntes	1.802.575,88	1.380.003,11	Outras despesas	47.649.945,47	52.331.656,98
Deduções da receita	-	-7.045,99	Despesa entre órgãos do orçamento	14.853.081,85	16.666.142,15
			Pessoal e encargos sociais	14.178.715,24	15.807.901,01
			Outras despesas correntes	674.366,61	858.241,14
Receitas de capital	1.009.131,72	4.916.172,98	Despesas de capital	396.180.601,39	349.781.425,65
Alienação de bens	1.009.131,72	4.916.172,98	Investimentos	396.180.104,89	348.989.763,68
Deduções da receita	-251.197,43	-	Amortização/refinanciamento da dívida	-	235.540,97
			Despesas entre órgãos do orçamento	496,50	556.121,00
			Investimentos	496,50	556.121,00
Transferências recebidas	1.284.067.109,24	956.450.648,07	Transferências concedidas	788.122.661,07	486.708.006,60
Transferências orçamentárias	1.062.495.020,33	925.028.906,13	Transferências orçamentárias	560.395.547,38	475.323.816,78
Repasse recebido	502.102.761,15	449.921.427,55	Repasse concedido	-	213.050,00
Sub-repasse recebido	558.689.218,49	470.642.170,82	Sub-repasse concedido	558.689.218,49	470.642.170,82
Sub-repasse recebido no exercício	558.689.218,49	470.642.170,82	Sub-repasse concedido no exercício	558.689.218,49	470.642.170,82
Valores diferidos - baixa	110.019,12	3.631.752,63	Valores diferidos - baixa	110.019,12	3.631.752,63
Valores diferidos - Inscrição	1.593.021,57	833.555,13	Valores diferidos - Inscrição	1.596.309,77	836.843,33
Transferências extra-orçamentárias	221.572.088,91	31.421.741,94	Transferências extra-orçamentárias	227.727.113,69	11.384.189,82
Ordem de transferência recebida	215.646.601,42	31.421.685,10	Ordem de transferência concedida	221.791.895,08	11.384.132,98
Transferências recebidas	149.369.273,01	31.421.685,10	Transferências concedidas	147.245.733,76	11.384.132,98
Recebimento de transf. concedidas	66.277.328,41	-	Devolução de transferências recebidas	74.546.161,32	-
Transferências diversas recebidas	5.925.487,49	56,84	Transferências diversas concedidas	5.935.218,61	56,84
Ingressos extra-orçamentários	2.411.381.538,05	1.514.721.335,26	Dispêndios extra-orçamentários	2.060.316.898,15	1.239.080.755,51
Valores em circulação	445.162.308,47	370.665.918,87	Valores em circulação	745.398.964,80	445.227.796,29
Recursos especiais a receber	445.151.429,97	370.514.231,00	Recursos especiais a receber	745.394.482,01	445.151.429,97
Valores em trânsito realizáveis	6.395,71	99.735,69	Valores em trânsito realizáveis	-	6.396,71
Recursos da União	-	47.469,39	Recursos da União	-	65.487,82
Recursos vinculados	4.482,79	4.482,79	Recursos vinculados	4.482,79	4.482,79
Valores pendentes a curto prazo	2.429.864,90	4.468.595,96	Valores pendentes a curto prazo	2.429.864,90	7.526.502,38
Valores diferidos	2.429.864,90	4.468.595,96	Valores diferidos	2.429.864,90	7.526.502,38
Depósitos	1.349.726,04	1.504.559,41	Depósitos	1.552.028,80	1.435.935,91
Consignações	1.042.290,98	1.300.514,18	Consignações	1.300.514,18	1.266.462,61
Depósitos de diversas origens	298.822,46	204.045,23	Depósitos de diversas origens	204.045,23	169.473,30
Recursos do tesouro nacional	8.612,60	-	Recursos do tesouro nacional	47.469,39	-
Obrigações em circulação	901.817.581,33	646.406.908,06	Obrigações em circulação	644.263.747,13	370.457.737,63
Fornecedores	4.334.364,08	7.254.758,53	Fornecedores	7.254.758,53	6.729.002,92
Do exercício	62.441,83	188.556,33	De exercícios anteriores	3.364.599,95	3.202.066,85
De exercícios anteriores	706.834,97	3.176.034,62	Convênios a pagar	3.856.339,28	3.493.116,77
Convênios a pagar	3.531.267,98	3.856.339,28	Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30
Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30	Pessoal e encargos a pagar	29.529.679,17	29.857.710,17
Pessoal e encargos a pagar	5.137,82	29.529.679,17	RP não processados-inscrição	413.996.781,27	155.355.868,30
Restos a Pagar	546.577.626,00	416.139.942,20	Valores em trânsito	34.603,49	112.486,89
Não processados a liquidar	514.354.100,23	413.996.781,27	Benefícios a pagar	101.034,33	-
Cancelado	32.223.525,77	2.143.160,93	Recursos a liberar para pgto de RP	192.609.699,29	178.107.971,88
Valores em trânsito	167.148,57	34.603,49	Outros débitos	736.036,50	-
Recursos a liberar por transferência	41.480,06	-	Outras obrigações	1.154,55	294.697,47
Benefícios a pagar	101.034,33	101.034,33	Ajustes de direitos e obrigações	666.672.292,52	414.432.783,30
Recursos a liberar para o pag. de RP	350.574.152,90	192.609.699,29	Baixa de direitos	315.255.110,74	221.823.082,81
Outros débitos	15.583,91	-	Créditos diversos a receber	315.255.110,74	221.823.082,81
Outras obrigações	1.053,66	737.191,05	Incorporação de obrigações	350.574.152,90	192.609.699,29
Ajustes de direitos e obrigações	1.060.622.057,31	491.675.352,96	Recursos diversos a liberar	350.574.152,90	192.609.699,29
Incorporação de direitos	687.997.476,39	388.476.016,32	Ajuste de obrigações	843.028,88	1,20
Créditos diversos a receber	687.997.476,39	385.414.821,70	Ajustes financeiros a débito	843.028,88	1,20
Outras incorporações de direito	-	3.061.194,62			
Desincorporação de obrigações	371.897.756,71	102.925.118,87			
Exercício anteriores	30.797.850,08	156.500,87			
Recursos diversos a liberar	341.099.906,63	102.768.618,00			
Ajustes de crédito	726.824,21	274.217,77			
Variação cambial	-	274.217,77			
Ajustes financeiros a crédito	726.824,21	-			
Dispon. do período anterior	2.346.094,16	2.346.094,16	Disponibilidade p/o período seguinte	2.346.094,16	2.346.094,16
Aplicações financeiras	2.050.000,00	2.050.000,00	Aplicações financeiras	2.050.000,00	2.050.000,00
Outras disponibilidades	296.094,16	296.094,16	Outras disponibilidades	296.094,16	296.094,16
Total	3.701.718.314,74	2.480.967.110,29	Total	3.701.718.314,74	2.480.967.110,29

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

Relatório 2008

Tabela 20 - Balanço patrimonial do DNOCS-2008- 2007

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Ativo			Passivo		
Títulos	2008	2007	Títulos	2008	2007
Ativo financeiro	749.333.597,74	448.337.474,97	Passivo financeiro	872.544.574,37	646.657.102,05
Disponível	2.346.094,16	2.346.094,16	Depósitos	1.349.726,04	1.552.028,80
Disponível em moeda nacional	2.346.094,16	2.346.094,16	Consignações	1.042.290,98	1.300.514,18
Créditos em circulação	745.394.482,01	445.157.825,68	Recursos do Tesouro Nacional	8.612,60	47.469,39
Créditos a receber	11.628.266,15	36.628.266,15	Depósitos de diversas origens	298.822,46	204.045,23
Lim. saque c/ vinc. pagamento	45.768.739,47	60.736.608,27	Obrigações em circulação	869.594.055,56	644.263.747,13
Rec. a receber pelo pagto de RP	687.997.476,39	347.786.555,55	Restos a pagar processados	4.456.120,14	37.621.508,53
Valores em trânsito realizáveis	-	6.395,71	Fornecedores do exercício	62.441,83	188.556,33
Valores pendentes a curto prazo	1.593.021,57	833.555,13	Fornecedores de exerc. anteriores	706.834,97	3.176.043,62
Valores diferidos	1.593.021,57	833.555,13	Convênios a pagar	3.531.267,98	3.856.339,28
			Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30
			Pessoal a pagar do exercício	5.137,82	969.195,40
			Precatórios	-	28.560.483,77
			Benefícios diversos a pagar	101.034,33	101.034,33
			Débitos diversos a pagar	15.583,91	736.036,50
			Restos a pagar não processados.	514.354.100,23	413.996.781,27
			A liquidar	514.354.100,23	413.996.781,27
			Valores em trânsito exigíveis	167.148,57	34.603,49
			Recursos especiais a liberar p/transf.	41.480,06	-
			Recursos a liberar p/ pagamento RP	350.574.152,90	192.609.699,29
			Outras obrigações a pagar	1.053,66	1.154,55
			Valores pendentes a curto prazo	1.596.309,77	836.843,33
			Valores diferidos	1.596.309,77	836.843,33
			Passivo financeiro a longo prazo	4.482,79	4.482,79
			Depósitos exigíveis a longo prazo	4.482,79	4.482,79
Ativo não financeiro	1.198.280.174,13	1.714.122.882,21	Passivo não financeiro	-827.741.553,10	-376.458.345,05
Realizável curto prazo	-660.495.749,44	25.124.862,94	Obrigações em circulação	-864.222.916,89	-413.291.445,03
Créditos em circulação	-660.977.600,46	24.544.637,55	Provisões	700.000,00	700.000,00
Rec. a receber p/pgto de RP-retif.	-687.997.476,39	-	Recursos a liberar para restos a pagar	-350.574.152,90	-
Diversos responsáveis	26.946.877,83	24.544.637,55	Rec. a liberar p/pgto de RP-retif.	-350.574.152,90	-
Adiantamentos concedidos	72.998,10	-	Outros débitos a pagar	5.336,24	5.336,24
Bens e valores em circulação	481.851,02	580.225,39	Retif. de RP não proces. a liquidar	-514.354.100,23	-413.996.781,27
Estoques	481.851,02	580.225,39	Exigível a longo prazo	36.481.363,79	36.833.099,98
Valores pendentes a curto prazo	990,50	990,50	Obrigações exigíveis a longo prazo	36.481.363,79	36.833.099,98
Despesas antecipadas	990,50	990,50	Obrigações a pagar	36.481.363,79	36.833.099,98
Realizável longo prazo	5.383,23	5.086,20			
Depósito realizável longo prazo	4.078,59	3.781,56			
Depósitos compulsórios	4.078,59	3.781,56			
Credito realizável longo prazo	1.304,64	1.304,64			
Devedores-entidades e agentes	1.304,64	1.304,64			
Permanente	1.858.769.549,84	1.688.991.942,57			
Investimentos	1.147.968,39	1.147.968,39			
Participação societária	1.147.968,39	1.147.968,39			
Imobilizado	1.852.974.021,32	1.687.843.974,18			
Bens móveis e imóveis	1.852.974.021,32	1.683.196.414,05			
Bens intangíveis	-	4.647.560,13			
Intangível	4.647.560,13	-			
Ativo real	1.947.613.771,87	2.162.460.357,18	Passivo real	44.803.021,06	270.198.757,00
			Patrimônio líquido	1.902.810.750,81	1.892.261.600,18
			Patrimônio/capital	1.892.261.600,18	1.892.261.600,18
			Patrimônio	1.892.261.600,18	1.892.261.600,18
			Resultado do período	10.549.150,63	-
			Situação patrimonial ativa	1.947.613.771,87	-
			Situação patrimonial passiva	-1.937.064.621,24	-
Ativo compensado	1.085.473.097,50	933.975.641,08	Passivo compensado	1.085.473.097,50	933.975.641,08
Compensações ativas diversas	1.085.473.097,50	933.975.641,08	Compensações passivas diversas	1.085.473.097,50	933.975.641,08
Respons.valores títulos e bens	7.199.216,02	7.150.661,24	Val., tit. e bens sob responsabilidade	7.199.216,02	7.150.661,24
Garantia de valores	27.382.882,10	27.440.747,24	Valores em garantia	27.382.882,10	27.440.747,24
Direitos e obrigações conveniados	691.327.713,27	815.459.056,75	Direitos e obrigações conveniadas	691.327.713,27	815.459.056,75
Direitos e obrigações contratuais	346.054.414,10	75.601.540,80	Direitos e obrigações contratadas	346.054.414,10	75.601.540,80
Outras compensações	13.508.872,01	8.323.635,05	Compensações diversas	13.508.872,01	8.323.635,05
Total	3.033.086.869,37	3.096.435.998,26	Total	3.033.086.869,37	3.096.435.998,26

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

Atividades-Fim

Tabela 21 - Balanço da variação patrimonial do DNOCS. Exercícios de 2008 e 2007

(encerramento de exercício - 31-12-2008) (valores em R\$)

Variações ativas			Variações passivas		
TítuloS	2008	2007	Títulos	2008	2007
	1.457.448.630,62	1.361.649.839,24	Orçamentárias	1.411.514.339,63	1.228.156.070,80
Orçamentárias					
Receitas correntes	3.165.639,00	2.532.859,82	Despesas correntes	454.752.059,97	403.050.828,37
Receita patrimonial	886.677,89	961.408,53	Pessoal e encargos sociais	391.899.032,65	333.034.958,79
Receita agropecuária	122.520,21	139.129,34	Juros e encargos dívida externa	-	2.384,15
Receita industrial	760,05	357,60	Outras despesas correntes	47.999.945,47	53.347.343,28
Receita de serviços	353.104,97	59.007,23	Desp. entre órg. do orçamento	14.853.081,85	16.666.142,15
Outras receitas correntes	1.802.575,88	1.380.003,11	Pessoal e encargos sociais	14.178.715,24	15.807.901,01
Outras deduções	-	-7.045,99	Outras despesas correntes	674.366,61	858.241,14
Receitas de capital	1.009.131,72	4.916.172,98	Despesas de capital	396.180.601,39	349.781.425,65
Alienação de bens	1.009.131,72	4.916.172,98	Investimento	396.180.104,89	348.989.763,68
Deduções da receita	-251.197,43	-	Amortiz refin.da dívida externa	-	235.540,97
			Desp. entre órgãos do orçamento	496,50	556.121,00
			Investimentos	496,50	556.121,00
Interferências ativas	1.062.495.020,33	925.028.906,13	Interferências passivas	560.395.547,38	475.323.816,78
Transferências financ. recebidas	1.062.495.020,33	925.028.906,13	Transf. financ. concedidas	560.395.547,38	475.323.816,78
Repasse recebido	502.102.761,15	449.921.427,55	Repasse concedido	-	213.050,00
Sub-repasse recebido	558.689.218,49	470.642.170,82	Sub-repasse concedido	558.689.218,49	470.642.170,82
Valores diferidos-baixa	110.019,12	3.631.752,63	Valores diferidos-baixa	110.019,12	3.631.752,63
Valores diferidos-inscrição	1.593.021,57	833.555,13	Valores diferidos-inscrição	1.596.309,77	836.843,33
Mutações ativas	391.030.037,00	429.171.900,31	Mutações passivas	186.130,89	-
Incorporações de ativos	49.220.812,87	14.939.578,07	Desincorporação de ativos	186.130,89	-
Aquisições de bens	48.971.239,10	14.939.578,07	Alienação de bens	9.555,22	-
Incorporação de créditos	249.573,77	-	Liquidação de créditos	176.575,67	-
Desincorporação de passivos	341.809.224,13	414.232.322,24			
Resultado extra-orçamentário	1.794.306.718,28	554.787.060,79	Resultado extra-orçamentário	1.829.691.858,64	587.573.498,58
Interferências ativas	221.574.680,91	31.421.741,94	Interferências passivas	227.729.705,69	11.384.189,82
Transf. bens e valores recebidos	2.592,00	-	Transf. bens e val. concedidos	2.592,00	-
Transf. financeiras recebidas	215.646.601,42	31.421.685,10	Transf. financeiras concedidas	221.799.895,08	11.384.132,98
Movimento de fundo a débito	5.925.487,49	56,84	Movim. de fundo de crédito	5.927.218,61	56,84
Acréscimos patrimoniais	1.572.732.037,37	523.365.318,85	Decréscimos patrimoniais	1.601.962.152,95	576.189.308,76
Incorporações de ativos	1.166.808.074,48	417.177.081,51	Desincorporação de ativos	1.008.912.643,33	383.445.816,53
Incorporação de bens imóveis	113.049.319,55	20.473.528,86	Baixa de bens imóveis	2.078.662,90	2.036.021,93
Incorporação de bens móveis	12.759.995,01	6.597.415,33	Baixa de bens móveis	3.556.502,95	2.940.153,53
Incorpor. de bens intangíveis	-	1.110.966,82	Baixa de direitos	1.003.277.477,48	221.823.082,81
Incorporação de direitos	1.040.998.759,92	388.996.170,50	Bens/direitos inc. inscritos	-	156.646.558,26
Ajust bens, valores e créditos	297,03	286,79	Incorporação de passivos	592.026.058,07	192.609.699,29
Ajustes de créditos	297,03	286,79	Ajustes de exerc. anteriores	1.023.451,55	133.792,94
Desincorporação de passivos	404.473.018,67	105.913.732,78	Ajustes financeiros	843.028,88	1,20
Ajustes de obrigações	-	274.217,77	Ajustes não financeiros	180.422,67	133.791,74
Ajustes de exercícios anteriores	1.450.647,19	-	Resultado patrimonial	10.549.150,63	100.707.330,65
Ajustes financeiros	726.824,21	-	<i>Superavit</i> do exercício	10.549.150,63	100.707.330,65
Ajustes não financeiros	723.822,98	-			
Total geral	3.251.755.348,90	1.916.436.900,03	Total geral	3.251.755.348,90	1.916.436.900,03

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

3.2 Diretoria Administrativa.

A Diretoria Administrativa é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de ações relacionadas aos sistemas federais de contabilidade, administração financeira, recursos humanos e logística. No decorrer do exercício, as despesas com aposentadorias e pensões foram aumentadas substancialmente, havendo a necessidade de adição de créditos e destaques de recursos do Ministério da Integração Nacional para o pagamento devido. Os acréscimos nas despesas foram em decorrência do aumento do salário mínimo em abril, grande número de servidores passaram a perceber complementação relativa à variação do salário mínimo e os ajustes decorrentes deste acréscimo, envolvendo: anuênio, complementação salarial, Gratificação de Desempenho de Atividades Técnico-Administrativa e de Suporte-GDPTAS, etc. Inclusive as despesas decorrentes da implantação de ações judiciais relativas a GDPTAS, com efeito a partir de janeiro de 2008 e cobertura de despesas dos exercícios anteriores autorizados pelo DNOCS, com homologação pela Secretaria de Orçamento Federal-SOF/MP.

Brasil Patrimônio Cultural

Os recursos do programa Brasil Patrimônio Cultural são destinados para a implantação e funcionamento do Centro de Referência e Documentação do Semiárido, em Fortaleza-CE, no prédio onde funcionou a primeira sede do DNOCS (IOCS) e o museu das secas. O Centro de Referência visa promover a instituição como lugar de produção de ciência, valorizando as informações e a documentação acumulada ao longo de quase um século de convivência com o semiárido, no desenvolvimento de trabalhos de engenharia, geologia, hidrologia, aquicultura, agronomia, astronomia, botânica etc. O Centro disponibilizará para a sociedade civil, os estudos e os trabalhos elaborados nos diversos segmentos técnicos e científicos e pretende criar uma cultura de convivência com o meio, fomento à pesquisa e à elaboração de propostas de ações que possam subsidiar a formulação de políticas públicas fundadas no desenvolvimento sustentável. O público alvo são as populações assentadas nos perímetros irrigados e os responsáveis pela elaboração de projetos de acudagem e gestão de recursos hídricos.

O edifício do Centro vem sendo restaurado e adaptado para atender às diversas atividades planejadas, envolvendo: serviços de aquisição, organização e preservação do acervo histórico; estruturação da rede virtual que possibilitará o intercâmbio do conhecimento produzido e em produção; digitalização e divulgação em meio digital de documentos, projetos e pesquisas históricas; produção e edição de trabalhos voltados para a discussão de temas relativos à política de convivência com o semiárido (filmes, revistas, periódicos e outros documentos); publicação da revista semestral CONVIVER; programa de educação patrimonial e institucional; produção de material didático e informativo; cursos e oficinas de arquivologia; formação de pessoal especializado na constituição e gestão documental e de acervos e divulgação dos resultados das ações do DNOCS. As obras de restauro do edifício estão concluídas mas o reduzido valor empenhado não permitiu a aquisição de elevador, subestação de rebaixamento de tensão e mobiliário e contratação de serviços complementares de paisagismo e jardinagem entre outros. Dos recursos orçamentários previstos da ordem de R\$2,22 milhões, foram empenhados R\$151 mil, apenas 6,8%.

Modernização administrativa gerencial.

Para a modernização administrativa gerencial foi elaborado termo de referência, que tem por objetivo estabelecer as bases para a contratação de serviços especializados de consultoria com vistas a apoiar, a partir da revisão do escopo de suas atribuições, a formulação de estratégias, o planejamento organizacional, a capacitação da sua força de trabalho, a introdução de novas ferramentas gerenciais, o controle da gestão, dos resultados e das metas pactuadas, a adequação aos planos e programas de governo, certificação ISO 9000 e 14000, para promover a modernização institucional e gerencial, frente aos novos desafios deste século.

Criação da ouvidoria geral

Com o objetivo de atender ao público interno e externo no que concerne a dúvidas, denúncias e sugestões para fim de aprimorar a ações e serviços de responsabilidade do DNOCS na execução de suas atividades, foi implantada a rede de ouvidorias na Administração Central, em Fortaleza e nos nove estados onde atua.

3.2.1 Coordenação de Recursos Humanos.

O DNOCS tem enormes dificuldades no desenvolvimento de suas atividades, em virtude da reduzida capacidade de ação do pessoal, abaixo mesmo do necessário para assegurar uma atenção adequada às suas demandas mais específicas. Historicamente, o último concurso realizado para o DNOCS, em 1964, já remonta em quarenta e cinco anos. Após esta data, poucos foram admitidos através de concursos realizados pelo antigo DASP, complementado com as transferências de servidores de outros órgãos. Diante do panorama descrito é extremamente urgente a necessidade de concurso público para a reposição das vagas geradas pelo elevado número de aposentadorias e transferências para outros órgãos ocorridas nos últimos anos.

Quadro de servidores do DNOCS.

O quadro de servidores permanentes e ativos, que já possuiu mais de 8.400, é de apenas 1.845, atualmente, em número insuficiente ou sem a qualificação necessária para desempenhar todas as funções e especialidades exigidas, devido a complexidade das tarefas e responsabilidades. O número de pagamento que constam na folha é da ordem de 14.868, dos quais 5.608 aposentados e 7.117 pensionistas, o que representa 85,6% do quadro e mais 198 estagiários, de caráter temporário. Neste item, o DNOCS se depara com o seguinte quadro:

Tabela 22 - Quadro de servidores.

Situação do servidor	Quantidade
Ativo permanente	1.845
Aposentado	5.608
Instituidores de pensão	7.117
Requisitado	16
Nomeado cargo comissionado	51
Cedido	1
Requisitado de outros órgãos	2
Exercício descentralizado de carreira	29
Exercício provisório	1
Estagiário	198
Total	14.868

Fonte: Sistema de Administração de Pessoal-SIAPE 31/12/2008.

Os servidores estão distribuídos na administração central e em nove coordenadorias estaduais, conforme o seguinte quadro:

Tabela 23 - Quadro de servidores por unidade da federação.

Situação do servidor	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	DF	Totais
Ativos	290	878	120	225	166	33	35	165	32	1	1.945
Aposentados	567	2.169	358	674	748	113	179	571	229		5.608
Instituidores de pensão	765	2.602	343	961	1.018	147	233	748	300		7.117
Subtotal 1	1.622	5.649	821	1.860	1.932	293	447	1.484	561		14.670
Estagiários		198									198
Subtotal 2		198									198
Total geral	1.622	5.847	821	1.860	1.932	293	447	1.484	561		14.868

Fonte: Sistema de Administração de Pessoal-SIAPE 31/12/2008.

O quadro de escolaridade que consta no Sistema de Administração de Pessoal-SIAPE:

Tabela 24 - Escolaridade (inclusive estagiários).

Escolaridade	Quantidade
Alfabetizado sem cursos regulares	114
Ensino fundamental incompleto	251
Ensino fundamental	307
Ensino médio	852
Ensino superior	619
Total	2.143

Fonte: Sistema de Administração de Pessoal-SIAPE 28/08/2008.

Observe-se, porém, que este quadro não reflete a realidade funcional de muitos servidores, visto que, apesar de portadores de nível superior, inúmeros funcionários figuram em cargos de nível intermediário e assumem funções e atividades de nível acadêmico. São os chamados “desvios de função”.

Tabela 25 - Número de servidores ativos e estagiários, por tempo de serviço, sexo e faixa etária.

Tempo de serviço	Sexo	Faixa de idade					Totais
		<35	35 a 40	40 a 50	50 a 60	> 60	
<10	masculino	112	5	8	5	4	134
	feminino	99	1	1		1	102
10 a 15	masculino			4		1	5
	feminino			1			1
15 a 20	masculino			4			4
	feminino			1			1
20 a 25	masculino			132	88	10	230
	feminino			47	31	1	79
25 a 30	masculino			259	636	195	1.090
	feminino			104	226	31	361
30 a 35	masculino			1	18	19	38
	feminino				22	6	28
>35	masculino				1	61	62
	feminino				1	7	8
Subtotais	masculino	112	5	408	748	290	1.560
	feminino	99	1	154	280	46	580
Total geral		211	6	562	1.028	336	2.143

Fonte: Sistema de Administração de Pessoal - SIAPE 31/12/2008.

O quadro de servidores por tempo de serviço e por faixa etária mostra a gravidade da situação, envelhecimento dos antigos servidores, com 64% acima de 50 anos, 88% com mais de 20 anos de casa, e o pessoal com menos de 10 anos são praticamente todos estagiários temporários. A existência de um hiato de mais de 20 anos, sem haver renovação, mostra uma grave preocupação sobre a transferência de conhecimentos, que, para as atividades mais complexas, sabe-se que os novos servidores demoram vários anos para adquirir plena habilidade na efetivação de suas tarefas, havendo portanto, a necessidade urgente de renovação da força de trabalho através de concurso público, correndo o risco de declínio de produtividade ou descontinuidade.

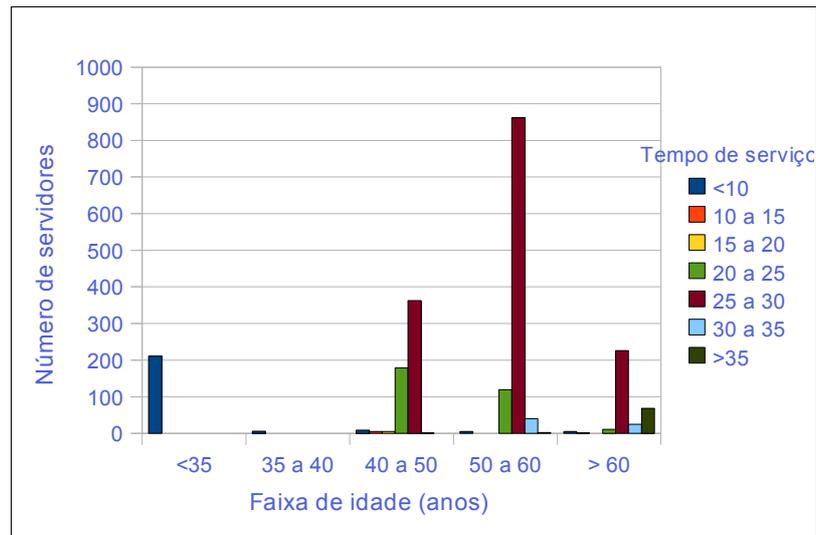


Gráfico 5 - Número de servidores por faixa de idade e por tempo de serviço

Valorização dos recursos humanos: capacitação e requalificação.

Fundamentados nas diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, decreto nº5.707/2006, o DNOCS tem proporcionado a participação de seus servidores em eventos de capacitação, de acordo com as normas estabelecidas no plano anual de capacitação/2008. Neste ano, também foi realizado levantamento de expectativas com vistas à preparação de um plano de capacitação para 2009, através da contratação do Centro de Treinamento e Desenvolvimento-CETREDE/UFC. Tendo em vista que a valorização dos servidores constitui importante diferencial para as organizações de sucesso, entende-se que as pessoas capacitadas e motivadas, operam os processos de uma instituição e fazem com que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

Diante da insuficiência de recursos para contratação de novos servidores optou-se por sensibilizar técnicos para formação de uma equipe capacitada para atuar em diversas áreas. Assim, aproveitando ações de outras entidades, os servidores do DNOCS participaram de eventos como: Seminário Nacional sobre Regionalização, realizado em Brasília com a finalidade de discutir a questão da regionalização brasileira; Integranordeste e III Encontro Nacional de Mesorregiões, realizado em João Pessoa/PB, visando a discussão dos aspectos teóricos e práticos relativos às políticas públicas e ao planejamento para o desenvolvimento regional; Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no MERCOSUL e na União Européia, teve como objetivo a discutir a gestão de políticas regionais no contexto da integração econômica, analisando-se experiências do MERCOSUL e da União Européia, aprofundando experiências institucionais e acadêmicas, no campo das políticas regionais e territoriais; Visita Técnica à República Dominicana, julho de 2008, a convite do Governo da República Dominicana, onde foi proferida palestra sobre o Marco Legal de águas no Brasil, dando ênfase na gestão participativa, modelos de comitês de bacias, eventos extremos (secas e inundações); II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste, que teve como produto a Carta de Fortaleza; Participação do DNOCS na Expozaragoza - O DNOCS participou da Expozaragoza 2008, exposição sobre água e desenvolvimento sustentável, realizada de 14-06-2008 a 14-09-2008, em Zaragoza, na Espanha.

Proposta de Plano de Carreira Cargos e Salários-PCCS.

Dentre as ações em busca da valorização dos servidores e defendendo a melhoria de seus salários, o DNOCS elaborou proposta de Plano de Carreira Cargos e Salários-PCCS, tomando por base fundamentos contidos na medida provisória nº 2.048/2000, atualmente em tramitação no Ministério do Planejamento. Procurou-se um aprofundamento maior na análise das carreiras e cargos

organizados que apresentam um expressivo grau de similaridade com as atividades desenvolvidas pelo DNOCS, tanto no plano do que dispõe a Lei nº 10.204/2001 e do Decreto nº 4.650/2003, que estabeleceram suas competências, forma e área de atuação, como no plano da proposta de trabalho da nova administração que estabeleceu os fundamentos da nova fase que a instituição vivencia presentemente: a gestão do conhecimento e do patrimônio, a transversalidade das ações e a sinergia pelo viés da parceria. Além da proposta de PCCS, com o objetivo de premiar a realização de trabalhos técnicos e de relativa complexidade, foi elaborada e encaminhada ao Ministério da Integração Nacional, proposta de remanejamento, para o DNOCS, de 128 funções comissionadas técnicas destinadas a servidores ocupantes de cargo efetivo de acordo com o perfil exigido e com as necessidades do Departamento, considerando, também, os níveis de complexidade e de responsabilidade atribuídos ao exercício de cada função.

Concurso público.

A solicitação para realização de concurso público para recomposição da sua força de trabalho foi encaminhado em 17-02-2004 ao Ministério da Integração Nacional que, em março do mesmo ano encaminhou à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para autorização do concurso. Em 19 de julho de 2006, o processo foi devolvido ao DNOCS para atualização das informações, anteriormente prestadas, em função do longo tempo decorrido sem que a proposta tenha tido o seu encaminhamento adequado. Foram encaminhadas novas solicitações, através do Ministério da Integração Nacional para a realização de concurso público, para preenchimento de 558 vagas (200 de nível médio e 358 de nível superior). Mas foi autorizado o processo seletivo simplificado para contratação temporário de 15 técnicos de nível superior pela portaria nº125 de 28-05-2008, publicado no DO nº101 de 29-05-2008.

Atividades-Fim

Tabela 26 - Lotação de pessoal efetivo de nível superior do DNOCS distribuição por setor de lotação.

Grupo e categoria funcional	Unidade organizacional											Total
	Código	Adm. Central	Coordenadorias Estaduais									
			CE	PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE	
Nível superior												
Administrador	480002	3	4	1	5	2	-	3	-	-	1	19
Analista de Sistemas	480026	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
Arquiteto	480046	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Assistente Social	480061	3	2	-	1	1	3	3	-	-	-	13
Auditor	480065	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bibliotecário	480067	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Contador	480087	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Economista	480096	5	4	1	2	3	1	3	-	1	1	21
Enfermeiro	480103	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Engenheiro	480106	18	5	2	14	4	6	10	-	1	3	63
Engenheiro Agrônomo	480108	23	7	21	11	6	9	7	-	-	1	85
Engenheiro Civil	480109	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Engenheiro de Operações	480111	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Engenheiro de Pesca	480112	3	-	4	2	-	1	-	-	1	-	11
Engenheiro Elétrico	480113	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Geógrafo	480137	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Geólogo	480138	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Médico	480151	1	-	-	2	1	1	4	-	-	-	9
Médico Veterinário	480155	2	-	2	1	-	-	1	-	-	-	6
Odontólogo	480271	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Químico	480204	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Técnico de Nível Superior	480238	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Técnico em Assuntos Educacionais	480245	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	3
Técnico em Comunicação Social	480246	3	-	-	2	-	1	2	-	-	-	8
Zootecnista	480270	1	2	2	5	1	2	-	1	1	-	15
Subtotal nível superior		75	24	36	46	19	25	40	2	4	6	277

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos.

Tabela 27 - Lotação de pessoal efetivo de nível intermediário do DNOCS, distribuição por setor de lotação.

Grupo e categoria funcional	Unidade organizacional												
	Código	Adm. Central	Coordenadorias Estaduais										Total
			CE	PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE	MG	
Nível intermediário													
Agente Administrativo	481004	54	21	45	24	19	11	10	1	1	1	187	
Agente de Atividades Agropecuárias	481014	16	112	211	12	41	14	22	2	9	3	442	
Agente de Cinematografia e Microfilmagem	481017	9	-	5	-	3	-	-	-	-	-	17	
Agente de Defesa Florestal	481021	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Agente de Mecanização e Apoio	481025	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
Agente de Portaria	481026	18	3	30	2	9	5	8	2	-	1	78	
Agente de Vigilância	481035	20	5	18	8	-	5	4	-	2	-	62	
Agente de Serviços de Engenharia	481041	7	20	19	20	15	19	14	7	7	12	140	
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	481042	2	-	6	-	1	1	1	-	-	-	11	
Artífice de Artes Gráficas	481053	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	4	
Artífice de Carpintaria e Marcenaria	481054	-	1	1	2	-	-	7	-	-	-	11	
Artífice de Eletricidade e Comunicações	481056	2	-	5	-	-	-	4	-	-	-	11	
Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	481057	-	6	7	8	4	1	21	-	-	-	47	
Artífice de Mecânica	481060	5	35	63	2	6	6	41	2	3	-	163	
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	481138	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
Datilógrafo	481175	82	36	31	10	18	9	7	3	1	4	201	
Desenhista	481177	3	2	1	8	6	4	5	2	-	-	31	
Laboratorista	481232	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	
Motorista Oficial	481262	8	7	20	10	6	10	15	7	1	1	85	
Operador de Computação	481273	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	5	
Perfurador-Digitador	481293	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
Programador	481305	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
Técnico em Colonização	481333	6	3	6	1	-	1	2	-	-	-	19	
Técnico de Contabilidade	481334	1	4	2	3	1	1	3	2	1	-	18	
Técnico de Laboratório	481337	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
Tecnologista	481389	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	
Telefonista	481390	1	2	-	-	2	1	-	-	-	-	6	
Total nível intermediário		248	263	470	111	141	88	164	28	25	22	1.560	
Total geral		323	287	506	157	160	113	204	30	29	28	1.837	

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos.